

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS**

**VIGILÂNCIA E VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE ACADÊMICA COMO
ESTRATÉGIA DE BIOPÓDER DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA E EM
GOIÁS: MEMÓRIA E VERDADE**

ALESSANDRA DE ABREU MINADAKIS BARBOSA

GOIÂNIA

2015

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Alessandra de Abreu Minadakis Barbosa		
E-mail:	aamb@terra.com.br		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Advocacia-Geral da União		
Agência de fomento:		Sigla:	
País:	Brasil	UF:	CNPJ:
Título:	VIGILÂNCIA E VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE ACADÊMICA COMO ESTRATÉGIA DE BIOPODER DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA E EM GOIÁS: MEMÓRIA E VERDADE		
Palavras-chave:	Ditadura Civil-Militar. Biopoder. Academia. Goiás. Movimentos estudantis. Professores.		
Título em outra língua:	SURVEILLANCE AND VIOLENCE AGAINST THE COMMUNITY ACADEMIC AS MILITARY DICTATORSHIP OF BIOPOWER STRATEGY BRAZILIAN AND GOIÁS: MEMORY AND TRUTH .		
Palavras-chave em outra língua:	Civil-Military Dictatorship. Biopower. Academy. Goiás. Student movements. Teachers.		
Área de concentração:	Fundamentos teóricos dos Direitos Humanos.		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	15 de agosto de 2016		
Programa de Pós-Graduação:	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS		
Orientador (a):	Dra. Fernanda Busanello Ferreira		
E-mail:	profa.fernanda@gmail.com		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

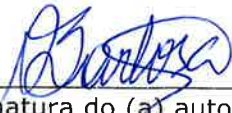
*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.


 Assinatura do (a) autor (a)

Data: 18 / 03 / 2016

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS**

**VIGILÂNCIA E VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE ACADÊMICA COMO
ESTRATÉGIA DE BIOPÓDER DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA E EM
GOIÁS: MEMÓRIA E VERDADE**

ALESSANDRA DE ABREU MINADAKIS BARBOSA

Dissertação apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, na linha de pesquisa Práticas e representações sociais de promoção e defesa de Direitos Humanos, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos, sob a orientação da Profa. Dra. Fernanda Busanello Ferreira.

GOIÂNIA

2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

BARBOSA, Alessandra de Abreu Minadakis
VIGILÂNCIA E VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE ACADÊMICA
COMO ESTRATÉGIA DE BIOPODER DA DITADURA MILITAR
BRASILEIRA E EM GOIÁS [manuscrito] : MEMÓRIA E VERDADE /
Alessandra de Abreu Minadakis BARBOSA. - 2015.
CIII, 103 f.

Orientador: Prof. Dr. Fernanda Busanello FERREIRA.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade
de Direito (FD) , Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos,
Goiânia, 2015.
Bibliografia.

1. Ditadura Civil-Militar. 2. Biopoder. 3. Goiás. 4. Direitos Humanos.
5. Memória. I. FERREIRA, Fernanda Busanello , orient. II. Título.

ALESSANDRA DE ABREU MINADAKIS BARBOSA

**VIGILÂNCIA E VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE ACADÊMICA COMO
ESTRATÉGIA DE BIPODER DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA E EM
GOIÁS: MEMÓRIA E VERDADE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos.

Aprovada em 15 de agosto de 2015.

Profa. Dra. Fernanda Busanello Ferreira – PPGIDH/UFG
Orientadora

Prof. Pedro Célio Alves Borges - FCS/UFG
Membro Externo

Profa. Dra. Luciana de Oliveira Dias - PPGIDH/UFG
Membro Interno

Goiânia

2015

À minha pequena grande família, Alexandre e Isadora, que me dá asas para voar e motivos para ficar.

AGRADECIMENTOS

O mestrado em Direitos Humanos representou um divisor de águas na minha vida, mas três grandes mulheres exerceram um papel muito especial nesse processo. A primeira foi a Professora Luciana de Oliveira Dias, que desde o primeiro contato percebi a fantástica capacidade intelectual que me fez optar por fazer uma disciplina que não tinha relação com meu objeto de pesquisa para poder usufruir mais desse conhecimento. E foi durante essas aulas que descobri que além dos méritos como intelectual a Professora Luciana era, também, uma mulher excepcional, humana, forte, justa e correta, que fez aquela admiração inicial crescer a níveis estratosféricos.

A outra mulher que cruzou o meu caminho nesse transcurso foi a minha orientadora, a Professora Fernanda Busanello Ferreira. Quem vê o rostinho de menina, o sorriso aberto e a beleza dessa jovem não imagina a guerreira que vive por trás dessa aparência doce, a inteligência e competência que fazem dela um orgulho para a academia. Certamente sem seu apoio e orientação não teria chegado ao final dessa empreitada de forma exitosa.

Uma terceira mulher que o mestrado me presenteou tornou-se uma amiga que quero levar comigo por toda a vida. Pessoa linda em todos os sentidos, forte, guerreira, corajosa, lutadora e muito, muito inteligente, que com sua amizade e conhecimentos me ajudou e inspirou nesses dois anos. Priscila Marília Martins, muito obrigada por tudo!

Não poderia deixar de agradecer, ainda, ao professor Pedro Célio Alves Borges, profundo conhecedor do tema e que honra o ofício de educador com responsabilidade e paixão, e muito me ajudou nesse processo.

Também gostaria de agradecer a duas pessoas que fazem parte da minha vida e sempre me incentivaram muito, acreditando em mim mais do que eu mesma: meu primo Lucas Abreu Barroso e minha amiga-irmã Maria Auxiliadora Castro e Camargo. Vocês também têm muitos méritos em cada conquista que obtive em minha vida profissional e acadêmica. Além do incentivo, acompanhar a trajetória de vocês me enche de orgulho e admiração.

Agradeço aos meus pais, Jairo e Niki, que sempre estiveram ao meu lado pela confiança, apoio e exemplo. Deles herdei o amor pelo Direito e a justiça, a sede de conhecimento e a consciência necessária para priorizar o que realmente importa. Aos meus irmãos Jeanne e Jairo por sempre me fazerem sentir amada, o que me ajudou muito nessa jornada.

Antes de manifestar minha gratidão ao meu marido Alexandre preciso fazer um pequeno relato que diz muito desse grande homem que tenho ao meu lado. Há muitos anos desejava fazer um mestrado em Direitos Humanos, e quando abriu o primeiro processo seletivo na UFG tomei conhecimento pouco antes do encerramento das inscrições. A única coisa que eu sabia é que meu tema estaria relacionado com a memória da ditadura civil-militar brasileira. Não fui aprovada e falei que me dedicaria para obter êxito na próxima seleção. No ano seguinte comecei bem o processo seletivo, com a maior nota até então obtida por um candidato nas provas escritas, 9,8. Mas meu grande medo era a fase de apreciação do projeto, pois conheço minhas deficiências e sabia que era meu maior desafio. Antes do resultado teve o dia dos namorados e ganhei o presente mais lindo que eu podia ganhar: dois livros sobre a história da ditadura na América Latina. Nem a mais valiosa joia, nem o mais belo vestido poderia dizer mais do que aqueles presentes. Significaram apoio, confiança, respaldo, pois nenhum de nós ignorava as dificuldades que os anos seguintes representariam caso eu fosse aprovada, e eu não as teria superado sem você, meu grande amor.

Também tenho muito o que agradecer para minha menininha, a Isadora. Chamo de minha vidinha porque ela é isso pra mim, minha vida, meu amorzinho, um sentimento que jamais imaginei que seria tão forte e poderoso. E mesmo com pouca idade sua sensibilidade, amor e carinho deram-me muita força. As sessões de “filhoterapia”, como costumo chamar, são minha fonte de energia para enfrentar todas as dificuldades. Minha filha amada, muito obrigada!

Por fim, agradeço a Deus que sempre me sustenta e me guarda.

“É importante que a gente não exagere em nada porque a realidade já é cruel demais. Se alguém exagerar ela perde o significado”.

(Antônio Pinheiro Salles)

RESUMO

O Brasil viveu, durante vinte e um anos, uma ditadura civil-militar orientada pela Doutrina de Segurança Nacional e pelos anseios e interesses de uma elite orgânica. Três anos antes do golpe de 1964, o governador de Goiás, Mauro Borges, foi um dos protagonistas da campanha da legalidade, que garantiu a posse do vice João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. Em novembro de 1964, após uma perseguição implacável, o governo federal decretou a intervenção em Goiás. A comunidade acadêmica goiana foi especialmente perseguida, parte pela forte influência das ideologias de esquerda na intelectualidade, parte pela participação ativa dos movimentos estudantis na política. Logo após a deposição de Goulart, deu-se início a “operação limpeza”, prevista no Ato Institucional do Comando Supremo da Revolução, de 9 de abril de 1964, permitindo os primeiros expurgos, que se operacionalizaram por meio de Inquéritos Penais Militares e de comissões de inquérito ou de sindicância precedidas de investigações sumárias. O AI-2 permitiu uma nova onda de expurgos, e à medida em que o tempo passava, o regime ia endurecendo e a repressão aumentando. O ano de 1968 foi especialmente explosivo, marcado por intensos protestos por parte dos estudantes, e resposta policial violenta. No dia 13 de dezembro foi editado o AI-5, propiciando aos militares poderes quase absolutos, enfraquecendo Legislativo e Judiciário e violando os direitos e liberdades dos indivíduos. Desde o início da ditadura já havia a intenção de constituição de um aparato global de controle da sociedade. Atendendo a esta demanda, foram criados o Sistema Nacional de Informações e o Sistema de Segurança Interna no País. O SISNI tinha em seu ápice o SNI, que apesar de ter sido criado nos primeiros meses do regime, apenas no final da década foi estruturado para as atividades de informações e, indiretamente, de repressão. Nessa rede havia, ainda, os sistemas de informações dentro dos Ministérios Cívicos e Assessorias de Segurança e Informações nos órgãos principais da Administração Pública. Completavam a rede os sistemas específicos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Com relação às universidades, as ASI propiciaram um controle intenso sobre alunos, professores e servidores, causando consequências de cunho físico, moral, psicológico e acadêmico. O sistema de segurança teve por inspiração a OBAN e materializou-se no sistema CODI/DOI, estrutura nacional de repressão controlada pelas Forças Armadas. A tortura foi utilizada como instrumento de terrorismo do Estado, com finalidades punitivas e de obtenção de informações. A ditadura civil-militar brasileira exerceu um biopoder sobre toda a sociedade, e em especial sobre os indivíduos considerados “inimigos”. O complexo sistema de informações propiciou um olhar panóptico sobre a sociedade com o objetivo de

controle e disciplina. O mesmo se pode dizer das prisões, instituição disciplinar por natureza. A tortura, amplamente utilizada, além de ser parte de uma estratégia de obtenção de informações, revelava o estado de “vida nua” da vítima, que na lógica biopolítica, representava a vida que se deve deixar morrer em prol das vidas a serem protegidas. Busca-se, no resgate dessa Memória, a contribuição com a justiça que se deve à vítima e à sociedade. Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar. Biopoder. Academia. Goiás. Movimentos estudantis. Professores.

ABSTRACT

The Brazil lived for twenty-one, a civil-military dictatorship guided by the National Security Doctrine and the concerns and interests of an organic elite. Three years before the 1964 coup, the governor of Goiás, Mauro Borges, was one of the protagonists of the legal campaign, which secured the possession of vice Goulart after the resignation of Janio Quadros. In November 1964, after a relentless pursuit, the federal government ordered the intervention in Goiás. Goiás academic community was especially persecuted, of the strong influence of left-wing ideologies in the intelligentsia, of the active participation of the student movements in politics. Soon after the deposition Goulart, was initiated the "cleaning operation" provided for in the Institutional Act of the Revolution Supreme Command of 9 April 1964, allowing the first purges, which is operationalized through Military Criminal Investigations and commissions of inquiry or inquest preceded by summary investigation. The AI-2 allowed a new wave of purges, and as time passed, the regime was hardening and increasing repression. The year 1968 was particularly explosive, marked by intense protests by students, and violent police response. On December 13 was issued AI-5, allowing the military almost absolute powers, weakening legislative and judiciary and violating the rights and freedoms of individuals. Since the beginning of the dictatorship had the intention of setting up a global apparatus of control of society. Given this demand, they were created the National System of Information and Internal Security System in the country. SISNI had at its peak the SNI, which despite having been created in the first months of the scheme, only at the end of the decade was structured to information activities and, indirectly, of repression. In this network was also the information systems within the Civil Ministries and Security Advisory Services and Information in the main organs of government. Completed the network specific systems of the Navy, Army and Air Force. With regard to universities, ASI provided a strong control over students, teachers and servers, causing consequences of physical nature, moral, psychological and academic. The security system had the inspiration to OBAN and materialized in CODI /DOI system, national enforcement structure controlled by the military. Torture was used as state terrorism instrument, with punitive purposes and obtaining information. Brazilian civil-military dictatorship played a biopower on the whole society, and especially on the individuals considered "enemies." The complex information system provided a panoptic gaze on society in order to control and discipline. The same can be said of the arrests, disciplinary institution by nature. Torture, widely used, and is part of a strategy of obtaining information, revealed the state of "bare life" of the victim, which

in biopolitics logic, represented life should be left to die for the sake of the lives to be protected. Seeks, in the rescue of this memory, the contribution to the justice that is due to the victim and society. Lest forget. So that never happens again.

Keywords: Civil-Military Dictatorship. Biopower. Academy. Goiás. Student movements. Teachers.

LISTA DE SIGLAS

ADUFC	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará
AMFNB	Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
ANDES	Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior
AI	Ato Institucional
Aesi	Assessoria Especial de Segurança e Informações
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
Arsi	Assessoria Regional de Segurança e Informações
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
CA	Centro Acadêmico
CAPES	Coordenação/Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAXIM	Centro Acadêmico Onze de Maio
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEx	Centro de Informações do Exterior
Cisa	Centro de Informações da Aeronáutica
CFE	Conselho Federal de Educação
CGI	Comissão Geral de Investigações
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPC	Centro Popular de Cultura
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEE	Diretório Estadual dos Estudantes
DEMEC	Delegacias Regionais do MEC

DES/MEC	Diretoria de Ensino Superior do MEC
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNE	Diretório Nacional dos Estudantes
DOI-CODI Interna	Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
Eceme	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
EsNI	Escola Nacional de Informações
FLEG	Frente Livre dos Estudantes do Estado de Goiás
FNFfi	Faculdade Nacional de Filosofia
FRE	Frente Revolucionária Estudantil
Fuec	Frente Unida dos Estudantes do Calabouço
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
Icbus	Instituto Cultural Brasil-União Soviética
IEG	Instituto de Educação de Goiás
IPES	Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais
IPM	Inquérito Penal Militar
Iseb	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
JUC	Juventude Universitária Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDB	Levantamento de Dados Biográficos
MCB	Movimento Comunista Brasileiro
MCI	Movimento Comunista Internacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
NIBRASA	Níquel do Brasil S/A
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
OBAN	Operação Bandeirante

OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
PB	Pedido de Busca
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PI	Pedido de Informação
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNI	Plano Nacional de Informações
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Organização Revolucionária Marxista-Política Operária
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RSAS	Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos
RSISN	Regulamento para a Salvaguarda das Informações que interessam à Segurança Nacional
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEC	Serviço de Extensão Cultural
Sfici	Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
Sici	Seção de Informações e Contrainformação
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SISSEGIN	Sistema de Segurança Interna no País
SNI	Serviço Nacional de Informação
SNM	Seção de Segurança Nacional e Mobilização
SSAA	Subseção de Apoio Administrativo
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
TFP	Tradição, Família e Propriedade
UAP	União Acadêmica Paraense dos Estudantes
UB	Universidade do Brasil
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UGES	União Goiana dos Estudantes Secundários
UDN	União Democrática Nacional
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSE	Universidade Federal de Sergipe
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UME	União Metropolitana dos Estudantes
UMG	Universidade de Minas Gerais
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
URRJ	Universidade Rural do Rio de Janeiro
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USP	Universidade de São Paulo
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Armada
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I. PODER E GOLPE: APROXIMAÇÕES ENTRE CONCEITOS FOUCAULTIANOS E O BRASIL DITATORIAL.....	20
1.1 O poder, a história e a genealogia do poder em Michel Foucault.....	20
1.2 A ditadura civil-militar brasileira: breve esboço histórico.....	27
<i>1.2.1 Antecedentes ideológicos do Golpe de 1964: a campanha travada pela elite empresarial e a influência esquerdista na intelectualidade goiana.....</i>	<i>28</i>
<i>1.2.1.1 A campanha promovida pela elite empresarial e a influência esquerdista na intelectualidade goiana.....</i>	<i>28</i>
<i>1.2.1.2 Antecedentes culturais, a esquerda, e a intelectualidade goiana.....</i>	<i>31</i>
1.3 O dia 31 de março de 1964 e o golpe na democracia.....	34
CAPÍTULO II – A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA E O ESTADO DE GOIÁS: ANTECEDENTES POLÍTICOS, IDEOLÓGICOS E A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS.....	40
2.1 Goiás no contexto do golpe de 1964: uma história de contradições.....	40
2.2 O golpe dos golpistas: a cassação de Mauro Borges e a intervenção militar em Goiás.....	44
2.3 Os movimentos estudantis e a atuação de Goiás.....	45
2.4 A operação de limpeza e os primeiros expurgos.....	52
2.5 O endurecimento do regime e a segunda onda de expurgos.....	54
CAPÍTULO III – REPRESSÃO NAS UNIVERSIDADES: ESPIONAGEM E REPRESSÃO SOBRE A COMUNIDADE ACADÊMICA.....	57
3.1 O AI-5 e o ápice da repressão.....	57
3.2 A vigilância e a repressão nas universidades e sobre os movimentos estudantis.....	58

3.3 Espionagem e repressão da ditadura civil-militar sobre a comunidade acadêmica.....	60
3.4 O SISNI: Sistema Nacional de Informações.....	65
3.4.1 <i>O SNI.....</i>	65
3.4.2 <i>A espionagem nos ministérios civis.....</i>	67
3.4.2.1 <i>Assessorias de Segurança de Informações Universitárias.....</i>	68
3.4.2.2 <i>A espionagem em outros órgãos.....</i>	76
CAPÍTULO IV: VIOLÊNCIA TESTEMUNHADA: RESGATANDO A MEMÓRIA EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.....	78
4.1 O SISSEGIN: Sistema de Segurança Interna no País e a violência testemunhada.....	78
4.2 Aspectos de uma transição inconclusa.....	85
4.3 Medidas ou políticas de memória adotadas no Brasil e em Goiás.....	88
4.4 Memória e direitos humanos.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	97

INTRODUÇÃO

O Brasil viveu, entre os anos de 1964 e 1985, um regime de exceção, marcado por violações de direitos, perseguições políticas, censuras, prisões, torturas, mortes e exílios. O Golpe de 1964 deu início a vinte e um anos de extrema violência estatal que se exerceu sobre grande parte da população, marcada por um domínio de vida e morte.

A Doutrina de Segurança Nacional orientou essa política repressiva a partir da ideia da “guerra interna”, da necessidade de combate ao inimigo que, no caso, materializava-se na figura do “subversivo”. Enquanto na guerra clássica o inimigo vem de fora, na guerra interna ele está no meio do povo, o que não o torna menos perigoso, mas requer estratégias distintas de combate das utilizadas na guerra clássica, onde quem deve ser combatido está separado por fronteiras geográficas. Surgiu nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, e tem origem na Doutrina de Contenção do Comunismo Internacional, também conhecida como Doutrina Truman, em deferência ao Presidente dos Estados Unidos Harry Truman, que a formulou em 1947. A base da doutrina é que os exércitos nacionais dos países subdesenvolvidos alinhados ao bloco capitalista deveriam priorizar a defesa interna contra a “subversão comunista infiltrada”. A luta deixa de ser fronteira, geográfica, para ser ideológica. O maior inimigo se torna o “inimigo interno”, o “subversivo”, aquele cidadão que milita ou apenas simpatiza com o comunismo (NAPOLITANO, 2014). A perseguição que se deu no Brasil excedeu ao combate aos comunistas, pois qualquer pessoa que se opusesse ao regime militar, seja apenas um nacionalista, um reformista, um insatisfeito com as desigualdades sociais, era facilmente enquadrado na categoria de “subversivo” e se tornava um “inimigo” a ser combatido.

A Doutrina de Segurança Nacional deu um caráter sistêmico aos dois grandes “braços” da ditadura militar: a informação e a segurança. Por meio dos órgãos de informação e de repressão, a sociedade foi submetida a um controle de vida e de morte, que foi além da manifestação da soberania estatal. O regime militar institucionalizou a tortura, e elevou-a à condição de método científico (Brasil: Nunca Mais, 32).

Para que esse “inimigo” seja combatido, faz-se necessária a estruturação de um sistema repressivo capaz de identificá-lo e neutralizá-lo ou eliminá-lo, a fim de que aqueles que “merecem” ser protegidos pelo Estado tenham sua vida preservada. Daí se extrai que a sociedade fica dividida, basicamente, em dois tipos de pessoas: aquelas que “devem viver”, que devem ter suas vidas protegidas e preservadas, e aquelas que “devem morrer”, pois ameaçam as vidas protegidas. Assim, partindo desse paradigma biopolítico, a necessidade da proteção da

vida de algumas pessoas autoriza a morte de todas as outras que ameaçam a vida humana merecedora de proteção.

Para garantir a segurança interna faz-se necessário a criação de um sistema de informação capaz de identificar o “inimigo”, e até de um aparato repressivo eficiente para eliminá-lo. Para o historiador Carlos Fico essas duas dimensões constituem o que ficou conhecido como “porões da ditadura”: a espionagem e a repressão (2001).

Os governos ditatoriais viam na comunidade acadêmica a necessidade de um controle especial, quer seja porque nela se verificava uma quantidade maior de críticos ao regime, quer porque dela se propagassem com mais eficiência o inconformismo e a indignação com o estado de exceção que se constituiu, ou ainda porque nela a resistência deu-se com mais força. Fato é que muitos foram os casos de perseguição política a estudantes, professores e intelectuais. Isso se deu em grande medida porque, para o governo ditatorial, a comunidade acadêmica carecia de um controle especial, já que boa parte dos militantes das organizações revolucionárias clandestinas era recrutada nas universidades.

Na verdade, em sua maioria, foram os intelectuais os responsáveis por municiar os críticos do regime, a comunidade acadêmica era vista como uma ameaça pelo regime ditatorial. Em Goiás a vigilância também era intensa e o alto grau de politização dos jovens goianos tornava esse grupo vítima de um cuidado especial por parte do governo. Por consequência, a repressão também foi violenta e as marcas desse período podem ser vistas e sentidas nos depoimentos das vítimas e nas consequências que uma transição inconclusa causou à nossa jovem democracia.

A opção por rever a história da ditadura militar em Goiás e a repressão sobre estudantes e professores, dando voz às vítimas diretas, constitui mais uma iniciativa de preservação da memória que, ainda que tardiamente, tem mobilizado pesquisadores no Brasil.

Surgem algumas questões: Como a ditadura militar realizou um controle ideológico no regime e por que a comunidade acadêmica foi um dos seus maiores alvos? Isto é, qual a estrutura de biopoder utilizada e quais suas repercussões para o movimento estudantil e o professorado. Quais as repercussões nos Direitos Humanos e seus reflexos atuais? Qual a importância de resgatar essa memória hoje? Estamos, de fato, livres dessa ameaça?

Esta dissertação tem por objetivo principal analisar a vigilância e violência contra a comunidade acadêmica como estratégia de biopoder da Ditadura Civil-Militar brasileira, enfatizando a atuação repressiva em Goiás, dando voz às vítimas da repressão e contextualizando historicamente essa violência com base em pesquisas e documentos.

A articulação conceitual da pesquisa aportou-se em Michael Foucault. O texto foi estruturado de forma a, no primeiro capítulo, enunciar as teorias e conceitos fundamentais do referencial teórico; no segundo capítulo buscar uma digressão na história do estado e do país para a compreensão dos fatos que levaram ao golpe de 1964, retratos históricos do período, atendo-se às particularidades históricas e políticas do período pré-golpe e do governo Mauro Borges. Para uma melhor compreensão da especial perseguição sofrida pela comunidade acadêmica no Estado, fez-se um breve apanhado da história da esquerda em Goiás e de sua relação com a intelectualidade goiana. No mesmo capítulo, os movimentos estudantis foram retratados, já que a história da resistência à ditadura em Goiás está diretamente ligada a eles. Ressalve-se que a construção histórica feita no decorrer da pesquisa não teve como pretensão a de reconstituir, ainda que resumidamente, a ditadura militar brasileira, mas sim a de constatar as medidas repressoras que foram adotadas contra aqueles considerados subversivos pelo governo.

No capítulo seguinte realizou-se uma exposição acerca da estrutura de espionagem e repressão engendrada pelos governos militares, dando-se ênfase às Assessorias de Segurança e Informações instaladas dentro das universidades. Por fim, o último capítulo destinou-se a discutir aspectos da justiça transicional brasileira, o importância da memória e desse resgate para os Direitos Humanos.

Optou-se pela utilização de dados secundários, visto que hoje já é possível encontrar um rico acervo de depoimentos. Foram utilizados depoimentos prestados à Comissão de Anistia, à Comissão da Verdade e à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

Termos com conotação ideológica foram utilizados por se reconhecer neles uma tomada de posição que, em maior ou menor grau, é inerente à produção científica. Não há como se referir à queda de João Goulart senão como golpe, já que não se adere à ideia de “revolução”. De igual modo, termos como “esquerda” e “direita” fizeram-se presentes com considerável frequência.

Freud (1914) já dizia que o que não é lembrado repete-se na vida do sujeito sem que ele se dê conta. Reelaborar o passado, portanto, significa cessar um ciclo repetitivo, permitindo que seja diferente no futuro. Contribuir, ainda que timidamente, para esse objetivo, é o que se pretende com essa pesquisa.

CAPÍTULO I. PODER E GOLPE: APROXIMAÇÕES ENTRE CONCEITOS FOUCAULTIANOS E O BRASIL DITATORIAL

1.1 O poder, a história e a genealogia do poder em Michel Foucault

Foucault não pretendeu desenvolver uma teoria do poder. Ao contrário, parte exatamente do pensamento de que não existe “o Poder”, aquele poder centralizado, ilimitado, representado pela figura do Estado, mas existem relações de poder, formas heterogêneas que estão em constante transformação. Não se presta a estudar o poder a partir do centro, ou seja, do Estado, do poder instituído e estruturado, mas percebe que ele permeia todas as estruturas sociais. O poder é, entretanto, uma prática social constituída historicamente (FOUCAULT, 2015). Tanto os discursos quanto as práticas que envolvem esses discursos somente são compreensíveis a partir de sua historicidade.

Daí se percebe que a história, para Foucault, também não se identifica com a historiografia tradicional e com a ideia de hierarquização implícita dos tempos históricos. O pensador confronta a ideia de história como um exercício de retorno à origem em busca de uma verdade absoluta e transcendental, tratando a história da humanidade como um progresso, uma racionalidade crescente em busca desta verdade, a qual, também, é questionada. Só se explica a verdade a partir dos critérios de sua produção. Foucault procura liberar o conhecimento histórico de toda tentativa de universalização e totalização:

Denunciaremos, então, a história assassinada, cada vez que em uma análise histórica - e sobretudo se se trata do pensamento, das idéias ou dos conhecimentos - vimos serem utilizadas, de maneira demasiado manifesta, as categorias da descontinuidade e da diferença, as noções de limiar, de ruptura e de transformação, a descrição das séries e dos limites. Denunciaremos um atentado contra os direitos imprescindíveis da história e contra o fundamento de toda historicidade possível (2000, p. 16)

Através do que chamou de genealogia, busca na história a identificação e articulação de novas formas de poder. Quando Foucault (2015) fala de microfísica do poder, refere-se à concepção de que o poder está diluído em todos os setores da sociedade sob a forma de relações. Desloca a análise do poder do centro para as periferias, pois só assim consegue-se compreender como ele se torna onipresente em todas as estruturas sociais.

A ideia de genealogia de Foucault e a importância que ele atribui a conhecer o passado é totalmente condizente com a valorização do testemunho, das memórias individuais nessa tarefa que Benjamin chama de “rever a história a contrapelo” (2012). A genealogia desconstrói o discurso essencialista. Apenas acoplando o conhecimento com as histórias locais é possível a constituição de um saber nas práticas atuais (FOUCAULT, 2015).

Foucault (2015) alertou para algumas precauções metodológicas que a pesquisa genealógica requer. Primeiro, deve analisar o poder nas extremidades, em suas formas e instituições mais regionais. Deve estudar o poder em sua face externa onde ele se relaciona com o objeto e produz seus efeitos mais reais. Orienta a analisar o poder como algo que só funciona em cadeia, não o tomando como um fenômeno de dominação de um indivíduo sobre o outro. O pesquisador deve partir da análise das técnicas de poder que atuam nos níveis mais baixos para depois passar por fenômenos mais globais. Por fim, a organizar aparelhos de poder que não são construções ideológicas.

Para o filósofo francês (2010), foi na Europa, no século XIII, que surgiram novas tecnologias de poder, que só serão possíveis com o advento da categoria sujeito. O primeiro espaço sobre o qual foi exercido essa nova forma de poder foi o corpo físico desse ser individualizado, como se verá mais detalhadamente a seguir. Nessa passagem do Poder Soberano ao Biopoder, primeiramente o filósofo destacou o que chamou de “Poder Disciplinar”.

Nos séculos XVII e XVIII surgiram técnicas de poder essencialmente centradas no corpo individual. Segundo Foucault (2010), para majorar o efeito útil do trabalho, o poder disciplinar inclui a arte da distribuição espacial, o controle sobre o desenvolvimento da ação, e não só do resultado, uma vigilância constante que garanta a disciplina e um registro contínuo que assegure que todas as informações acerca do indivíduo cheguem ao ápice da pirâmide disciplinar. Poder disciplinar é a tecnologia de poder que incide sobre o corpo do sujeito, tratado como máquina, com a finalidade de adestrá-lo e docilizá-lo.

Na obra “Vigiar e punir: história da violência nas prisões”, Foucault (2002) se propõe a pensar a “tecnologia do poder”, que teria surgido no século XVIII. Faz um histórico do sistema punitivo e das mudanças que se deram a cada época. Em um primeiro momento, o crime era visto como uma ofensa à majestade e pedia uma “pena exemplar”. A execução era pública e as penas incluíam amputações, esquartejamentos, decapitações, sempre sob a forma de uma espécie de espetáculo em que o poder do soberano era evidenciado. No século XVIII, a detenção

passou a representar a principal forma de punição. No lugar de destruir o corpo do indivíduo, a sociedade assumiu o controle sobre ele. O corpo do criminoso tornou-se sujeito ao poder. A pena tornou-se um ato administrativo do Estado e passa a ser proporcional ao ato do criminoso, gerando o problema da "medida e da economia do poder de punir". O direito de punir passou de uma vingança do soberano para se tornar uma defesa da sociedade.

Diante dessas mudanças, dizem-se que as penas foram "humanizadas", porém não se tratou de humanização das penas, mas de uma estratégia de remanejamento do poder de punir, de forma a majorar seus efeitos e minorar seu custo econômico e político. O sistema penal que se forma é consequência da sociedade reguladora e disciplinadora que estava começando a surgir.

Para explicar essa nova forma de disciplina, Foucault (2002) cita o exemplo do "Panóptico", de Jeremy Bentham, para as prisões. O Panóptico era um edifício em forma de anel, que tinha no centro um pátio com uma torre. O anel dividia-se em pequenas celas que tinham janelas voltadas para o interior e para o exterior, permitindo que a luz atravessasse a cela de lado a lado. No alto da torre central ficava um vigia. Das celas, dava para ver a torre, porém, pelo efeito da contraluz.

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficiência e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça (FOUCAULT, 2002, p. 169).

O principal efeito do Panóptico é induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade, a sensação de que está diuturnamente sendo observado e vigiado, ainda que não seja. Com o estudo do Panóptico, Foucault começou a problematizar a vigilância.

Para Foucault (2002), o sucesso do poder disciplinar se deve a instrumentos simples, quais sejam, o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação com o exame, sempre com o objetivo de maximizar a "utilidade-docilidade" dessas pessoas.

Outro conceito que se mostra instrumental para a compreensão do Biopoder de um modo geral é o que Foucault chamou "dispositivo".

Um dispositivo é "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em suma: o dito e o não dito. [...] O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos". O problema é, então, para Foucault, o de interrogar tanto a natureza dos diferentes dispositivos que ele encontra quanto sua função estratégica (REVEL, 2005, p. 40).

Na segunda metade do século XVIII, uma outra tecnologia de poder começou a surgir. Embora não exclua o poder disciplinar, dele se distingue porque se dirige ao homem vivo, ao homem-espécie, e não ao homem corpo. Essa nova tecnologia se dirige à multiplicidade dos homens, que não se resume a uma soma de corpos (FOUCAULT, 2010).

Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo de individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anatomopolítica do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anatomopolítica do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana. (FOUCAULT, 2010, p. 204)

Essa nova tecnologia de poder não lida com o indivíduo e seu corpo, como o poder disciplinar, mas também não é a sociedade seu objeto. A biopolítica lida com a noção de população, esta considerada como problema político e científico, como problema biológico e de poder (FOUCAULT, 2010).

Após o advento do estado moderno, as sociedades passam a ser governadas não mais por poderes soberanos, mas por um estado amparado em táticas de subjetivação. De acordo com a teoria clássica da soberania, o soberano tinha direito de vida e de morte sobre seus súditos. O soberano podia matar, e daí que deriva o direito de fazer morrer e de deixar viver. O século XIX representou, para Foucault, a transição do poder soberano para o poder biopolítico. Deu-se uma estatização do biológico, com a substituição do poder disciplinar, centrado no corpo, por outra tecnologia de poder, a biopolítica, centrada na vida biológica. Ao invés de governar indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, a biopolítica passa a governar toda uma população por meio dos biopoderes locais (FOUCAULT, 2010). A vida passa a ser pensada como elemento político por excelência, devendo ser administrada e regulada pelo Estado.

No capítulo referente à aula de 17 de março de 1976, Michel Foucault (2002) utiliza os conceitos de poder soberano e biopoder para mostrar que ambos serviam para legitimar durante séculos determinada posição do Estado frente a um indivíduo ou população, sempre implicando em vida e morte. O direito do poder soberano é o “de fazer morrer ou de deixar viver”. Já no biopoder, o direito é “de fazer viver e de deixar morrer”.

Para Foucault (2010), biopolítica é o meio de controle do indivíduo por meio da intervenção de agentes reguladores da população que substituíam o poder soberano. É um poder centrado no corpo, que produz efeitos individualizantes, tornando os corpos dóceis e úteis ao

mesmo tempo. Por sua vez, o biopoder é um poder centrado na vida, que procura controlar a população através de políticas biológicas. Tanto a biopolítica como o biopoder são práticas que se ajustam ao poder político, em que o corpo é o objeto para o exercício do poder.

A biopolítica traça tanto os limites da vida que deve ser protegida quanto da vida nua. Foucault levanta aqui, antes de Agamben, que a biopolítica tem o poder de separar a vida digna de ser vivida daquela que merece ser descartada. Quando o poder é exercido sobre um corpo coletivo, e não individualizado, surge o biopoder, poder de “fazer viver” e “deixar morrer”, eliminando tudo e todos que ameacem a vida que merece ser protegida.

A insuficiência do poder soberano fez surgir as técnicas de governo que consistem na biopolítica. Logo, não significa que houve uma substituição do poder soberano pela biopolítica, mas uma complementação, como o próprio pensador enunciou:

E eu creio que, justamente, uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer. (FOUCAULT, 2010, p. 202)

A biopolítica é a assunção da vida pelo poder, uma espécie de estatização do biológico. A eliminação do subversivo condiz com a lógica biopolítica de que a morte é o limite para o “fazer viver”. Foi o biopoder que inseriu o racismo nos mecanismos de Estado, o que Foucault (2010) denominou “racismo de Estado”. Para o pensador francês, a racismo é concebido em um sentido amplo, como uma estratégia do Estado moderno de separar, dentro do próprio Estado, o grupo que deve ser eliminado.

A soberania, como poder de “fazer morrer”, exteriorizava-se por intermédio da lei. A lei é a forma de veiculação do poder soberano. Com a transição para esse novo poder que se instalou no mundo moderno, a legislação deixa de prevalecer para dar lugar à norma. No biopoder, prevalecem as disciplinas e os controles reguladores. Para Foucault, uma norma é um padrão, uma referência de medida, do que é “normal”. Não se interpreta como “deixar morrer” apenas a morte física. Indiretamente, também é “deixar morrer” a exposição à morte, a morte política, a expulsão, a rejeição.

Para Foucault (2010), o domínio no qual se exerce o poder não é a lei, mas a norma. É a norma que produz condutas, gestos e o próprio indivíduo moderno. Quando o poder tem por objetivo a regulação da vida dos indivíduos, é chamado poder disciplinar. Quando visa a

regulação da vida das populações, trata-se de poder biopolítico, de “levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação” (2010, p. 207).

O pensador fez um paralelo entre essas duas tecnológicas de poder:

Temos, portanto, desde o século XVIII (ou em todo caso desde o fim do século XVIII), duas tecnologias de poder que são sobrepostas. Uma técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. É uma tecnologia que visa portanto não o treinamento individual, mas, pelo equilíbrio global, algo como uma homeóstase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos. Logo, uma tecnologia de treinamento oposta a, ou distinta de, uma tecnologia de previdência; uma tecnologia disciplinar que se distingue de uma tecnologia previdenciária ou regulamentadora; uma tecnologia que é mesmo, em ambos os casos, tecnologia de corpo, mas, num caso, trata-se de uma tecnologia em que os corpos são recolocados nos processos biológicos de conjunto. (FOUCAULT, 2010, p. 209-210).

A partir de 1978, ao analisar a passagem de uma arte de governar típica da Idade Média, fundada em princípios morais, para uma arte de governar fundada na racionalidade, Foucault introduz o termo governamentalidade. A governamentalidade é um tipo de poder que se exerce de forma tática, e não repressiva. Esse poder age sobre as populações de forma que os indivíduos não se deem conta do efeito da intervenção. Para Judith Revel (2005), o biopoder está inserido no conceito de biopolítica de Foucault, e representa um tipo de governamentalidade. Os governos militares utilizaram-se de estratégias em nome da governamentalidade que incluíam vigilância, censura, violência física e emocional.

Um questionamento se impõe: é possível dizer que a biopolítica eliminou totalmente a soberania? Os mecanismos disciplinares e os mecanismos regulamentadores de poder não estão no mesmo nível, o que permite que possam se articular um com o outro. Logo, não são excludentes (FOUCAULT, 2010).

O elemento que pode se aplicar tanto ao corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar é a norma.

A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço – essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. (FOUCAULT, 2010, p. 213)

Observando o regime de exceção que governou o Brasil de 1964 a 1985, pode-se chegar à conclusão da coexistência de tecnologias disciplinares resultantes de técnicas de dominação, com o exercício do poder soberano do Estado.

Michel Foucault (2010) atentou para paradoxos como esse, citando o exemplo do poder atômico, que seria, em princípio, uma manifestação do poder soberano, poder de matar, de dispor da vida dos seus "súditos". Mas explica que mesmo nesses casos o biopoder está presente.

Esse excesso do biopoder aparece quando a possibilidade é técnica e politicamente dada ao homem, não só de organizar a vida, mas de fazer a vida proliferar, de fabricar algo vivo, de fabricar algo monstruoso, de fabricar – no limite – vírus incontroláveis e universalmente destruidores. Extensão formidável do biopoder que, em contraste com o que eu dizia agora há pouco sobre o poder atômico, vai ultrapassar toda a soberania humana (FOUCAULT, 2005, p. 303).

Para Foucault, o elemento aglutinador que permitiu que esses conceitos representassem o mesmo objeto foi o racismo.

Então, nessa tecnologia de poder que tem como objeto e como objetivo a vida (e que me parece um dos traços fundamentais da tecnologia do poder desde o século XIX), como vai se exercer o direito de matar e a função do assassinio, se é verdade que o poder de soberania recua cada vez mais e que, ao contrário, avança cada vez mais o biopoder disciplinar ou regulamentador? Como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências? Como, nessas condições, é possível, para um poder político, matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor a morte não só seus inimigos, mas mesmo seus próprios cidadãos? Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder?

É aí, creio eu, que intervém o racismo. Não quero de modo algum dizer que o racismo foi inventado nessa época. Ele existia há muito tempo. Mas eu acho que funcionava de outro modo. O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo (FOUCAULT, 2010, p. 214).

O racismo para Foucault (2010) tem um sentido muito amplo. É como uma tática que se presta a separar quem merece viver e quem se deve deixar morrer. Serve para dividir o corpo social, colocando em lados opostos quem merece viver e quem se deve deixar morrer, como os governos de exceção da ditadura militar brasileira fizeram com a noção de guerra interna que se instituiu. É por sua natureza racista que o Estado separa, dentro da própria população, quem

deve ser eliminado. O racismo funciona para o Estado nesta perspectiva, como um dispositivo legitimador da violência. Não se concebe um Estado moderno sem ser racista.

O que autoriza tirar a vida no sistema de biopoder é a atribuição a determinada categoria da característica de “perigosa” ao restante da população. Tirar a vida só se legitimaria para fins de eliminação do “perigo biológico” em prol da sobrevivência e do fortalecimento daqueles que “merecem viver”. Logo, o racismo é a aceitabilidade de tirar a vida em uma sociedade de normalização. Para o poder de normalização exercer o direito soberano de matar, inevitavelmente precisa passar pelo racismo (FOUCAULT, 2010).

Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. (FOUCAULT, 2010, p. 215)

Como eliminação, não se pode pensar apenas no “matar”.

É claro que para tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (FOUCAULT, 2010, p. 216)

São outros tipos de morte: a morte para o convívio familiar, para a sociedade, para a Pátria, para projetos de vida. Outras mortes, não necessariamente menos sofridas.

1.2 A ditadura civil-militar brasileira: breve esboço histórico

O golpe civil-militar de 1964 estava sendo gestado pelas Forças Armadas e setores conservadores da sociedade brasileira há vários anos, com influência e participação norte-americanas. Em Goiás, a participação anterior no Movimento da Legalidade, em 1961, que garantiu a posse de João Goulart na Presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros, além de sua abertura à participação de esquerdistas no governo, fizeram da adesão ao golpe do governador Mauro Borges um fato inesperado e merecedor de uma atenção mais acurada.

Nesse contexto, cumpre saber quais os antecedentes do golpe de Estado sob os aspectos históricos, políticos e ideológicos, em especial no estado de Goiás, conferindo destaque aos movimentos estudantis e ao papel da esquerda política e ideológica.

1.2.1 Antecedentes ideológicos do Golpe de 1964: a campanha travada pela elite empresarial e a influência esquerdista na intelectualidade goiana.

A compreensão do golpe de Estado que mergulhou o país em uma ditadura civil-militar por longos 21 (vinte e um) anos passa pelo conhecimento das forças políticas, econômicas e sociais que o antecederam.

Para fins específicos desse trabalho, optou-se por enfatizar a atuação da elite orgânica por intermédio do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e a influência das ideologias de esquerda na intelectualidade goiana, que foi decisiva na perseguição sofrida pela comunidade acadêmica no estado.

1.2.1.1 A campanha ideológica promovida pela elite orgânica, participação e efeitos na comunidade acadêmica.

As reuniões e associações que deram origem ao IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, ao IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, e ao CONCLAP – Conselho Superior das Classes Produtoras iniciaram-se no final do governo de Juscelino Kubitschek, porém apenas no dia 29 de novembro de 1961 que o IPES foi fundado oficialmente (DREIFUSS, 1981).

A face pública do IPES é que se tratava de uma organização de caráter educacional, centrada em discussões acadêmicas, com o objetivo de

... “promover a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos”, “desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social” e, “por meio de pesquisa objetiva e discussão livre, tirar conclusões e fazer recomendações que irão contribuir para o progresso econômico, o bem-estar social e fortalecer o regime democrático do Brasil”. (DREIFUSS, 1981, p. 164)

Por ser uma entidade voltada aos estudos, contava com a colaboração de professores universitários e outros intelectuais que comungavam com seus princípios e valores.

O lado oculto, no entanto, envolve uma campanha política, ideológica e militar destinada a manipular opiniões e promover uma guerra psicológica que promovia o embate das classes dominantes quanto à campanha nacionalista e trabalhista-esquerdista. Enquanto o IPES atuava como centro estratégico, o IBAD agia como uma unidade tática. O líder do IPES José

Garrido Torres conclamava a classe empresarial a “pensar e agir politicamente”, atribuindo a esta participação a função de garantir a sobrevivência da democracia (DREIFUSS, 1981).

Muitos membros do IPES foram alunos ou professores da ESG, assegurando as relações civis-militares fundamentais para a chegada ao poder. Com o apoio dos militares, o IPES estabeleceu um sistema de informações para controlar a influência “comunista” no governo João Goulart. Segundo Dreifuss, o IPES gastava entre 200 e 300 mil dólares por ano em operações de levantamento de informações e rede de distribuição (1981).

O complexo IPES/IBAD tinha na manipulação da opinião pública por meio da imprensa falada e escrita uma de suas principais linhas de ação. Seu Grupo de Opinião Pública – GOP era chefiado pelo General Golbery do Couto e Silva, e tinha a missão de projetar a doutrina, que no fundo implicava na promoção de uma guerra psicológica e ideológica. Golbery atribuía o fracasso do golpe de 1961 à falta de “preparo ideológico do povo”, e essa deficiência o complexo propôs-se a suprir.

Desenvolver a penetração ideológica, neutralizar a oposição, protelar a organização política das classes trabalhadoras industriais e impedir a consolidação da posição nacional-reformista dentro das Forças Armadas, assim como a formação de favoráveis clivagens políticas e apoio ativo dentre o amplo público das classes médias eram parte da campanha do GOP. (DREIFUSS, 1981, p. 193)

A “estufa ideológica” do IPES era o Grupo de Estudo e Doutrina, agrupamento de unidades de pesquisa que elaborava estudos que constituíam a base de suas teses e diretrizes. Os trabalhos resultantes desses estudos tinham a função de formação da “opinião pública”, suprimindo o preparo ideológico a que Golbery se referiu. Especialmente no período compreendido entre 1962 e 1964, a elite orgânica promoveu a mobilização conjuntural que tornou possível o golpe de 1964, e nessa estratégia o papel do complexo IPES/IBAD foi fundamental.

O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para a frente a participação da massa. (DREIFUSS, 1981, p. 230)

Nessa ação estratégica de doutrinação específica, a comunidade estudantil recebeu atenção especial. O IPES penetrava nas instituições de ensino superior e escolas secundárias por meio de palestras proferidas pelos intelectuais que difundiam as ideias da elite orgânica, de publicações direcionadas a esse público específico, patrocinava grêmios estudantis, enfim,

inseria a comunidade acadêmica nessa batalha ideológica. Fazia parte dessa estratégia a desagregação do movimento estudantil, considerado um ambiente propício para a proliferação de ideias esquerdistas.

No final da década de 1950, estudantes e intelectuais participaram de um movimento que tinha por objetivo a conscientização das massas sobre o seu valor e prepará-las para serem agentes em um processo de mudança social. Nesse processo se envolveram, dentre outras, a Ação Popular – AP, ramificação da Juventude Universitária Católica – JUC, e a UNE – União Nacional de Estudantes, por intermédio de seu Centro Popular de Cultura.

O UNE representou um importante instrumento de participação política que ia muito além da representação estudantil. Sua pauta incluía reforma universitária, inflação, capital estrangeiro, política exterior independente, campanhas de alfabetização, reforma agrária. Em 1961, ingressou na Frente de Mobilização Popular, que reunia organizações da esquerda trabalhista. Com a eleição do goiano Aldo Arantes, líder da AP, para a presidência da UNE, em 1961, o engajamento político e alinhamento com a esquerda tomou uma proporção ainda maior (DREIFUSS, 1981).

Certamente, esse engajamento mereceu da elite orgânica um esforço especial no sentido de neutralizar e desagregar essas entidades, em especial, a UNE. A ação incluía apoio financeiro aos estudantes que se colocavam em oposição aos líderes estudantis de esquerda, infiltração de “elementos democráticos” na população estudantil militante, publicação e distribuição de material alinhado à doutrina do IPES (DREIFUSS, 1981).

Operando com a cobertura do IBAD, a elite orgânica também penetrava no movimento estudantil. Com muito êxito, ela entrou em ação contra a UNE, através do Movimento Estudantil Democrático – MED, fundado e patrocinado por meio da Frente da Juventude Democrática – FJD, patrocinada pelo IPES e dirigida pelos ativistas estudantis de direita, Duval Vianna e Alain Araújo. O IPES patrocinava, ainda, o Grupo de Ação Patriótica – GAP, liderado por Aristóteles Drummond e composto por estudantes da classe média e alta que, juntamente com o FID, o Movimento Anti-Comunista – MAC e o MED, operava como intimidador contra simpatizantes da UNE e UBES, assim como contra os propagadores das posições nacional-reformistas dentro do movimento estudantil (DREIFUSS, 1981, p. 284-285).

Quanto mais a UNE se engajava politicamente, maior a campanha contrária patrocinada pelo IPES. Uma ação estratégica foi o patrocínio da Frente de Juventude Democrática, grupo de extrema direita que apelava, inclusive, para ações violentas. Outro marco importante na batalha ideológica contra o movimento estudantil foi o lançamento do livro “UNE – instrumento de subversão”, numa tentativa de desabonar as lideranças estudantis da Faculdade

Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, e reflexamente todo o movimento estudantil (DREIFUSS, 1981).

Mas, apesar de todo esse esforço, o movimento estudantil continuou inclinado para a esquerda trabalhista, motivo pelo qual estava dentre as primeiras ações do governo após a intervenção militar a prisão de líderes estudantis, a invasão de universidades e a interdição da UNE, incluindo a destruição de sua sede no Rio de Janeiro.

1.2.1.2 Antecedentes culturais, a esquerda, e a intelectualidade goiana.

A perseguição sofrida pela comunidade acadêmica goiana é melhor compreendida quando conhecemos um pouco os antecedentes sociais e culturais do estado, e a origem e influência dos partidos e ideologias de esquerda que permeavam a sociedade goiana no período. Neste sentido, segundo Jarbas Silva Marques,

É preciso que saibam os antecedentes sociais e culturais do estado Goiás para saber o porquê que em 1964 o estado foi um dos que mais sofreu a ação repressiva. Basta ver que foi o único estado que sofreu intervenção federal dos golpistas em 1964. Para que se tenha ideia disso, em 1954 é realizado um Congresso Internacional de Literatura em Goiânia e há um episódio gozado neste congresso. Vem para Goiânia Pablo Neruda, Jorge Amado e toda a intelectualidade da época. Pablo Neruda ficou hospedado no Marmo Hotel na Avenida Anhanguera. Apresentaram a ele a nossa aguardente de cana de Goiás. Neruda que ia fazer uma palestra tomou muitas lambadas da pinga goiana e adormeceu. Ele não chegou no horário para a palestra, foram buscá-lo e ele estava dormindo. Quem me contou esse episódio foi Sebastião Barros de Abreu, na época Jornalista, e Maria Aparecida sua esposa, que era a secretária do Congresso Internacional de Literatura realizado em Goiás.

Os goianos tem uma participação massiva no ponto de vista da participação da intelectualidade. Bernardo Elis já havia escrito “Ermos Gerais”, estava preparando “O Tronco” que é um episódio que eu diria épico, que a literatura brasileira e os movimentos sociais precisavam tomar conhecimento. Quem deu a ele a base que escrevesse “O Tronco” foi minha avó Antonieta, esposa do deputado constituinte Francisco de Brito. E tive o privilégio de ouvir essas histórias e conhecer Eli Brasiliense, conhecer outras figuras fulgurantes da intelectualidade Goiana, que é chamada de Geração de 45. (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 199).

A “Geração 1945”, como ficou conhecida muitos anos depois a terceira geração modernista em Goiás, tinha entre seus representantes grandes intelectuais de esquerda como Bernardo Elis, Eli Brasiliense, Carmo Bernardes e Maximiliano da Mata Machado. Muitos desses tinham penetração no governo local, como era o caso de Bernardo Elis que foi diretor da Imprensa Oficial, e de Maximiliano da Mata Machado, que foi desembargador e presidente do Tribunal de Justiça. Ainda, a etnóloga Meire Baiocchi, militante da juventude comunista,

alcançou importância internacional com o estudo dos calungas. Segundo Hecival Alves de Castro (ALVES e CÔRTEZ, 2013), além da influência por meio da literatura, muitos desses intelectuais eram também professores e contribuíram para a formação de uma juventude mais crítica e progressista.

A partir da ditadura do Estado Novo, vários líderes de esquerda mudaram-se para Goiás. A zona da estrada de ferro foi também centro de comunistas. Foi em Goiás que ocorreu a Revolta Camponesa de Trombas e Formoso, de 1950 a 1957, liderada por José Porfírio, que posteriormente elegeu-se deputado estadual e na década de 1970 foi preso pela ditadura e desapareceu no ano de 1973. Também foi em Goiás que instalaram a Escola de Quadros do Partido Comunista, próximo à Colônia Agrícola Nacional de Goiás, com sede na cidade de Ceres, onde também foi criada a primeira organização de camponeses do Brasil, a UTABE - embrião da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (ALVES e CÔRTEZ, 2013).

A militância comunista na cidade de Anápolis, por sua vez, também contribuiu para fazer de Goiás um foco de atenção das forças repressivas. O jornal “A Luta”, fundado por Antonino Gomes Pinto, circulou de 1931 a 1952, representando um importante espaço de difusão do comunismo, de contestação e de resistência. O primeiro núcleo da Aliança Nacional Libertadora de Goiás foi fundado nas dependências do jornal por Antonio Gomes Pinto, Basileu Pires Leal, Dagoberto Batista, dentre outros. As primeiras reuniões para fundação do Partido Comunista de Goiás também foram realizadas na sede do jornal. Após 1936, o jornal tornou-se órgão não oficial de divulgação do PCB em Goiás (FERREIRA, 2009).

No trabalho de estruturação do PCB em Goiás, Gregório Bezerra esteve na CANG, usando o codinome de “Estevão”, tendo passado dias conversando com os colonos sobre revolução no campo e reforma agrária (NEIVA, 2005). Bezerra narra em seu livro “Memórias” suas andanças por Goiás para estruturação do Partido Comunista em diversas cidades do interior e da capital (BEZERRA, 2011, 454-457).

Em abril de 1962, Francisco Julião, líder do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), estabeleceu um campo de treinamento em Dianópolis, norte de Goiás, local no qual hoje fica o estado do Tocantins. A iniciativa não chegou a prosperar, pois foi interrompida por prisões e apreensões de armas e munições (FICO, 2001).

É possível dividir a esquerda no Brasil, em princípio, em duas grandes vertentes: o PCB e o PC do B. O PCB pregava uma revolução social por meios pacíficos, seguindo as orientações da ex-URSS. As propostas nacional-reformistas alcançavam muitos setores que não se

identificavam necessariamente com o comunismo. Já o PC do B defendia o recurso à luta armada, a guerra popular prolongada, filiando-se às ideias de Mao Tsé Tung.

As demais facções surgiram como desdobramento desses grupos e também tiveram atuação em Goiás. Algumas, porém, tiveram maior destaque nesse cenário, como é o caso da Ação Popular (AP) e da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP).

A Ação Popular (AP) surgiu no início da década de 1960 primeiramente no movimento estudantil, de uma dissensão entre o grupo estudantil da Juventude Universitária Católica – JUC e a hierarquia religiosa. Definiu-se marxista-leninista, voltada ao maoísmo, porém com uma base cristã. Nas palavras de Juarez Ferraz de Maia, “tinha uma abordagem marxista do ponto de vista da sociedade, mas cristã do ponto de vista filosófico” (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 287).

A POLOP existiu de forma legalizada de 1961 a 1964 e depois clandestinamente até 1967, quando sofreu uma dissidência que criou o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Os que ficaram uniram-se à Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, que mais tarde originou o Partido Operário Comunista (POC). Esta teve sua origem em membros do PCB que objetivavam uma revolução socialista, muito provavelmente influenciados pela Revolução Cubana (OLIVEIRA, 2007).

Os primeiros membros da POLOP que chegaram a Goiás eram profissionais formados pela Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP - e que vieram trabalhar em um projeto de mudança no esquema administrativo do governo Mauro Borges. Piragibe Castro Alves e Eveline Singer estavam no grupo que, junto a Cleuler Loyola, Juarez de Brito Guimarães entre outros, formaram o primeiro núcleo da POLOP em Goiás (ALVES e CORTES, 2013).

Também contaram com a participação de goianos a ALN (Ação Libertadora Nacional), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), a Var-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Armada), dentre outros.

O Centro Acadêmico Onze de Maio (CAXIM) também foi um espaço de resistência na luta dos goianos contra a ditadura e participou ativamente de grandes campanhas nacionais (ALVES e CORTES, 2013).

Apesar da predominância de ideólogos de esquerda entre os perseguidos pelos governos militares durante a ditadura, é possível constatar que nem todos os tachados como subversivos pelo regime eram esquerdistas, e mesmo dentre estes, muitos não eram militantes. Havia aqueles adeptos do nacionalismo, ou mesmo os que não eram adeptos de qualquer ideologia política, mas reagiram contra a opressão de um governo de exceção. Algumas vítimas do regime

foram atingidas por possuírem laços de parentesco ou afetivos com militantes de esquerda ou mesmo por “simples” engano dos agentes da repressão.

O que se constata é que a esquerda goiana influenciou em grande medida os movimentos estudantis no estado, talvez mais até que no restante do país.

1.3 O dia 31 de março de 1964 e o golpe na democracia.

O governo do Presidente João Goulart já começou em meio a uma grave crise política que resultou na necessidade de diversas concessões para permitir que o sucessor legal do ex-Presidente Jânio Quadros assumisse. A principal estratégia de castração dos poderes presidenciais foi a implantação de um parlamentarismo híbrido, o qual durou até o eleitorado brasileiro decidir, por cerca de 9,5 milhões de votos contra apenas 2 milhões, pela volta do presidencialismo (REIS, 2014).

A crise não se dissipou no curso do mandato. Para a direita Jango era amigo dos comunistas, incompetente em questões administrativas, populista e irresponsável como político, por supostamente incentivar a subversão (NAPOLITANO, 2014). Com a esquerda também havia conflitos. Não conseguiu articular a aliança entre PTB e PSD, era considerado pouco ousado pelo Partido Comunista e por líderes como Leonel Brizola e Miguel Arraes, e causava queixas no Movimento Sindical e no Movimento Estudantil (FERREIRA e GOMES, 2014). Mas foram os setores conservadores que movimentaram a sociedade para que a tomada do poder pelos militares alcançasse tamanho apoio, como são exemplos os grandes proprietários rurais, a burguesia industrial, a classe média, a grande imprensa e a Igreja Católica.

Em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial, no qual a Guerra Fria dividiu o mundo entre os capitalistas liderados pelos Estados Unidos e os comunistas capitaneados pela ex-URSS, havia uma grande preocupação por parte das Forças Armadas brasileiras em defender o país da “ameaça comunista”. A construção dessa mentalidade ao longo dos anos teve o condão de propiciar o golpe da direita conservadora. Assim, qualquer projeto político que mobilizasse as classes trabalhadoras era visto como uma iniciativa que potencialmente poderia ser utilizada como porta de entrada para a “subversão comunista” (NAPOLITANO, 2014).

O mês de março de 1964 foi marcado por uma ofensiva de Jango em favor do nacional-estatismo. Iniciou com a regulamentação da remessa de lucro, já aprovada no Congresso, e com o estabelecimento do monopólio da importação do petróleo. Em seguida, anunciou-se uma série

de comícios para aumentar a pressão pelas reformas. Só conseguiu fazer o primeiro (REIS, 2014).

No dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, cerca de 350 mil pessoas reuniram-se em favor da reforma. O Presidente anunciou a assinatura do decreto de expropriação de pequenas refinarias particulares e outro de desapropriação de terras ao longo dos eixos rodoferroviários em favor da reforma agrária. Se João Goulart reuniu 350 mil pessoas no comício pelas reformas, no dia 19 de março as direitas reuniram-se e levaram 500 mil pessoas às ruas de São Paulo para a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade (REIS, 2014).

No dia 25 de março eclodiu a crise que marcava definitivamente o fim do governo João Goulart. Cerca de 2 mil marinheiros e fuzileiros navais reuniram-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara para comemorar o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil – AMFNB. O Presidente foi convidado, mas resolveu viajar com a família para sua fazenda em São Borja e pediu ao Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, que fosse em seu lugar. Tanto o Ministro da Justiça quanto o da Marinha fizeram de tudo para impedir o evento, sem sucesso (FERREIRA e GOMES, 2014).

Nenhum dos convidados apareceu e os ânimos foram se exaltando. O presidente da Associação, Cabo José Anselmo dos Santos, que estava com prisão decretada, fez um discurso inflamado, com clara conotação política, propondo uma união entre soldados, camponeses, estudantes e operários pelas reformas de base. O ministro Sílvio Mota enviou uma tropa de 500 fuzileiros e 13 tanques para invadir a sede do sindicato. Chegando lá, parte deles recusou-se a atacar os colegas e uniu-se aos revoltosos (FERREIRA e GOMES, 2014).

Nos dias seguintes a crise foi se agravando, principalmente quando o CGT – Comando Geral dos Trabalhadores assumiu o papel de representante dos marinheiros e fuzileiros nas negociações. Goulart aceitou reunir-se com os dirigentes do CGT, o que só agravou a crise e fortaleceu a teoria dos conspiradores de direita sobre os riscos do país transformar-se em uma república sindicalista. A notícia veiculada na imprensa de que o CGT indicou o nome do novo Ministro da Marinha reforçou a desconfiança com o Presidente (FERREIRA e GOMES, 2014).

Independente dos esforços do Presidente da República e do novo Ministro, a crise continuou. No dia 29 de março os jornais publicaram manifestos dos almirantes e do presidente do Clube Militar, alegando que estava em curso um golpe contra as Forças Armadas e anunciando uma tentativa de comunização do país. Nessa mesma noite, Juscelino Kubitschek visitou o Ministro da Guerra no hospital, general Jair Dantas Ribeiro, e disse que João Goulart perdera o controle da situação e estava cercado por homens de esquerda (FERREIRA e GOMES, 2014).

Em meio a essa grave crise militar e ignorando o conselho de seus aliados, no dia 30 de março, Jango compareceu ao evento de posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no auditório do Automóvel Clube, para a qual era o convidado de honra. Em seu discurso, disse ser nacionalista, e não comunista, criticou o que chamou de minoria privilegiada e inimiga da democracia, falou dos políticos mais corruptos da história do país referindo-se a Carlos Lacerda e Ademar de Barros, os quais estariam manipulando a religiosidade da população com finalidades políticas. Denunciou que o IBAD estava financiando políticos conservadores e as empresas estrangeiras prejudicadas pela Lei de Remessas de Lucros. Porém, foi ao falar da crise militar que Goulart sacramentou o seu destino, especialmente ao se referir ao “respeito mútuo entre comandantes e comandados” como fundamento para a hierarquia militar (FERREIRA e GOMES, 2014).

Militares entrevistados por Maria Celina D'Araújo, Glauco Ary Dillon Soares e Celso Castro foram unânimes em dizer que a presença de João Goulart no jantar oferecido pelos sargentos no Automóvel Clube foi definitiva para o golpe que ocorreria dias depois, pois a maioria do oficialato que ainda não havia se decidido passou a apoiar o golpe para deposição do presidente (2014).

Na manhã do dia 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar (Juiz de Fora – MG), ordenou que suas tropas se dirigissem ao Rio de Janeiro, onde estava o Presidente da República. Na noite do mesmo dia, Jango perdeu um importante aliado, o general Amaury Krueel, que propôs apoio ao Presidente, desde que ele afastasse os “comunistas” do governo, o que incluía reprimir os movimentos sociais e se afastar dos sindicalistas. Goulart não aceitou (NAPOLITANO, 2014).

Prevedo o golpe, houve uma tentativa de organizações de esquerda, em especial as estudantis e sindicais, de articularem uma resistência, mas foi em vão. Esperavam uma ordem para agir, mas essa ordem nunca foi proferida. Durante o dia primeiro de abril, João Goulart voou para o Rio Grande do Sul, buscando articular uma saída política, mas o golpe já era um caminho sem volta (NAPOLITANO, 2014).

Às 2h40min do dia 2 de abril, o senador por São Paulo, Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional, declarou a vacância do cargo e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu formalmente o cargo (FICO, 2001).

Na madrugada do dia 2 para 3 de abril, vários líderes civis estiveram reunidos com o Chefe do Comando Supremo, Costa e Silva, dentre os quais estavam presentes o governador Carlos Lacerda (da Guanabara), Magalhães Pinto (de Minas Gerais), Ademar de Barros (de São

Paulo) e Mauro Borges (de Goiás). Nessa reunião foi escolhido o novo Presidente da República (FICO, 2001).

O golpe de 1964 foi justificado pelos militares como uma reação legítima à “ameaça comunista”, consubstanciada em um mundo dividido pela Guerra Fria, com o crescimento de ideias esquerdistas, e amparado na ideia de um Presidente considerado fraco e facilmente influenciável. Na visão dos militares, 1964 representou um contragolpe ao golpe de esquerda que estaria sendo construído no Brasil. Essa visão contrapõe-se à interpretação dos analistas, os quais retratam o golpe como um plano conspiratório amplo e bem elaborado que incluiu, além dos militares, forças econômicas nacionais e internacionais (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 2014).

Há correntes historiográficas e jornalísticas que classificam o ocorrido em 1964 como golpe cívico-militar e qualificam o regime que perdurou pelos 21 (vinte e um) anos seguintes como civil militar. Essa é a posição, por exemplo, do estudioso Daniel Aarão Reis (2012). De fato, os militares puderam contar com importante apoio e colaboração de grande parcela da sociedade civil e é importante que essas relações sejam conhecidas.

A partir dos anos 1980 construiu-se uma memória que isentou a sociedade brasileira de qualquer responsabilidade pelo Golpe. No início do capítulo foi vista a articulação da elite orgânica que culminou no golpe de Estado. Tanto a mídia, quanto boa parte da população, especialmente as classes média e alta, empenharam franco apoio aos militares. Publicações da época mostravam as comemorações do povo nas ruas das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, jogando papel picado das janelas dos prédios, buzinando, desfilando com bandeiras do Brasil ou lenços e lençóis brancos, símbolos da UDN – União Democrática Nacional. Na capa da Revista “O Cruzeiro”, Magalhães Pinto comemorava a vitória. Outra revista de grande circulação, a “Manchete”, publicou edição histórica com a matéria “Deus, família e liberdade”, repleta de fotos coloridas mostrando a “Marcha da Vitória” ocorrida na Guanabara, com a presença do ex-Presidente da República Eurico Gaspar Dutra e de Carlos Lacerda (FERREIRA e GOMES, 2014). Nos meses de abril, maio e junho, dezenas de “Marchas da família, com Deus, pela liberdade” comemoraram o Golpe em todo o país (FICO, 2012).

Houve, ainda, apoios inusitados, como o que se deu no escritório regional da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), em São Paulo, que foi transformado em posto de alistamento de voluntários para combater ao lado dos militares, caso fosse necessário. No final do dia 31 de março, mais de 4 mil voluntários haviam se apresentado (FERREIRA e GOMES, 2014).

Assim, concorreram para o Golpe parcela ultraconservadora da sociedade, como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), grupos eclesiais, nacionalistas de direita, boa parte da mídia, além de grupos liberais, mais entusiasmados com a liberdade de mercado que com a liberdade política.

Nos anos 1960, o apelo por desenvolvimento e modernização era forte e tinha um grande impacto internacional. A imprensa propagava uma luta do bem contra o mal, manipulando a religiosidade das pessoas, contrapondo os valores proclamados pela "Revolução", como a defesa da ordem, da liberdade, da democracia e da Constituição, construía um imaginário de um presidente fraco e perigoso, acusado de promover a comunização do Brasil (FERREIRA e GOMES, 2014). Vozes dissonantes, como a de Leonel Brizola, não foram sequer noticiadas.

Outra parcela de historiadores, dentre os quais citamos Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014), entende que o Golpe foi civil-militar, mas que o mesmo não se pode dizer com relação ao período que o sucedeu. Para essa corrente, apesar do golpe ter se resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, seguiu-se a ele uma Ditadura militar, já que os militares se mantiveram sempre no centro decisório do poder. Líderes civis de oposição radical ao governo João Goulart mobilizaram-se a favor do golpe, como são exemplos o governador de São Paulo, Ademar de Barros (PSP), o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (UDN), e o governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda (UDN), o que colaboraria com a tese de um golpe que coadunou forças civis e militares para sua efetivação (FERREIRA e GOMES, 2014).

Já a posição defendida do historiador Carlos Fico é que desde os primeiros momentos o movimento foi militar. Sua deflagração foi militar, quando na manhã do dia 31 de março o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais, determinou que sua tropa se dirigisse para o Rio de Janeiro, onde estava o Presidente de República. O mesmo se diz quanto à escolha do primeiro presidente, em reunião com o general Arthur da Costa e Silva, em que os governadores civis presentes não tiveram o menor espaço. Não se ignora a importância das bases sociais que apoiaram o golpe e sustentaram o regime, mas essas vozes não fizeram de um, nem do outro, um governo civil-militar (FICO, 2001).

Entendemos que o que houve no Brasil em 1964 foi um golpe civil-militar que deu início a uma ditadura civil-militar, como a tese defendida por Aarão Reis. Leônidas Pires Gonçalves chamou de "safadeza histórica" a culpabilização exclusiva dos militares que se deu após o fim do regime, desconsiderando o consentimento e incentivo por parte de parcela expressiva da sociedade civil (D'ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 2014). Em Goiás, ainda que o medo de

suposta ameaça comunista também assombrasse a sociedade conservadora, outros fatores contribuíram para a participação do Estado no golpe civil-militar, como se verá na sequência.

CAPÍTULO II – A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA E O ESTADO DE GOIÁS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS, POLÍTICOS, IDEOLÓGICOS E A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS.

2.1 Goiás no contexto do golpe de 1964: uma história de contradições.

A participação do Governador Mauro Borges no golpe de 1964 é permeada por contradições e versões conflitantes que são ainda mais complexas considerando sua participação decisiva no Movimento da Legalidade, o qual garantiu a posse de João Goulart na Presidência da República em 1961. Tendo em vista as circunstâncias que culminaram em sua cassação e na intervenção em Goiás, alguns meses depois do golpe.

Com a renúncia de Jânio Quadros, o governador de Goiás, juntamente com Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, protagonizaram o movimento que teve por finalidade garantir a posse de Goulart na Presidência da República. O Movimento da Legalidade, como foi chamado, representou a insurgência contra o golpe iniciado para impedir que o Vice-Presidente João Goulart assumisse o cargo após a renúncia de Jânio Quadros.

Não é exagero referir-se ao movimento como “os doze dias que abalaram o País” (TEIXEIRA, 1994). Com a renúncia de Jânio Quadros, os Ministros da Marinha (Vice-Almirante Sílvio Heck), da Guerra (Marechal Odylio Denys) e da Aeronáutica (Brigadeiro do Ar Grun Moss) divulgaram um manifesto externando a inconveniência da posse de João Goulart. Contaram, ainda, com o apoio de militares ligados à Escola Superior de Guerra, contrários à posse do Vice-Presidente (FÁVERO, 2011).

Coincidentemente, no dia da renúncia, Jango estava na China, visitando Mao Tsé Tung, uma das maiores lideranças de esquerda do mundo. Em termos de conjuntura mundial, fatos como a Guerra Fria, a Revolução Cubana, a Guerra do Vietnã e a expansão do maoísmo acirraram a preocupação norte-americana de manter a América Latina sob sua influência e impedir o que consideravam o avanço do comunismo na região.

Entidades anticomunistas que reuniam empresários brasileiros, ligados aos interesses do capital internacional, como o Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), também articulados à Escola Superior de Guerra, contribuíram para uma campanha política, ideológica e militar, que povoava o imaginário coletivo com essa campanha anticomunista. Líderes políticos da UDN como Emival Caiado e

Alfredo Nasser pertenciam ao IPES, questão importante para a compreensão da posição adotada por Mauro Borges três anos depois (DREIFUSS, 1981).

O governador do Rio Grande do Sul e o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Hélio Carlomagno, iniciaram a formação de voluntariado para a luta armada, dispostos a resistir ao golpe. No dia 28 de agosto, Mauro Borges lançou um manifesto e passou a organizar a luta armada, contando com o apoio do povo goiano. Apesar da iniciativa do governador gaúcho, o papel de Mauro Borges foi de importância fundamental, pois sendo militar de carreira (Tenente-Coronel do Exército) tinha larga experiência em estratégias militares, tendo elaborado um minucioso plano tático que foi decisivo para o desenrolar dos fatos (FÁVERO, p. 2011). O governador distribuiu armas para voluntários do povo que se submeteram a treinamento para, caso necessário, lutarem para resistir ao golpe (ALVES e CÔRTEZ, 2013).

No dia 29 de agosto, o Congresso Nacional rejeitou o pedido de impedimento do Vice-Presidente e visando uma solução conciliatória, no dia 2 de setembro aprovou a Emenda Constitucional nº 4, instituindo o parlamentarismo no Brasil (FÁVERO, 2011). Após um período de muita turbulência e risco de uma guerra civil, João Goulart tomou posse como Presidente da República no dia 7 de setembro de 1961.

Segundo Hecival Alves de Castro, que foi militante em movimentos estudantis secundaristas e universitários em Goiás no período, Mauro fez um governo planejado, técnico e democrático, aberto à participação da juventude. Muitos militantes de esquerda, que futuramente vieram a ser cassados pela ditadura, faziam parte do governo, como Tarzan de Castro, que foi oficial de gabinete; Zacariotti, subchefe da Casa Civil; Hugo Brocks e chefe de gabinete (ALVES e CÔRTEZ, 2013).

Todavia, o que teria feito o governador que, sendo militar, levantou-se contra o golpe tentado por três Ministros militares para impedir a posse de um presidente, três anos depois de apoiar um golpe para retirar esse mesmo presidente do poder? O mesmo que recebia em seu gabinete líderes de movimentos camponeses, como a Associação dos Posseiros de Formoso, criada e dirigida por comunistas, que lançaram mão da luta armada, e além de ouvir suas reivindicações, enviava engenheiro para ajudá-los, como relatou Dirce Machado em depoimento à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (TEIXEIRA, 1994, p. 89)? O que motivava esse governador que possuía em sua equipe muitas pessoas consideradas de esquerda, além de sempre ter mantido excelente relacionamento com os governadores Brizola e Miguel Arraes?

A justificativa que o ex-governador repetia era que João Goulart mostrou-se um presidente fraco, suscetível à pressão de grupos sindicais e que a “revolução” se fazia necessária

para que o país não se tornasse uma ditadura de esquerda. Porém, os fatos não apontam para essa direção. Em verdade, nove meses antes do golpe, Mauro Borges rompeu com João Goulart, alegando que o presidente agia contra os interesses de Goiás. O fator determinante foi o rompimento, por parte do senador José Ermínio de Moraes, do acordo firmado durante o governo Jânio Quadros para a criação da NIBRASA - Níquel do Brasil S/A, a qual teria a maioria das ações de propriedade do Grupo Votorantin e menos de 50% do Estado de Goiás para, enfim, iniciar a exploração e metalurgia do níquel em Goiás. Segundo o ex-governador, Goulart o chamou em seu gabinete e pediu que “deixasse o senador em paz” (TEIXEIRA, 1994, p. 18-19).

Mauro Borges afirmou que “rompeu” com o governo militar ao verificar que o movimento que nasceu com “propósitos democráticos” havia se desvirtuado e deixara-se dominar por grupos radicais da UDN e pela Ala Totalitarista das Forças Armadas (TEIXEIRA, 1994). No entanto, o golpe de Estado de 1964 jamais pode ser considerado um movimento democrático, ao contrário, o que se deu foi a instauração de um regime de exceção que se prolongou por 21 (vinte e um) anos de abusos, autoritarismo e violações de direitos humanos.

Também não se coaduna com essa aversão a esquerdistas atitudes como a participação na criação da Frente de Libertação Nacional, juntamente com Leonel Brizola, Miguel Arraes, os deputados Francisco Julião e Barbosa Lima Sobrinho, o Presidente da UNE (Aldo Arantes), o Secretário do Movimento Nacionalista Brasileiro (Coronel Oscar Gonçalves), dentre outros. Entre os pontos defendidos pela Frente estavam a nacionalização de empresas estrangeiras, a efetivação da reforma agrária e o controle sobre a remessa de lucros para o exterior, uma pauta eminentemente nacionalista, contrária aos interesses do capital internacional e compartilhada com representantes da esquerda brasileira (FÁVERO, 2011).

Esses motivos, dentre outros, tornam a alegação de que temia o risco da implantação de uma ditadura de esquerda no Brasil, utilizada pelo ex-governador para justificar a adesão aos golpistas em 1964, altamente questionável.

Hugo Brockes, militante comunista que, por ocasião do golpe, trabalhava no gabinete de Mauro Borges, interpreta os fatos da seguinte forma:

O Mauro sempre tenta justificar o porquê que ele participou do golpe, só que ele criou um mecanismo que não é verdadeiro. Ele já me contou a mesma coisa umas dez vezes, diz que participou do golpe porque o Assis Brasil o tinha chamado no palácio da em Brasília e o convidado para participar do golpe para manter o João Goulart, ele nunca pensou em golpe, ele era extremamente legalista, ele não tinha essa pretensão. Na verdade, o Mauro ficou enciumado porque ele foi um dos que garantiu a posse do Jango, e ele esperava que o Jango desse mais apoio ao governo dele. E o Jango não deu esse apoio que ele esperava. E como ele perdeu a referência política do assessor

que saiu por causa do concurso, ele simplesmente, com mágoas do Jango não ter apoiado a parte administrativa do governo, se sentiu a vontade para apoiar o golpe (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 190).

Por sua vez, João Batista Zacariotti, membro do Partido Comunista e que também participou do governo de Borges, fez a seguinte leitura:

Acho que o Mauro não pensou que a situação não iria engrossar muito, e que ficando no Poder com a simpatia deles salvaria seus amigos. Mauro fez um discurso realmente perigoso para sua imortalidade. Tenho quase certeza que ele tentou salvar os amigos. Porque, quando me chamou no gabinete, me disse que o problema era o seguinte, ele queria fazer um governo socialista, um governo bacana e gostaria que eu aceitasse o convite.
(...)
Particpei, então, do governo do Mauro. Eu era um funcionário de carreira na Assembleia, Consultor Jurídico, do Partidão até a queda (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 215)

Já o ex-militante Jarbas Silva Marques não foi tão complacente:

Eu fui preso por ordem do aparato repressivo do Mauro Borges. Mauro Borges, que já estava procurando fazer com que se esquecessem de sua atuação em 1961 na Rede da Legalidade junto com Leonel Brizola, demite Tarzam de Castro, João Bênio e o Hugo Brockes, que pertencia a assessoria do palácio. Todos aqueles que ajudaram a estruturar o governo “MB”- mauro Borges, que eram sabidamente pessoas de vinculação a ideias socialistas libertárias e democráticas, sofreram uma repressão do governo do Mauro Borges para fazer média com os golpistas. Os golpistas eram golpistas sanguíneos, usaram o depoimento do Ary Valadão, do Olímpio Jaime, dizendo que para derrubar o Mauro eles iriam assassinar o Eli Mesquita, que era vereador pela UDN em Goiânia, e colocar a culpa em Mauro Borges. 210
A primeira repressão não foi a repressão da ditadura, foi a repressão da máquina do Mauro Borges através do Jurandir Rodovalho, que era delegado do DOPS e recebia ordens para prender. A grande maioria das lideranças expressivas que vieram do movimento estudantil eram Tarzam de Castro, que era assessor do gabinete, assim como chefe do Gabinete Civil, Ary Demóstenes, que era filho de uma família de comunistas em Goiás. O Governo Mauro Borges era um governo que se primava pela traição.
Foi esse mesmo Mauro Borges quem mandou prender as lideranças que ajudaram a estruturar o governo planejado, que foi um bom governo. Goiás até então não tinha tido um governo planejado. É o mesmo que para fazer média com os golpistas, bota armas dentro de sacos de arroz e manda três caminhões de balas e armas para Brasília para ajudar os golpistas. (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 211).

Contudo, é certo que a adesão de Mauro Borges aos militares não representou a confiança esperada pelo regime, afinal tratava-se de um governador que ajudou a garantir a posse de Goulart e que governou com a esquerda uma pauta com características progressistas para o conservadorismo dos militares. Eis que, veio o golpe dos golpistas, como se tratará sequencialmente.

2.2. O golpe dos golpistas: a cassação de Mauro Borges e a intervenção militar em Goiás.

Mesmo tendo apoiado o golpe, o governo militar, mais especificamente a linha radical do regime, iniciou uma perseguição implacável ao governador de Goiás.

Em alguns pronunciamentos, Mauro afirmou que não aceitaria um “clima maccartista de caça às bruxas” (ROCHA, 1998, p. 80), o que despertou ainda mais a hostilidade da linha dura. Em maio, uma Comissão de Investigação presidida pelo general Castro e Silva produziu um relatório que não incriminava o governador. As acusações acirraram-se, partindo tanto de civis da oposição quanto de militares, e as prisões e cassações de servidores do governo estadual aumentavam.

Dos depoimentos prestados à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, constantes no livro “Memórias Transcritas”, publicado pela Associação dos Anistiados de Goiás em parceria com o Núcleo de Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, constam relatos de ex-presos políticos que afirmam terem sido torturados para que incriminassem o governador Mauro Borges.

Segundo Hugo Brocks, naquele primeiro momento, “todas as prisões foram em busca de provas contra o Mauro” (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 189). Os camponeses ligados à luta dos posseiros pela terra em Formoso também foram duramente torturados para que acusassem o governador, ligando-o às Ligas Camponesas (p. 94). João Batista Zacariotti foi barbaramente torturado para que “confirmasse” uma história absurda: que Mauro Borges tinha ligação com Pawel Gutko, que os três criaram um esquema de espionagem internacional e que o governador havia roubado a fórmula da bomba atômica dos Estados Unidos (p. 217).

O cerco sobre o governador se fecha, então o advogado e professor Sobral Pinto impetra um *habeas corpus* preventivo junto ao Supremo Tribunal Federal em favor de Mauro Borges. Os ministros, por unanimidade, concederam a ordem de *habeas corpus* e as comemorações do povo goiano irritam ainda mais o Planalto (ROCHA, 1998).

Na manhã de 26 de novembro de 1964, Mauro teve a notícia de que Castelo Branco assinara o decreto de intervenção federal em Goiás. A intervenção foi aprovada pela Câmara Federal, apesar do parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, assumindo o Coronel Meira Matos. O prazo de intervenção, nos termos da Constituição de 1946, era de 60 (sessenta) dias, mas 40 (quarenta) dias depois, no dia 7 de janeiro de 1965, a Assembleia Legislativa votou o projeto de resolução que declarava vago o cargo de governador do estado, tendo decidido pelo arquivamento dos Inquéritos Penais Militares contra Mauro Borges. Em

seguida, o vice-governador Antonio Rezende Monteiro renunciou ao cargo e no dia seguinte Emílio Rodrigues Ribas Júnior foi escolhido, por eleição indireta, governador de Goiás (ROCHA, 1998).

2.3 Os movimentos estudantis e a atuação de Goiás.

Os movimentos estudantis tiveram uma grande importância na politização dos jovens goianos. Os grêmios estudantis das escolas secundaristas tornaram-se centros de debates e desses grupos saíram a maior parte dos militantes políticos que se opuseram à ditadura militar.

A UGES - União Goiana dos Estudantes Secundários - ligada à UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, foi um exemplo da força política que os estudantes puderam alcançar. Foi criada a partir de uma dissidência da UBES, a qual era uma entidade de direita que até então dominava a política estudantil. Durante um congresso em Itumbiara, Tarzan de Castro abriu outra dissidência e criou a FLEG - Frente Livre dos Estudantes do Estado de Goiás - que acabou por se unir ao Movimento Cinco de Março, criando a UGES (ALVES e CORTES, 2013).

Um episódio ocorrido em março de 1959 retrata bem essa força e marcou uma ascensão da participação dos estudantes na vida política do Estado. Em um comício realizado na Praça dos Bandeirantes, o Secretário de Segurança Pública da época (Tales Reis) levou a polícia e ordenou que invadissem a praça. Os policiais já chegaram atirando e um tiro de fuzil atingiu um estudante, causando uma grande comoção. Os estudantes saíram com a camisa do rapaz cheia de sangue arrecadando dinheiro junto ao comércio, que fechou as portas em solidariedade. As rádios protestavam contra o ato da polícia e a comunidade local se solidarizou com os jovens. Foram nos colégios com um auto-falante chamando para uma manifestação no dia seguinte, que reuniu mais de 10 mil pessoas, um feito extraordinário, ainda mais se considerado que Goiânia tinha cerca de 150 mil habitantes. Os manifestantes subiram a avenida Goiás em direção à Praça Cívica exigindo a demissão do Secretário de Segurança e a nomeação de Reinaldo Baiocchi para o cargo. O então governador, José Feliciano Ferreira, não só demitiu o secretário como também nomeou o indicado pelos estudantes (ALVES e CORTES, 2013).

Os estudantes conseguiram eleger um deputado estadual (Cristovão do Espírito Santo) e obtiveram importantes vitórias, como a aprovação de um projeto de lei de doação de uma antiga boate para a União Goiana dos Estudantes Secundaristas, onde, posteriormente, foi construído um restaurante para estudantes carentes (ALVES e CÔRTEES, 2013).

Dentre os universitários, embora com menor atuação política que os secundaristas no período pré-64, havia um crescente envolvimento dos estudantes com as questões políticas que afetavam o Brasil. O goiano Aldo Arantes, então estudante de direito no Rio de Janeiro, foi eleito, em julho de 1961, presidente da UNE e teve uma atuação brilhante e aguerrida a frente da entidade.

A repressão sobre os estudantes e a influência das ideias esquerdistas sobre a juventude universitária foi ainda maior do que entre os professores e outros intelectuais, cuja maioria apoiou o golpe ou mostrou-se passiva. O endurecimento do regime teve forte influência do acirramento das lutas estudantis.

No início da década de 1960, o grupo estudantil mais forte era vinculado à esquerda católica (Ação Popular – AP) e constantemente seus membros figuravam à frente da UNE. Desde o início da década de 1950, os cristãos de esquerda estavam passando por um processo de radicalização. Começaram aliando-se aos comunistas para, em pouco tempo, passarem a criticar os militantes do PCB, a quem rotulavam como moderados demais. Para a repressão, contudo, era difícil distinguir comunistas de socialistas cristãos. Havia poucos grupos estudantis de direita.

Tendo o goiano Aldo Arantes na presidência, em 1961, a UNE organizou a maior greve de estudantes do país em defesa da democratização das universidades, criou o Centro Popular de Cultura (CPC), percorreu o Brasil com a UNE Volante e participou da “Campanha da Legalidade” (SALLES, 2008).

Todavia, nem todos os opositores ao regime eram de esquerda. O golpe de 1964 contou com o apoio de grande parcela da sociedade, em especial da classe média. Como a maioria dos estudantes pertencia à classe média, também dentre estes os militares golpistas obtiveram apoio.

Os atos de repressão do governo sobre estudantes e professores foram aumentando o descontentamento com o regime e, em 1965, houve a primeira manifestação pública de repúdio ao regime, organizado por estudantes considerados “direitistas”, contrários à UNE (VALLE, 2008)

No dia primeiro de abril de 1964 o prédio da UNE foi invadido e incendiado, quase todas as entidades estudantis sofreram intervenção, estudantes e professores foram presos. No dia 9 de novembro de 1964 foi editada a Lei 4.464, conhecida como Lei Suplicy, que criou o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) para substituir a UNE e instituiu o voto obrigatório para estudantes na esperança de que a maioria derrotasse os candidatos de esquerda. A lei estabelecia que os órgãos estudantis tinham a finalidade de defender o interesse dos estudantes, mas vetava ações de caráter político-partidário e paralisações estudantis. Em nível estadual,

criou-se os Diretórios Estaduais de Estudantes (DEE). Contudo, os DNE e DEEs foram um fracasso e o próprio governo os extinguiu, mantendo apenas os DCEs e CAs como entidades reconhecidas legalmente (VALLE, 2008).

A esquerdização da juventude foi um processo mais complexo do que a dos professores. Achava-se que os professores com inclinação de esquerda influenciavam os alunos, mas o que se viu foi exatamente o contrário. Pesquisas de opinião realizadas por agências americanas nos anos 60 mostraram essa esquerdização dos jovens universitários, apontando-os como o grupo social mais receptivo às ideias radicais e socialistas. Foram aplicadas várias enquetes desde antes de 1964, identificando os tipos de leitura mais influentes e utilizando técnicas de discussão em grupo para captar seu pensamento e vocabulário (MOTTA, 2010).

O comunismo ao estilo soviético atraía apenas uma minoria, mas grande parte era simpática às reformas sociais e a algum tipo de socialismo. Os universitários mostraram-se mais insatisfeitos com os problemas sociais do Brasil que os próprios camponeses nordestinos, que eram o grupo tido como mais propenso à radicalização e que foram submetidos a estudo semelhante. Após a realização das pesquisas, os diplomatas americanos contrataram um psicólogo da Universidade de Princeton para vir ao Brasil para estudar a situação *in loco*. Esse psicólogo entrevistou 800 universitários no Rio de Janeiro e em São Paulo no segundo semestre de 1964, e concluiu que havia uma tendência radical latente na juventude universitária, mesmo com o golpe e a repressão (MOTTA, 2014).

Goiás não fugiu a essa tendência. A participação dos estudantes impactou fortemente a política goiana e a resistência à ditadura. Segundo Hecival Alves de Castro:

Eram os grêmios que movimentavam toda a política estudantil. Os congressos estudantis da Uges – congressos de Itumbiara, Rio Verde, Goiânia... foi uma geração que se fez principalmente no debate. Era bonito, o jovem ele se fazia, se insinuava através do seu discurso, através de sua oratória (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 142).

De fato, para Castro:

O DCE, a UEE funcionavam. Havia movimentação havia luta contra a ditadura. Aquelas reivindicações estudantis, as lutas específicas de movimento estudantil desapareceram. Todo esforço, toda a energia foram concentradas para vencer a ditadura, para recuperar as liberdades democráticas. (...) A Faculdade de Direito foi várias vezes cercada. A faculdade centralizava todo o movimento estudantil porque estavam lá todas as lideranças estudantis. Preciso fazer justiça, tinha também o nosso diretor Paulo Tormim Borges, conservador, católico mas de uma correção muito grande. Como também nosso reitor Jerônimo Geraldo Queiroz que tinha uma postura horrível de apontar estudante no meio da rua para ser preso pela polícia. O Romeu Campos, a professora Arminda Pergamini que abriu a sala de aula para o exército

prender aluno lá dentro. A prisão de Hécio Brom aconteceu dentro da sala de aula com a complacência da professora Arminda. Então havia também a luta contra esses professores dentro da faculdade chamados de dedos duros que delatavam, faziam denúncias...

(...)

A gente nem dormia mais, ficava a semana inteira fora de casa, promovendo reuniões, passeatas. Aí a repressão aumentou também. A PM começou a cercar o movimento estudantil no Estado de Goiás. Foi em 1966 quando fui preso.

(ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 154)

Por sua vez, a socióloga e pesquisadora Olga D'Arc Pimentel, aluna do Instituto de Educação de Goiás – IEG, em 1968, relatou para Daniel Aarão Reis sua atuação no movimento estudantil em Goiás (REIS, 2008, p. 159-164). Desde 1967 presidente do Grêmio do IEG, Olga e suas companheiras mobilizaram cerca de 3 mil alunas para protestarem contra a mudança do nome da escola para Otávio Lage, governador do estado na época. Declararam greve por tempo indeterminado que só foi encerrada dois meses depois com a revogação do decreto. Junto às demais entidades estudantis protestavam contra o acordo MEC-USAID, contra o imperialismo norte-americano, por mudanças na política educacional, contra a ditadura e a repressão.

Em julho de 1965, a UNE realizou seu último congresso legal antes de 1979. Com a proibição advinda do Decreto Aragão, as correntes de esquerda passaram a dominar definitivamente o movimento estudantil. Em 1967, os protestos estudantis voltaram a focar na política universitária, em especial nos acordos MEC-USAID e no relatório Atcon, elaborado pelo norte-americano Rudolph Atcon (VALLE, 2008).

Já no dia 2 de janeiro de 1968, Costa e Silva baixou um decreto criando uma comissão especial para formulação de uma nova política governamental para a educação, sob a chefia do Coronel Meira Matos, então Secretário Geral do Conselho de Segurança. A subordinação no Ministério da Educação ao Conselho de Segurança explica a tendência de militarização das questões estudantis (VALLE, 2008).

Porém, o movimento estudantil conquistou a rua após o assassinato de Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968. Apesar da militância dos estudantes contra o regime ser anterior, foi esse o fato que marcou a passagem do movimento estudantil ao enfrentamento (VALLE, 2008).

Ocorreu que a Secretaria de Segurança de São Paulo foi informada com antecedência que teria uma manifestação contra o governo, o que era proibido, e mandou ao local a Polícia Militar, Polícia Civil e agentes do DOPS para impedir a passeata o protesto, organizado pela Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (Fuec) era contra o aumento do preço da refeição e pedindo melhorias para o restaurante. A Polícia Militar, então, atirou e atingiu o jovem de 18 anos, além de ferir mais duas pessoas. Testemunhas disseram que a Polícia agiu com extrema

truculência, espancou moças e rapazes que participavam do protesto, além de disparar vários tiros. Os jornais publicaram o ocorrido, causando uma grande comoção na cidade. A versão oficial, porém, era que os policiais foram atingidos por pedras e atiraram para se defenderem (VALLE, 2008).

Para impedir que a Polícia desse outro destino, os estudantes levaram o corpo de Edson Luís para a Assembleia Legislativa, onde foi feita a autópsia. A Polícia Militar cercou o local, efetuou prisões, lançou bombas de gás lacrimogênio, contrariando as ordens do próprio governador. O enterro foi uma verdadeira mobilização popular, reunindo mais de 50 mil pessoas e tornou-se um grande protesto contra a violência e contra a ditadura (VALLE, 2008).

A morte do estudante causou uma grande repercussão em todo o país. Em várias cidades foram realizadas manifestações estudantis de protesto. Em Goiânia, o estudante Ivo Vieira foi atingido por um tiro de fuzil na cabeça., Telmo de Faria, estudante de Direito, e Maria Lúcia Jaime, aluna de Bellas-Artes, foram gravemente feridos (POERNER, 1979). Olga D'Arc Pimentel relata como se deu o protesto em Goiânia:

Enfrentamos a repressão pela primeira vez, pra valer, por ocasião da morte do Edson Luis. Fizemos em Goiânia uma passeata de protesto em solidariedade aos companheiros do Rio. A polícia veio firme contra nós, chegando até assassinar um estudante que era engraxate, secundarista de 16 anos, muito parecido com uma grande liderança da época, Ornalino da Silva. O enterro desse menino foi surrealista. Levaram um caixão vazio para a casa da família, na tentativa de evitar manifestação. Levaram o corpo direto do Instituto Médico Legal para o cemitério. Percebemos a grande sacanagem e fomos, assim mesmo, em passeata até o cemitério. No cemitério, algumas lideranças nem puderam entrar tamanho era o cerco policial, e os que entraram nem puderam assistir o enterro-relâmpago porque a polícia Federal, de arma em punho, saiu correndo a atirando atrás da gente. Uma grande loucura, uma estupidez completa. Pulamos o muro e sumimos (REIS, 2008, p. 161-162).

A luta dos estudantes continuou em duas vertentes: por demandas específicas contra a política educacional do governo, bandeira defendida por Vladimir Palmeira, presidente da UME da Guanabara, e da luta política, contra a ditadura e o imperialismo, posição de Luís Travassos, presidente da UNE em 1968 (VALLE, 2008).

No dia 21 de junho de 1968, policiais militares e estudantes enfrentaram-se no centro do Rio de Janeiro, no que ficaria conhecido como “a sexta-feira sangrenta” (PONTES e CARNEIRO, 1968). Na véspera, houve uma assembleia geral universitária na praia Vermelha com a presença dos alunos do reitor e dos Conselheiros Universitários. Durante a reunião, a polícia cercou o local e ao final exigiu a retirada dos líderes, o que foi impedido pelos demais. O reitor intermediou para a retirada de pequenos grupos. O que se seguiu foi uma cena de

guerra, com estudantes sendo caçados como criminosos, espancamento, atos de sadismo e até violência sexual. Foram presas 311 pessoas (VALLE, 2008).

A Sexta-Feira Sangrenta marcou a adesão de setores da população à luta dos estudantes. Chamados pelo ministro da Educação (Tarso Dutra) para uma suposta tentativa de diálogo, os estudantes seguiram em passeata protestando contra a violência da noite anterior. Ao chegarem perto do Ministério, a polícia atacou. Em uma perfeita cena de guerra, os policiais atacam com tiros, bombas de gás e pancadaria. Os estudantes fugiram, mas chegaram os populares e a revolta continuou. Dos prédios as pessoas jogaram objetos, um PM foi morto atingido na cabeça. A polícia cercou o triângulo formado pela Praça XI, Praça XV e Monumento dos Pracinhas e lançou bombas de gás lacrimogêneo. O tiroteio seguiu até às 8 da noite (VALLE, 2008). Segundo Pontes, o saldo desse dia fatídico foi de quatro mortos, vinte e três pessoas baleadas, trinta e cinco soldados feridos e cerca de mil presos (1968).

No dia 26 de junho, os estudantes voltaram às ruas na companhia de vários setores da sociedade civil. Por dez horas, mais de 100 mil cariocas protestaram contra o governo no que se chamou “Passeata dos Cem Mil”, dessa vez, sem repressão policial (VALLE, 2008).

Alguns dias depois, no dia 4 de julho, nova passeata reuniu Cinquenta Mil pessoas, também sem repressão policial. Porém, no dia seguinte, o ministro da Justiça (Gama e Filho) proibiu definitivamente as manifestações de rua. Houve um recuo nas manifestações e os estudantes se voltaram aos preparativos do XXX Congresso da UNE (VALLE, 2008).

No final de agosto, uma operação de extrema violência policial fez reacender o movimento estudantil e repercutiu negativamente na imagem do regime diante da sociedade. O *campus* da Universidade de Brasília foi invadido por uma operação que reuniu Polícia Militar, DOPS, Polícia Federal, SNI e Polícia do Exército, supostamente para prender um grupo de estudantes que tinham mandado de prisão, dentro os quais estava Honestino Guimarães, goiano, presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília, que cinco anos depois foi preso pela quarta vez e nunca mais apareceu. A Universidade foi transformada em um campo de guerra, salas de aula foram arrombadas, alunos e professores espancados, um estudante foi baleado e ficou entre a vida e a morte (VALLE, 2008).

Outro acontecimento crítico no explosivo ano de 1968 aconteceu em São Paulo e ficou conhecido como a “guerra da Maria Antônia”. Um ovo foi jogado da Faculdade Mackenzie contra um grupo de estudantes secundaristas, pedras foram lançadas em resposta e estava travada a guerra já anunciada. De um lado, franco-atiradores no Mackenzie, de outro, coquetéis Molotov na Faculdade de Filosofia da USP, o confronto que eclodiu dia 2 de outubro na rua Maria Antônia, que separava os muros da Universidade Mackenzie (reduto da direita estudantil

paulistana e do grupo de extrema direita CCC em São Paulo), da Faculdade de Filosofia da USP (maior base da esquerda universitária na cidade). Desde junho a Faculdade de Filosofia estava “ocupada” pelos estudantes que promoveram um centro de debates e discussões políticas aberto à população. No terceiro dia de “guerra”, o estudante secundarista José Guimarães foi morto com um tiro na cabeça disparado de um dos telhados do Mackenzie, supostamente por policiais infiltrados (PONTES e CARNEIRO, 1968).

Uma passeata no dia 8 de outubro reuniu estudantes, artistas, mães e professores, denunciando a violência policial e a proteção a membros do CCC. A polícia reprimiu com violência e um estudante foi atingido por um tiro. A população, cada vez mais partidária aos estudantes, lançou dos edifícios objetos sobre a tropa de choque (VALLE, 2008).

A “guerra da Maria Antônia” representa a radicalização tanto por parte do governo quanto do movimento estudantil. Os estudantes passaram a representar um maior perigo a ser combatido, o “inimigo” que justificava o uso da força para ser contido.

Não foi preciso muita articulação para a polícia descobrir onde seria realizado o XXX Congresso da UNE e, no dia 13 de outubro, no mesmo dia em que o capitão norte-americano Charles E. Chandler foi morto pela Aliança Libertadora Nacional – ALN - comandada por Carlos Marighella, a polícia invadiu o Sítio Murundu, onde estava acontecendo o congresso, prendendo 720 (setecentos e vinte) estudantes, dentre eles José Dirceu, Vladimir Palmeira e Luiz Travassos (PONTES e CARNEIRO, 1968).

Com o movimento estudantil novamente afastado da luta contra a ditadura, o MDB procurou reagir no Congresso Nacional, assumindo de fato a oposição. Os militares pressionavam pela punição do Deputado Moreira Alves acusado de ter proferido um discurso contra a invasão da UnB que foi ofensivo às Forças Armadas. Apelando pela defesa das imunidades parlamentares, o MDB tentou conseguir a adesão de alguns deputados da ARENA, e rejeitou o pedido do Ministro da Justiça para processar e cassar o mandado do deputado. O Congresso rejeitou o pedido e na noite seguinte a reação veio sob a forma do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968 (POERNER, 1968).

Ainda que não se possa atribuir ao movimento estudantil o endurecimento do regime, materializado pelo AI-5, indubitavelmente o ano de 1968 representou um misto de luta, resistência, esperança e paixão, muito bem descrito poeticamente por Jean Pierre Dut'euil:

Havia certamente paixão entre os que se lançaram contra os tiros e as patas de cavalos nas ruas do Rio na sexta-feira sangrenta. Entre os que resistiram às sucessivas invasões da Universidade Nacional de Brasília. Entre os adolescentes que transformaram Goiânia num dos mais importantes centros de denúncia da intolerância e do autoritarismo do Brasil. Em São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador, em

toda a parte onde se lutava – bolas de gude contra bolas de metralhadoras, atiradeiras contra revólveres, pedras contra cavalos, uma relação de forças tão desequilibrada só podia ser enfrentada – e o sonho de sua alteração só podia ser sonhado – com muita paixão (DUT’EUIL por REIS FILHO, 2008, p. 55).

A luta dos estudantes não terminou em 1968. Um dos desaparecidos políticos de Goiás, Marcos Antônio Dias Batista, com apenas 14 anos, participou das manifestações contra a ditadura em 1968. No ano seguinte, então membro da Vanguarda Armada Revolucionária Estudantil (VAR – Palmares) e da Frente Revolucionária Estudantil (FRE), saiu de casa para integrar a luta armada. Com apenas 15 anos,

... organizou estudantes, reuniu-se com camponeses, estruturou a FRE, integrou uma organização política e militar, explodiu uma bomba no jeeo do coronel Pitanga Maia, então Secretário de Segurança Pública de Goiás, atacou o carro do chefe da repressão política no Estado, Marcus Fleury, e fez pichações pelas liberdades democráticas.

(...)

Preso em maio de 1970, torturado, morreu e os seus restos mortais nunca foram entregues à família. A sua mãe, Maria de Campos Baptista, ouviu do médico Laerte Chediack, em 1980, que ele foi preso pela equipe do capitão Fleury, ex-diretor regional da Polícia Federal. Com a lei 9.140, de 1995, a União emitiu o seu atestado de óbito. Resta saber onde estão seus ossos e quem são seus algozes” (Renato Dias, SALLES, 2008, p. 131-132)

Desta maneira, em linhas gerais, se construiu a imagem do estudante como um “inimigo”, revolucionário, a ser combatido e exterminado. Seus “mentores” não ficaram a salvo. Ao contrário, foram duramente perseguidos, expurgados e devidamente eliminados pelo regime militar sob o pretexto de realizar uma limpeza no país no que tange à “contaminação” comunista. É o que se verá no próximo capítulo.

2.4 A operação de limpeza e os primeiro expurgos.

No dia 9 de abril, o Comando Supremo baixou o Ato Institucional que posteriormente ficou conhecido como AI-1, dando início um processo de “limpeza ideológica” que foi denominado “Operação Limpeza”.

As primeiras cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos e transferências de militares para a reserva aconteceram antes da posse de Castelo Branco, por decisão do Comando Supremo da Revolução, nos dias 10, 11 e 14 de abril. De acordo com o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, a “operação limpeza” deveria prosseguir. Seu artigo 7º suspendeu por 6 (seis) meses as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e

estabilidade (até 15 de junho). Um dia antes da posse do novo Presidente, Ato do Comando Supremo da Revolução nº 8 e Portaria nº 1, de 14 de abril, estabeleceu a sistemática dessas punições. A Portaria determinava a abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar os crimes militares praticados contra o Estado e a ordem política e social. No dia 15 de abril, Castelo Branco assumiu a Presidência da República. O AI teria vigência até 31 de janeiro de 1966, quando completaria o mandato de Jânio Quadros (FICO, 2012).

Para efetivar os expurgos, um dos procedimentos adotados foram os Inquéritos Policiais-Militares. O IPM era procedimento investigatório integrante da Justiça Militar, previsto nos Códigos Normativos e na Lei de Segurança e existia para investigar esporádicos crimes militares e políticos. No entanto, em 64, passou a ser usado de forma generalizada. Nos primeiros dias da "Operação Limpeza", o Comando Supremo da Revolução estabeleceu a instauração de um IPM para investigar "crimes políticos", o qual seria conduzido pelo General Estevão Taurino de Resende, nomeado em 14 de abril de 1964 (MOTTA, 2014).

Como se pode constatar, a Portaria que determinou a abertura de IPM foi baixada antes da posse de Castelo Branco, tal qual o AI-1, pelo Comandante Supremo da Revolução, General Costa e Silva. Segundo o historiador Carlos Fico (2001), analistas do período atribuem a demora da indicação de Castelo Branco à necessidade de garantir que seria feita uma rigorosa "operação limpeza" para eliminar os "inimigos da Revolução". A determinação de instauração de IPMs garantiria que a operação iria continuar depois da posse de Castelo Branco com o mesmo rigor (*idem*).

Diante da impossibilidade da condução de um trabalho de investigação de âmbito nacional, Taurino de Resende nomeou responsáveis para novos IPMs a serem presididos por chefes militares locais. Apenas em 64 foram instaurados cerca de 760 IPMs no Brasil. Para coordenar os trabalhos foi criada a Comissão Geral de Investigações (CGI), em 27 de abril de 1964, comandada por Taurino de Resende. A CGI teria duração de 6 (seis) meses, mesmo período estabelecido para os expurgos de servidores públicos, segundo o Ato Institucional. A Comissão justificou-se para reunir e ordenar os inquéritos de várias partes do país, resultando em centenas de demissões de servidores civil e militares. Um desses IPMs prendeu o próprio filho do General Taurino de Resende, que era professor na Universidade de Recife (MOTTA, 2014).

De acordo com a legislação, os IPMs tinham apenas função de investigação e as conclusões seriam encaminhadas ao Poder Judiciário. Os oficiais a frente dos IPMs não tinham poderes para condenar, no máximo prender preventivamente, mas muitas arbitrariedades ocorreram. Dos enviados à Justiça, muitos foram considerados inconsistentes para fundamentar

punições legais. Mas mesmo que não desencadeassem em punições, eram fontes de muita ansiedade e angústia para muitos professores e intelectuais, muitos dos quais exilaram-se espontaneamente e alguns nunca mais voltaram.

Com os Inquéritos Penais Militares, a “justiça fardada” exercida pelo STM tentava “demonstrar à sociedade a legitimidade e o senso de justiça presentes na exemplar punição dos inimigos subversivos”. Os formadores de opinião, como era o caso dos estudantes, professores, políticos, religiosos, sindicalistas, advogados e jornalistas foram especialmente visados (SCOCUGLIA, 2007).

Outro procedimento investigatório foi criado em decorrência das disposições do Ato Institucional de 9 de abril de 1964: as Comissões de inquérito ou de sindicância conduzidas pelas instituições universitárias. Nos termos do artigo 7º do AI nº 1:

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. (Vide Lei Complementar nº 5, de 1970)

§ 2º - Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal.

§ 3º - Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4º - O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

Essas Comissões causaram tanto ou mais prejuízos que os IPMs, pois as punições eram precedidas de investigações sumárias, sem prejuízo das sanções penais supostamente cabíveis.

Em Goiás, dentre outros, foram expurgados na primeira operação limpeza, Tarzan de Castro, oficial de gabinete do governador Mauro Borges, João Batista Zacariotti, subchefe da casa civil, e Hugo Brockes, chefe de gabinete. Era, contudo, apenas o início, como se verá.

2.5 O endurecimento do regime e a segunda onda de expurgos.

O mandato do Presidente Castelo Branco foi prolongado até 15 de março de 1967, por meio da Emenda Constitucional nº 9, de julho de 1964. Como o Ato Institucional nº 1 vigoraria apenas até 31 de janeiro de 1966, ficaria um vácuo até a posse do novo presidente. Por expressa determinação no AI, a partir de 15 de junho de 1966 não seriam mais possíveis as demissões e cassações em procedimento sumário e, depois de 31 de janeiro de 1966, não haveria mais instrumentos que permitissem cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos e outras medidas castradoras (FICO, 2012).

Uma crise militar antecedeu o Ato Institucional nº 2 e contribuiu para a projeção de Costa e Silva, considerado líder da linha dura¹. Em outubro de 1965, foram realizadas eleições para governadores em onze estados, sendo que os estados da Guanabara e de Minas Gerais elegeram candidatos da oposição. Apesar desse fato ser atribuído por alguns historiadores como desencadeador do AI-2, comungamos da posição de Carlos Fico, que atribui a um conjunto de fatores o endurecimento do regime, o qual estaria sendo gestado desde o início, como parte de um projeto de poder que não se resumia a livrar o país da “ameaça comunista” e “restabelecer a democracia”. Muito embora os militares que governaram o Brasil por 21 (vinte e um) anos se autodenominassem “democratas” e sustentassem suas ações na defesa dessa democracia, o que sucedeu foram anos de austeridade.

Com a edição do AI 2, foi restabelecida a possibilidade de suspensão de direitos políticos e de cassação de mandatos parlamentares, bem como da estabilidade, inamovibilidade e vitaliciedade dos servidores públicos, instituída eleições indiretas para Presidente e Vice-Presidente da República, possibilitada a decretação de estado de sítio pelo Presidente da República e ampliadas as possibilidades de intervenção federal. Também excluiu-se da apreciação do Judiciário os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução e pelo governo federal com base nos AIs 1 e 2 e atos complementares destes e também das resoluções das Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores que cassaram mandatos eletivos. Os cargos de juiz federal em primeiro grau passaram a ser providos por indicação do Presidente da República, comprometendo ainda mais a “independência” do Judiciário. Além disso, foi instituído um bipartidarismo, extinguindo-se todos os demais partidos.

O Ato Institucional nº 2 de 1965 vigorou até 15 de março de 1967, nova data para a posse do sucessor de Castelo Branco (FICO, 2012). Com o AI nº 2 foi retomada a “operação limpeza”.

¹ A divisão dos militares entre “moderados” e “linha dura” é discutida por alguns historiadores.

No dia 3 de outubro de 1966, o marechal Arthur da Costa e Silva foi eleito presidente pelo Congresso, com a abstenção de toda a bancada do MDB, a qual se retirou do plenário. Dois meses antes da posse de Costa e Silva, a Constituição de 1967 foi aprovada, incorporando muitas medidas arbitrárias previstas nos Atos Institucionais. Dentre estas, estendeu definitivamente o foro militar para os crimes contra a segurança nacional, o que tornou urgente a aprovação de uma lei que tipificasse esses crimes. A Lei de Segurança Nacional, Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, a dois dias da posse de Costa e Silva na Presidência, institucionalizou a guerra contra os “subversivos”, erigindo as bases para o sistema de segurança e para a polícia política (FICO, 2001).

CAPÍTULO III – REPRESSÃO NAS UNIVERSIDADES: ESPIONAGEM E REPRESSÃO SOBRE A COMUNIDADE ACADÊMICA.

3.1 O AI-5 e o ápice da repressão.

Nos dois anos que antecederam a edição do AI-5, uma série de acontecimentos abalou o governo. No dia 28 de outubro de 1966 foi lançada no Rio de Janeiro a Frente Ampla, movimento de oposição que lutava pela restauração da democracia, unindo Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, ainda exilado, o qual lançou um manifesto propondo eleições diretas, constituição democrática e anistia geral. Em setembro, Carlos Lacerda e João Goulart firmaram o “Acordo de Montevideú”, por meio do qual se defendia a volta da democracia. A Frente Ampla foi fechada em abril de 1968 e Carlos Lacerda foi cassado em dezembro do mesmo ano (FICO, 2001).

Embora haja registros de ações guerrilheiras mesmo antes do golpe de 1964, foi apenas em 1967 que a luta armada foi adotada como alternativa no combate à ditadura. A Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), realizada em Havana entre 31 de julho e 10 de agosto de 1967, serviu como estímulo para Carlos Marighella criar a Aliança Libertadora Nacional (ALN). Vários outros grupamentos comunistas viram na guerrilha a solução para combater o regime de exceção. Não se pretende aprofundar neste tema, sob pena de fugir ao objeto do trabalho, mas é importante para mostrar que não é possível atribuir aos grupos guerrilheiros a causa motriz do endurecimento do regime consubstanciado pela edição do AI-5 e pela implantação do sistema “DOI-CODI” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 2014).

Os primeiros episódios de gravidade promovidos por grupos guerrilheiros aconteceram depois do AI-5. O sequestro do embaixador dos Estados Unidos, por exemplo, deu-se em setembro de 1969. A radicalização política ocorrida durante o ano de 1968 foi utilizada como justificativa para a edição do AI-5, mas os fatos mostram uma interação entre o aumento da repressão e a radicalização da resistência (FICO, 2001).

Em junho de 1968, o general Emílio Garrastazu Médici, então chefe do SNI, já havia solicitado ao Presidente Costa e Silva um instrumento como o AI-5. O Ato foi resultante dos anseios punitivos da linha dura do regime, somados à decisão de Costa e Silva de completar a operação limpeza iniciada por Castelo Branco (FICO, 2001).

O AI-5 consolidou os poderes quase ilimitados da ditadura militar, enfraquecendo o Judiciário e neutralizando o Legislativo. Ao justificar-se no que se denominou “poder revolucionário”, imbuu-se do poder constituinte originário (ilimitado), sobrepondo-se à própria Constituição de 1967, já contaminada pelo autoritarismo da exclusão da origem popular. Sem o equilíbrio dos demais Poderes e com os direitos e garantias individuais suspensos, o Estado retoma o poder sobre o corpo dos indivíduos.

Apesar do fim do Ato Institucional nº 5, em 1978, a Lei de Segurança Nacional continuava garantindo a punição dos opositores ao regime. E, o que já se iniciou a apontar, entre eles estavam os professores e estudantes universitários. Mas, como se deu esse controle? É o que será tratado no item que se segue.

3.2 A vigilância e a repressão nas universidades e sobre os movimentos estudantis.

Desde o início do regime militar havia, por parte dos setores que compunham a linha dura, a intenção de constituição de um aparato global de controle da sociedade. Um projeto global de repressão e controle que incluía espionagem, polícia política, censura, propaganda política e o julgamento sumário dos supostos corruptos (FICO, 2012).

Apesar da tendência dos militares em atribuírem a estruturação da espionagem e repressão ao acirramento da resistência, representado, principalmente, pelo recrudescimento do movimento estudantil e pelo recurso da esquerda à luta armada como forma de combater o regime, essa relação de causa e efeito não corresponde à realidade. A montagem de um sistema de informação e de um sistema repressivo decorreu de um projeto em gestação desde o início dos governos militares, submetido à diretriz geral da “segurança nacional” (FICO, 2001).

Havia um complexo sistema de controle social durante a ditadura civil militar, formado pelas Delegacias de Ordem e Política Social – DOPS e a Polícia Federal, pelo Sistema Nacional de Informações (SNI), demais órgãos militares de informações (segundas seções, Centro de Informações do Exército – CIE -, Centro de Informações da Marinha – CENIMAR -, Centro de Informações e Segurança Aeronáutica – CISA - e Escritórios de adidos militares), pelo Sistema DOI/CODI – Destacamento de Operações e Informações/Centro de Operações de Defesa Interna e, ainda, pelo Ministério da Educação e Cultura (MANSAN, 2013).

A ideia de ordem, que existiu desde as sociedades primitivas, no contexto da modernidade, passa a ocupar um lugar de destaque no mundo disciplinar. Pensada no contexto da ditadura militar brasileira, essa compulsão pela ordem levou o Estado a estimular suas

instituições para eliminar ou neutralizar os indivíduos indesejáveis, que não se enquadram na ordem estabelecida (ROSA, 2012).

Com o intuito de combater o “inimigo interno”, os militares infiltram-se na sociedade com o argumento de identificar e reprimir toda e qualquer forma de subversão. Não é mais o delinquente que é vigiado, mas toda a sociedade. Os “olhos” do regime estão em todos os lugares, nas ruas, nos estabelecimentos comerciais, nas reuniões, nas escolas, nas faculdades e mesmo dentro das casas das pessoas.

Os complexos sistemas de informações e de segurança criados pelo regime militar que governou o Brasil de 1964 a 1985 tinham evidentes estratégias de biopoder que buscavam o controle da sociedade como um todo e a eliminação dos indivíduos considerados “inimigos”, os chamados de subversivos.

O Sistema de Informações, formado pelo SNI e seus “braços”, exerceu sobre a população o controle normatizante explicado por Foucault com a utilização do panóptico de Bentham. O panoptismo refere-se ao vigiar, o olhar sem ser visto, o silencioso controle disciplinar. A simples possibilidade do olhar controla, ainda que não haja de fato o olhar. Os militares infiltraram-se na sociedade em busca do “subversivo”. Não foram raros os relatos dos pavoros ante ao medo de estar sendo seguido, vigiado, até mesmo dentro da escola e da faculdade, onde eram comuns a figura do “infiltrado”. Nada nem ninguém escapava a esse grande olhar panóptico.

Diante disso, o clima de desconfiança alcança níveis muitas vezes insuportáveis. Pela própria lógica panóptica, mesmo quem não está sob vigilância imagina estar. Esse sentimento ficou evidente no depoimento de José Fernandes da Silva, estudante universitário em Goiânia no período:

Eu era estudante universitário. Aí sim era realmente muito pesado porque suponho que havia espões por todos os lados. Havia alunos que estavam estudando mais para espionar, eram agentes da polícia. E nós não confiávamos praticamente em ninguém, a não ser nos colegas que militavam com a gente ou na esquerda ou no grêmio, no diretório acadêmico. Mas muitos alunos entravam para a nossa classe, nós ficávamos desconfiados que fossem agentes da polícia (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 275).

Outra forma de controle social exercida pelos militares foi a repressão, que teve na tortura a maior expressão da estratégia de controle dos corpos, como se denota de outro depoimento:

Foi uma fase muito difícil, foi uma tortura muito forte. Muita pancadaria, principalmente nos rins. Era bater e cair. Choques elétricos todos os dias. Depois, a que eu considero a pior de todas, que é a psicológica. E foi também acompanhada de uma tortura base que percebi, mas que não sabia que era, o chamado soro da verdade (Horieste Gomes, in ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 178).

Como bem lembrou Carlos Fico (2001, p. 75), a expressão “porões da ditadura” engloba tanto as atividades de espionagem como de repressão. Seja através da polícia política, da propaganda política, da censura ou da espionagem, a população era controlada pelo Estado. A forma como se estruturou esse sistema será abordada na sequência.

3.3 Espionagem e repressão da ditadura civil-militar sobre a comunidade acadêmica

A comunidade universitária foi especialmente afetada pelo golpe. Desde o final da década de 1950, as universidades foram se tornando lugares propícios à propagação dos “valores de esquerda”. Externamente, havia a influência de eventos como a Revolução Cubana e as guerras de descolonização na Ásia e na África. No âmbito interno, o crescimento urbano, o aumento da industrialização e a expansão e organização dos movimentos sociais favoreceram à proliferação de ideias esquerdistas.

Rodrigo Pato Sá Motta (2014) estima que, em 1945, havia 30 mil matriculados em instituições de ensino superior no Brasil, subindo para 100 mil em 1961 e chegando a 142 mil em 1964. Os estudantes universitários tornavam-se, assim, cada dia mais, um grupo social especialmente influente, alguns conflitos entre direita e esquerda no início dos anos 1940 deram-se nas universidades, a UNE tornou-se instituição importante no debate político. Jovens universitários participavam de atividades voltadas à mobilização popular, como campanhas de alfabetização, criação de sindicatos rurais, organização da população favelada nos grandes centros urbanos. O engajamento político da UNE não era recente. Por ocasião da posse de Goulart, a entidade transferiu sua sede para Porto Alegre, onde o Governador Leonel Brizola liderava a resistência contra um golpe militar (BRITO, 2005). Mesmo antes do Golpe, os agentes repressivos mantiveram os militantes de esquerda sob vigilância.

Apesar do crescimento da esquerda, ainda era grande a influência dos valores conservadores nas universidades, até mesmo da extrema direita. Em cursos tradicionais, tais como Medicina, Direito e Engenharia, os professores com ideias esquerdistas eram minoria

antes de 1964. Houve grande apoio à derrubada de Goulart entre os professores e intelectuais. A disputa entre esquerda e direita causava um clima altamente polarizado nas universidades.²

No momento do Golpe, 20 a 30 mil pessoas foram detidas. Em maio de 64, permaneciam encarcerados de mil a 3 mil pessoas. No dia 31 de março, dois estudantes secundaristas foram baleados e mortos em Recife após protestos originados da Escola de Engenharia. Pessoas se refugiaram em Consulados e Embaixadas, tentavam sair das cidades (tentativa que muitas vezes eram em vão, pois exigiam salvo conduto nas estradas), tentaram livrar-se de provas queimando livros e documentos (MOTTA, 2014).

No dia 19 de abril de 1964, quatro dias após tomar posse, o Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda baixou a Portaria nº 259 determinando às universidades a instauração de inquéritos administrativos. Os reitores foram informados por telegrama ou pelo Aviso nº 705, de 22 de abril de 1964. Como a Portaria não especificava, cada universidade adotava denominação, composição e procedimentos próprios (MOTTA, 2014).

As detenções eram em delegacias, penitenciárias, quartéis e até em navios transformados em prisões temporárias. O navio Raul Soares, ancorado na baía de Santos, abrigou alguns intelectuais paulistas, operários e trabalhadores. Na Baía de Guanabara, três embarcações foram utilizadas como prisões, entre elas o Princesa Leopoldina. Alguns presos nordestinos foram confinados em Fernando de Noronha. Nesse primeiro momento, a violência física foi limitada, mas a violência psicológica foi intensa (MOTTA, 2014).

Durante o ano de 1964, cerca de 100 (cem) professores universitários foram punidos com aposentadorias e demissões, sem contar os que abandonaram o emprego para fugir das punições. A brecha "legal" para as demissões, prevista no AI-1, fechou em outubro de 1964. Todavia, a vigilância dos órgãos de informação continuou. Reitores e diretores recebiam constantemente demandas sobre o paradeiro de pessoas procuradas.

No momento do Golpe, a violência atingiu mais as lideranças estudantis e suas entidades que os professores. A maior repressão contra estudantes foi a depredação e incêndio do prédio da UNE, no Rio de Janeiro, no dia 1º de abril de 1964. A violência contra entidades estudantis

² Um exemplo dessa relação conflituosa deu-se na Universidade do Recife. Durante o reitorado de João Alfredo Costa Lima, foi estabelecido o Serviço de Extensão Cultural (SEC), dirigido pelo professor e pedagogo Paulo Freire. Entre as atividades do SEC havia a Rádio Universitária, campanha de alfabetização, além de um periódico, a revista Estudos Universitários. Um grupo de intelectuais favoráveis à derrubada de Goulart, liderado por Gilberto Freyre, conduziu uma campanha ferrenha contra o reitor, acusando-o de permitir a infiltração comunista na Universidade. O embate dividiu Recife entre os apoiadores de Freyre e os defensores do SEC. Após abril de 64, o projeto cultural da Universidade do Recife foi destruído e seus responsáveis demitidos ou aposentados (MOTTA, 2014, p. 33-34).

não se restringiu à UNE. Nesse mesmo dia, a sede da UAP, onde estudantes realizavam “vigília cívica”, também foi invadida (BRITO, 2005).

Para fazer a “limpeza” dos órgãos estudantis, o poder militar nomeou interventores em vários estados. O Conselho Universitário da Universidade do Brasil dissolveu os diretórios estudantis da Filosofia, do Direito e da Engenharia por acusação de indisciplina grave. Dezenas de estudantes universitários foram expulsos; outros abandonaram os estudos para fugirem da repressão ou dedicarem-se às atividades políticas (MOTTA, 2014).

Na Faculdade Nacional de Filosofia da UB (FNFi), dezenove estudantes foram excluídos sob acusação de infração aos regulamentos da instituição em atividades políticas no período anterior ao golpe. Doze estudantes do ITA, onde havia uma base significativa do PCB, foram presos, alguns por quatro meses. Na Faculdade de Filosofia da USP, policiais do DOPS, com o auxílio do CCC, derrubaram portas, interromperam aulas para prender estudantes, destruíram documentos e equipamentos do grêmio estudantil, perseguiram, surraram e prenderam estudantes. O campus da UnB foi transformado em cenário de guerra. Tropas da PM e Exército invadiram a Universidade, prenderam vários professores e alunos, interditaram a biblioteca em busca de livros subversivos. O *campus* ficou ocupado por duas semanas e, no retorno das aulas, o poder militar continuou, com presença ostensiva de soldados (MOTTA, 2014).

O primeiro Ministro da Educação nomeado pelos militares foi o Reitor da USP Luís Antônio da Gama e Silva, que ficou apenas duas semanas no cargo. Em seguida, assumiu o Reitor da UFPR, Flávio Suplicy de Lacerda, que ficou dois anos. Suplicy prometeu “sanear o comunismo” das instituições responsáveis pela formação da juventude (MOTTA, 2014).

Como dito anteriormente, a influência conservadora era forte entre os docentes. Vários intelectuais apoiaram o regime militar, como são exemplos: Eremildo Viana, Raimundo Muniz de Aragão, Zeferino Vaz, Antonio Delfim Netto e Alfredo Buzaid. Zeferino Vaz era professor da USP e autoridade sanitária e apoiou abertamente o golpe. Muniz de Aragão participou da campanha contra Goulart, mas tinha perfil mais moderado. Após o golpe, assumiu cargos na área educacional. Foi Diretor de Ensino Superior do MEC (DES/MEC), Ministro da Educação interino entre o final de 1966 e o início de 1967 e Reitor da UFRJ.

No dia 6 de novembro, o ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, assinou a “Lei Suplicy”, que proibia atividades políticas estudantis, estimulando as ações policiais nas universidades (FICO, 2001).

Várias universidades aprovaram moções de apoio à “Revolução”. O Conselho Universitário da USP aprovou “Moção de aplauso à Revolução”, a Faculdade de Medicina da

USP, um dos mais fortes núcleos da direita universitária, também aprovou sua moção. A única que se absteve foi a Faculdade de Filosofia (MOTTA, 2014).³

Entre os apoiadores do Golpe, muitos não desejavam a ditadura, apenas o afastamento do Presidente João Goulart. Essa parte do segmento mais moderado passaria a se opor ao regime nos anos seguintes. Entretanto, também havia estudantes e professores pertencentes à extrema direita, como ex-integralistas e outros anti-comunistas radicais.

Um importante momento da “operação limpeza” foi o afastamento de dirigentes universitários (diretores e reitores), o que facilitou o processo de expurgo de docentes e estudantes. Foram afastados seis reitores: UnB, UFPB, UFRGS, URRJ, UFES e UFG. Houve uma tentativa frustrada de afastar o Reitor da UMG, mas com uma estratégia muito bem executada os planos do governo de exceção foram frustrados. Também foram afastados alguns diretores de faculdades e escolas isoladas. Outros reitores, sob forte pressão, renunciaram. No entanto, a maioria foi favorável ao golpe ou não se opôs (MOTTA, 2014).

Uma característica da ditadura brasileira foi o esforço para manter uma aparência de legalidade. Como explica Caroline Silveira Bauer, os militares sempre se preocuparam em manter sua imagem “democrática” no exterior, utilizando-se de técnicas de legitimidade, como o rodízio de generais na Presidência ou o aparente suporte em um arcabouço legislativo (2012). Essa estratégia fez com a ditadura brasileira se diferenciasse das demais ditaduras latino-americanas, cuja repressão era mais escancarada.

Essa busca sistemática e progressiva de institucionalização do aparato repressivo fica evidenciada pelas reiteradas edições de Atos Institucionais, decretos e até pela outorga de Constituição de 1967, alterada substancialmente dois anos depois. Os militares fundavam-se na “utopia autoritária” da eliminação dos obstáculos à realização dos “objetivos nacionais permanentes” (FICO, 2012).

O mesmo se deu nas ações ligadas à educação superior. Tentou-se dar uma aparência de legalidade ao processo, recorrendo à Lei de Diretrizes e Bases – LDB - e ao Conselho Federal de Educação (CFE) para indicar reitores *pro-tempore*. Os Conselhos Universitários foram convocados para apresentar uma lista de nomes para o Presidente escolher (MOTTA, 2014).

Para preservar as aparências de cumprimento das normas institucionais, era evitado o uso de militares no papel de interventores, a menos que o militar fosse também professor. Foi

³ Carta subscrita por 23 membros do corpo docente e médico da Faculdade de Medicina, dirigida ao General Carlos Luís Guedes, parabenizava pelas investigações feitas para apurar a existência de agitadores comunistas entre os estudantes estrangeiros, mas sugeria a punição dos responsáveis pela cerimônia de aula inaugural ocorrida na universidade no início de 1964, em que o Chefe da Casa Civil da Presidência e ex-reitor da UnB, Darcy Ribeiro, foi o palestrante (MOTTA, 2014, p. 35-36).

o caso de Guilardo Martins Alves (na UFPB), José Carlos Azevedo (na UnB) e Jorge Emmanuel Ferreira Barbosa (na UFF) (MOTTA, 2014).

O reitor da Universidade Federal de Goiás, Colemar Natal e Silva, foi afastado em novembro de 1964, com a intervenção do governo em Goiás. O então Governador Mauro Borges era oficial do Exército e filiado ao Partido Social Democrático (PSD) e talvez por isso Castelo Branco resistiu meses para decretar a intervenção. A acusação era de permitir infiltração comunista nos órgãos públicos de Goiás. Já havia ocorrido um pequeno expurgo na universidade no início do ano, com alguns presos, e quatro demissões em outubro, dentre as quais a de Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, além de duas de funcionários da reitoria. O CFE aprovou a intervenção e nomeou reitor *pro tempore* um professor que assumiu como reitor interino até eleições regulares (MOTTA, 2014).

Após os expurgos ocorridos no início do regime, decorrentes da "Operação Limpeza" e dos que seguiram ao AI-5, a estratégia do Governo foi aumentar a vigilância política sobre as universidades.

O controle da educação superior durante a Ditadura Militar brasileira deu-se por várias frentes, incluindo tanto meios coercitivos de controle, como vigilância, punição e normatização, quanto meios ideológicos, através da propaganda, da censura, da educação moral e cívica, dos cursos promovidos pela Escola Superior de Guerra, dentre outros (MANSAN, 2013). E, como denuncia Horiestes Gomes em Alves e Côrtes:

Veio o golpe, e eu fui logo absorvido pela Faculdade de Filosofia. Logo em seguida fiz um concurso público, o primeiro concurso público para a Universidade Federal como um todo, passei e em 1968 já era vice-diretor da Faculdade de Educação onde funcionava a Faculdade de Filosofia e Educação. A ditadura já estava penetrando na universidade como um todo e procurando descobrir o máximo possível. Ela foi cercando. Ela derrubou nosso Centro de Estudos; derrubou a nossa Exposição Internacional do Livro; o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), nosso Centro de Estudos Brasileiros, durou menos de três anos. Ele foi fundado por um professor português, professor Agostinho da Silva, a grande cabeça que veio, que tinha uma experiência na África, em Angola; tinha uma participação muito grande contra o governo de Salazar. Era um homem altamente ligado a luta revolucionária. O Centro desapareceu (2013, p. 173).

O controle da comunidade universitária foi além da vida política e associativa, atingiu, também, atividades de natureza universitária, como pesquisas, eventos científicos e cerimônias acadêmicas. Um dos eventos mais vigiados eram as cerimônias de colação de grau, que podiam ser utilizadas como tribuna de protesto contra a ditadura, transformando-se em atividade política. Seminários e palestras também foram vigiados, para evitar a abordagem de temas tidos

como inconvenientes pelo governo. Shows e atividades culturais também eram controladas de perto, principalmente se o artista fosse politicamente engajado (MOTTA, 2014).

A partir de 1970, o governo criou órgãos de informações dentro das universidades, situados dentro do Sistema Nacional de Informações como um "braço" do SNI. Eram as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesi ou ASI).

Para facilitar e permitir a repressão, foram criados sistemas de espionagem, como se verá.

3.4 O SISNI: Sistema Nacional de Informações.

Pela sigla SISNI representou-se o conjunto de órgãos destinados à produção de informações em proveito das políticas de segurança e de desenvolvimento do país. Teve início com a criação do Sistema Nacional de Informações – SNI, em junho de 1964, com a Lei nº 4.341, porém, não se resume ao seu órgão central.

O controle exercido pelas comunidades de informação tinha natureza preventiva, mas à medida em que a estrutura foi se tornando mais ampla e complexa, adquirindo a característica de um sistema, de tal forma que a eficácia panóptica sobre a sociedade foi aumentando.

A estratégia incluía a captação de informantes em todos os setores sociais, como entre servidores públicos, associações da sociedade civil simpáticas ao regime (algumas delas ilegais, mas toleradas e protegidas pelo governo, como o Comando de Caça aos Comunistas) ou qualquer pessoa do povo disposta a colaborar (MAGALHÃES, 1997). Esse panoptismo possibilitava o "ver sem ser visto" em todos os setores da sociedade. Foi, portanto, um sistema que se proliferou, como se registra no próximo item.

3.4.1 O SNI.

O SNI foi criado no dia 13 de junho de 1964, dois dias antes do término do prazo estabelecido pelo AI para as cassações e suspensões de direitos políticos. Com a função de "superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informações e contra-informações, em particular as que interessem à Segurança Nacional" (art. 2º da Lei nº 4.341/64), o novo órgão era diretamente ligado à Presidência da República e atuava em proveito do Presidente e do Conselho de Segurança Nacional.

O SNI foi criado às claras, por projeto de lei enviado ao Congresso Nacional por Castelo Branco e aprovado, não sem resistência de alguns parlamentares, que temiam que o órgão se assemelhasse com o antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de Getúlio Vargas. Todavia, apesar de sua origem legal, sua atuação foi fatalmente distorcida quando submetido à linha dura do regime (FICO, 2012).

Já existia um Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) ligado à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Contudo, mesmo tendo sido criado logo após o Golpe de 1964, foi apenas no final da década de 1960 que o governo militar estruturou, de forma rigorosa, as atividades de informações e de repressão (FICO, 2001).

A concepção original era que o SNI funcionasse como agência de inteligência e não como serviço de repressão ou segurança. A garantia da "segurança nacional" estaria a cargo de outras instituições: as Polícias estaduais, a Polícia Federal e os serviços de informações ligados às Forças Armadas, aos quais se uniriam mais tarde para formar os DOI-CODIs (MOTTA, 2014). Porém, ainda que fosse órgão de informação por excelência, o SNI possuía um alto grau de ingerência nos demais órgãos e nas ações repressivas do governo.

Pensado para funcionar como órgão de informações, paulatinamente foi sendo tomado pela linha dura. Golbery idealizava sua criação desde aos anos 1950, mas claramente a feição do órgão mudou no governo Costa e Silva, quando passou a ser dirigido por Emílio Garrastazu Médici, o qual transformou o SNI em instância consultiva, com poder para vetar nomes indicados para cargos públicos. Quando assumiu a Presidência, após um interregno da Junta Militar, o SNI foi assumido pelo general Carlos Alberto Fontoura. (FICO, 2012).

O SNI foi crescendo, aumentando sua ingerência sobre toda a sociedade e todos os aparelhos do Estado. Estima-se que aproximadamente duas mil pessoas trabalharam no órgão de forma permanente. Inicialmente concebido para municiar o Presidente da República de informações, acabou tornando-se o monstro ao qual Golbery se referiu⁴, gerenciando, também, atividades políticas e empresariais (D'ARAÚJO, SOARES E CASTRO, 1994).

Fontoura chefou o SNI no período em que se instalou no Brasil uma polícia política, com a estruturação do sistema CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna - Destacamento de Operações de Informações), no final dos anos 1960, e foi também em sua gestão que as antigas "seções de segurança nacional", existentes desde 1946, foram

⁴ O general Golbery do Couto e Silva, criador do SNI, quando deixou o governo, em 1981, disse a frase que ficaria famosa: "Criei um monstro". Provavelmente referia-se ao desvio que o órgão tomou após o início de 1969.

transformadas nas “divisões de segurança e informações”, criando uma ampla rede de espionagem (FICO, 2012), que será explicitada na sequência.

3.4.2 A Espionagem nos ministérios civis.

Os “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis” eram constituídos por órgãos de informações que funcionavam nos ministérios e nas autarquias, fundações e empresas estatais a eles vinculadas. Cada Ministério tinha sua “Divisão de Segurança e Informações” e em cada órgão importante da administração pública a eles vinculado existia uma “Assessoria de Segurança e Informações” (ASI), algumas vezes chamada de “Assessoria Especial de Segurança e Informações” (FICO, 2001).

As Divisões de Segurança e Informações (DSI) nos ministérios civis foram criadas em 1967. Tiveram como base as seções do Conselho de Segurança Nacional, as quais funcionavam nos ministérios e já operavam desde 1930. No governo do general Emílio Garrastazu Médici, as DSIs foram colocadas sob a tutela do SNI e o CSN passou a funcionar como órgão de estudos e consultoria sobre a segurança nacional. Tinham a função de assessorar os titulares dos ministérios em suas atribuições e em questões de segurança. Seus diretores eram, em regra, oficiais superiores reformados das Forças Armadas e estavam sujeitos a dupla subordinação: primeiro, pelo respectivo ministro, nominalmente seu chefe, até 1970, coordenadas pelo CSN e, após essa data, pelo SNI (MOTTA, 2014).

Uma das maiores e mais importantes DSIs foi a do Ministério da Educação e Cultura. Em meados da década de 1970, sua estrutura contava com aproximadamente sessenta funcionários, analistas de informação e analistas de segurança, e ocupava meio andar do edifício na Esplanada dos Ministérios. Continha uma Direção, Seção de Informações e Contrainformação (Sici/DSI), Seção de Segurança Nacional e Mobilização (SNM/DSI) e Subseção de Apoio Administrativo (SSAA/DSI) (MOTTA, 2014).

Em 1970, os serviços de informação sofreram nova reformulação e ampliação com a aprovação do Plano Nacional de Informações (PNI) e o estabelecimento do Sisni. Em 1971 foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI), com o papel de formar as centenas de agentes que atuariam nesse aparato. O SISNI, tendo como principal agência de inteligência o SNI, dividia-se em Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios civis (sendo que a partir de 1975, também de contrainformação). Cada Sistema Setorial de Informações e

Contrainformações era encabeçado pela respectiva DSI, além de outras agências subordinadas, e deveria elaborar seu próprio Plano Setorial de Informações, integrado ao PNI.

A partir de 1970, foram criadas subdivisões das DSI nas instituições subordinadas aos Ministérios, as Assessorias Especiais de Segurança e Informações - Aesis, que em 1975 passaram a chamar apenas Assessorias de Segurança e Informações – ASI.

Com o estabelecimento do SNI e a ampliação dos serviços de informações, foi estimulada a criação de subdivisões das DSI, a serem estabelecidas em instituições subordinadas ao controle dos ministérios, normalmente em empresas públicas, autarquias e fundações. Assim, foram criadas as Assessorias de Segurança e Informações – ASI, ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações – AESI, como se verá.

3.4.2.1 Assessorias de Segurança de Informações Universitárias.

As ASI foram criadas oficialmente pelo Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, chamado de Lei de Reforma Administrativa, e resultou de um processo de centralização fundamental para a consolidação daquele sistema de controle social. No âmbito das universidades foram criadas a partir de janeiro de 1971, depois que o MEC aprovou seu Plano Setorial de Informações. Antes disso, com o endurecimento do regime em 1968, e o conseqüente acirramento da resistência, algumas agências de informação já funcionavam nas reitorias.

Antes mesmo da criação das ASI, foi editado o Decreto 477, de 26 de fevereiro de 1969, que permitia, através de um processo sumário, a expulsão de estudantes e a demissão de funcionários das universidades acusados de atos subversivos. Até mesmo a participação em passeatas não autorizadas era considerada ato subversivo passível de punição (MOTTA, 2014). O então estudante de medicina Abrão Marcos da Silva da UFG foi atingido pelo referido decreto, como relatou:

O Decreto 477 era um meio de excluir da Universidade pessoas que tinham participação ativa na luta contra a Ditadura. Basicamente era isso. Eles achavam que essas pessoas representavam risco para a Universidade em termos de formar consciência, de promover greves e movimentos sociais. Então eles arrumaram um jeito de excluir essas pessoas. 28

O Jarbas Passarinho veio aqui e perdoou o 477. Faltava um mês para eu me formar, ele veio aqui em Goiânia e entregou a Anistia para o 477. Eu fiquei mais um mês estudando e em março de 73 eu peguei o diploma; quando foi em julho voltei para o CEPALGO. Aí fiquei três a quatro meses no CEPALGO. No ano seguinte saiu a

condenação de dois anos pela atividade no Partido Comunista. Fui para o CEPAIGO, cumpri a pena, isso em 75, e saí de lá em março de 1976.

(...)

Quando me apresentei para o serviço Militar, eu consegui um adiamento de corporação. (...) eu já tinha feito a opção pela FAB; quando consegui pegar o diploma e fui me apresentar em 1973, imediatamente fui encaminhado. Mas eu não podia porque tinha que levar um atestado de ideologia política e eu não tinha esse atestado. Eu pedi esse atestado e não consegui.

Eles me prenderam, e não foi só isso; eu formei e não tive condições de trabalhar aqui em Goiânia, mesmo parentes corriam de mim. Isso já em 1973, 74. Não tinha meio de conseguir emprego (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 28 e 29).

Com o papel de coordenar as atividades das AESI em suas respectivas regiões e de servir de elo entre essas e a DSI/MEC, foram criadas, ainda, as Assessorias Regionais de Segurança e Informações (ARSI). Havia cinco ARSI: ARSI/NE, ARSI/DF/MG/GO, ARSI/GB, ARSI/MT/SP e ARSI/RS. Essas Regionais, todavia, não apresentaram o resultado pretendido e, em 1975, foram substituídas por Assessorias de Segurança e Informações instaladas nas Delegacias Regionais do MEC (Demec). As ASI/Demec foram subordinadas administrativamente ao MEC e operacionalmente à DSI. Em 1976, havia nove em funcionamento (MOTTA, 2014).

As justificativas apresentadas para a criação das ASI foram o aumento da escalada repressiva a partir de 1968, com a edição do AI-5, o aumento das ações da esquerda armada e a identificação, por parte do sistema de informações, da comunidade universitária como um dos focos mais importantes de luta contra o regime militar. Nas universidades foram apresentadas como órgãos subordinados aos reitores e encarregados de assessorá-los em assuntos de Segurança Nacional. Todavia, muitas vezes, as Assessorias serviam de canal para o exercício de pressão e controle sobre os próprios reitores (MOTTA, 2014).

As ASI tinham ampla atuação nas universidades, retiravam toda a liberdade da vida acadêmica e contribuíam para criar um ambiente de medo e insegurança que prejudicou a produção e reprodução de conhecimento e empobreceu o debate político. Filtravam-se as contratações de pessoal, fazia-se controle de manifestações e ações políticas planejadas pelas lideranças estudantis, aplicavam-se as punições previstas no Decreto 477 de 1969, controlava-se a circulação internacional dos docentes, disseminava-se material de propaganda e contrainformação produzido pelo governo, dentre outras ações repressivas. Seus agentes vigiavam tanto os considerados pelo regime como "subversivos políticos", como os que eram intitulados "indivíduos moralmente desviantes", revelando a influência exercida por valores da cultura conservadora sobre os integrantes das comunidades de informações e segurança.

Mesmo em um quadro de evidente declínio dos partidos comunistas, as ASIs tinham verdadeira obsessão em impedir a infiltração comunista e soviética nas universidades.

Ao longo dos anos 1970 as universidades federais e algumas estaduais foram criando suas Aesis e mesmo outros órgãos ligados ao MEC, como a CAPES e o CNPQ. Foi o exemplo da USP, da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual de Maringá que, por serem estaduais, não tinham por obrigação ter uma Aesis. No total, havia aproximadamente trinta e cinco Aesis universitárias e cerca de quinze ligadas a outros setores do MEC (MOTTA, 2014).

Em 1975, as DSIs e as ASIs foram reformuladas pelo Decreto 75.640. A partir daí, para ser chefe de uma ASI era necessário ter feito o curso de informações da Escola Superior de Guerra, o curso A da Escola Nacional de Informações (EsNi) ou o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme). Houve tantos civis quanto militares na chefia das ASIs universitárias. Além do chefe, responsável por coordenar as atividades e representar junto à DSI/MEC e aos outros Órgãos de Informações, havia, ainda, a seção de informações e a seção administrativa. Nos termos do Decreto nº 75.524, de 1975, havia três tipos de ASIs: as que tinham até dois servidores, as com até cinco servidores e as que tinham até oito servidores (MOTTA, 2014).

Com frequência a DSI/MEC distribuía formulários e instruções para a fiel observância das normas e cuidados na gestão dos documentos sigilosos, como o “Manual sobre guerra psicológica”, “Manual de informações e contrainformações”, “Manual de segurança das comunicações” e “Como identificar um usuário de drogas”. No início de 1974, o manual “Como eles agem”, um estudo sobre as estratégias comunistas nas universidades, vazou e repercutiu na imprensa e no meio estudantil, em matérias ridicularizando seu tom conspiratório (MOTTA, 2014).

Com a reorganização do movimento estudantil e a derrocada da luta armada, o MEC resolveu normatizar a organização de eventos. O Ministro Jarbas Passarinho assinou o aviso reservado nº 873, em agosto de 1973, determinando às universidades que comunicassem à DSI/MEC com noventa dias de antecedência à organização de qualquer evento, elencando objetivos e programas para passar sob o crivo dos agentes de informação. Quando o Ministro Ney Braga assumiu, passou a exigir a publicação de portarias de autorização para cada evento (MOTTA, 2014).

As publicações estudantis também eram vigiadas pelas Assessorias de Informação e, caso tidas como impróprias, eram apreendidas pela polícia. Muitas dessas ações de censura dentro das universidades não tinham amparo legal, a menos que houvesse violação à Lei de

Segurança Nacional ou à Lei de Imprensa. Como o regime militar procurava dar uma aparência de legalidade aos atos de governo, muitas portarias e atos do MEC eram editados de forma secreta. Apesar da DSI/MEC não ter amparo legal para censurar eventos e publicações, isso se dava com frequência, ainda que por meios indiretos (MOTTA, 2014).

Segundo Motta, com relação à censura a livros e revistas, havia um certo critério usado pela repressão. Os livros de esquerda que eram proibidos tinham um apelo revolucionário, um chamamento à ação. Publicações mais teóricas eram poupadas, até mesmo para manter a falsa impressão de democracia. E, 1976, a DSI/MEC enviou às ASIs uma lista com 205 livros oficialmente proibidos pelo Ministério da Justiça. Na relação, além de publicações eróticas, havia obras de autores da esquerda como Lênin, Márcio Moreira Alves, Nelson Werneck Sodré, Che Guevara e Frantz Fanon. Pelo critério adotado, não havia nenhum título de Marx, por exemplo (MOTTA, 2014).

A vigilância também recaía sobre a atividade de pesquisa das universidades. Os agentes das ASIs monitoravam as pesquisas, vigiava os pesquisadores, principalmente os ligados a temas de Segurança Nacional. Alguns dos principais cientistas relacionados com a temática nuclear e energética eram esquerdistas e haviam sido punidos pelo regime militar (MOTTA, 2014).

Havia uma importante faceta modernizadora no regime, influenciada principalmente pelos aliados norte-americanos, o que levou a um aumento das verbas destinadas a pesquisas e cursos de pós-graduação. Muitas vezes essas verbas eram destinadas a pesquisadores esquerdistas tolerados pelo regime diante da necessidade de impulsionar o desenvolvimento científico. Mas com isso a vigilância era ainda mais acirrada. As expedições científicas também eram controladas e dependiam de autorização do CNPQ. Havia uma preocupação toda especial com as pesquisas em parcerias e as financiadas por entidades externas, por medo de ingerência estrangeira e de exposição das mazelas internas no exterior. As agências de informações não tinham poderes para impedir as pesquisas, mas pressionavam através de corte de verbas e empecilhos à concessão de bolsas que inviabilizavam muitas pesquisas (MOTTA, 2014).

Uma das funções das Aesi/ASI era fazer a triagem política e ideológica dos servidores públicos. Para isso, no início de 1974, as Aesi receberam instruções para o preenchimento do Levantamento de Dados Biográficos (LDB). Os servidores, formados pela EsNI, prestavam-se a cumprir as demandas por informes e informações, como os inúmeros Pedidos de Busca (PB) e Pedidos de Informações (PI) recebidos das instâncias superiores. Era feita triagem ideológica de estudantes, funcionários, professores e pessoas cogitadas para cargos de confiança. A ASI do órgão interessado distribuía aos Órgãos de Informação um PB sobre a pessoa em questão,

com os dados que possibilitassem a identificação. Também era comum solicitar a essas agências que atendessem aos requisitos do Plano Setorial de Busca, que consistia em um questionário a ser respondido pelas ASI (FICO, 2001).

As Aesi/ASI tinham por função atuar como órgãos de informação e contrainformação. Não tinham poder de polícia e não se destinavam à repressão. No entanto, alguns agentes exorbitavam suas funções. Algumas universidades, além das assessorias de informação, criaram serviços de segurança nos *campi*, que atuavam em conjunto com os órgãos de informação.

Cientes da importância do ambiente universitário na batalha ideológica, a atividade de contrainformação também era muito valorizada pela Divisão de Segurança e Informações do MEC, que tinha uma seção especializada para a tarefa: a Seção de Informações e Contrainformação. Um dos maiores manuais produzidos pela DSI/MEC foi exatamente o "Manual de introdução à contrainformação", o qual "definia e descrevia as operações de contraespionagem, contrassabotagem, contrassubversão, contraterrorismo e contrapropaganda". Os textos eram fixados em locais visíveis, mantendo sigilo da fonte. Em algumas vezes a DSI/MEC chegou a inventar organizações políticas fictícias para fazer contrapropaganda (MOTTA, 2014).

O anticomunismo teve um papel fundamental nos discursos e motivações dos grupos que apoiaram o golpe. Para os militares, lutar contra o comunismo era defender a pátria contra a ameaça estrangeira, sentimento alimentado desde a repressão ao movimento revolucionário de 1935, a Intentona Comunista. A batalha contra "os desígnios do MCI – Movimento Comunista Internacional" tornou a caça aos comunistas uma verdadeira obsessão. Em outubro de 1972, a DSI/MEC enviou para as ASIs um texto denominado "Movimento Comunista Internacional" - um documento secreto para uso interno dos agentes de informação, baseado na investigação de debates apresentados no Congresso do Partido Comunista da União Soviética, apontando estratégias dos revolucionários na América Latina. No mesmo ano, os órgãos de informação começaram a divulgar que o MCI estava orientando o Movimento Comunista Brasileiro (MCB) a reorganizar o movimento estudantil que desde 1969 estava desestruturado. A UNE e as UEE continuavam proibidas, os DCEs e DAs eram monitorados pelos órgãos de informações, então a estratégia do MCB seria infiltrar-se em encontros estudantis para distribuir materiais subversivos e cooptar os jovens, utilizando meios "moralmente condenáveis", como o incentivo ao uso de entorpecentes, à licenciosidade moral e o desprezo aos valores tradicionais e à história (MOTTA, 2014).

Ironicamente, os comunistas tradicionais brasileiros eram conhecidos por serem extremamente conservadores em matéria de comportamento. Zuenir Ventura relata em seu livro "1968: o ano que não terminou", que em 1963, Liana Aureliano, uma militante comunista, foi eleita delegada a um congresso do PC e foi vetada por duas bases do Recife por não ser mais virgem. Mesmo as organizações mais revolucionárias surpreendiam com a rigidez moral. Na década de 50, o Partido Comunista promovia casamentos entre visitantes que ousassem dar um "mau passo" (1988). Eram igualmente intolerante com o uso de qualquer entorpecente e com a homossexualidade. Desse modo, atribuir aos comunistas o papel de desagregadores morais fugia em muito à realidade no Brasil.

Nos anos 1970 os grupos revolucionários foram desbaratados pela repressão e os partidos comunistas estavam em declínio. O medo do "perigo vermelho" foi se tornando uma estratégia do Governo Militar para manutenção no poder. Apesar do declínio dos partidos comunistas tradicionais, o mesmo não acontecia com os valores socialistas, que cresciam, principalmente, entre a juventude intelectualizada (MOTTA, 2014).

As relações com países socialistas, fortalecida durante o governo de João Goulart, resultaram na formação de órgãos culturais bilaterais como o Icbus e acordos para envio de estudantes brasileiros à União Soviética. Com a tomada do poder pelos militares, as relações com Cuba e China foram cortadas com base no anticomunismo, mas com relação à Europa Oriental, interesses comerciais e diplomáticos impuseram a manutenção de certa complacência. As atividades culturais dos soviéticos eram monitoradas e desaconselhadas. Entidades como o Icbus foram proibidas, a ida de estudantes brasileiros para a ex-URSS e países do bloco foi reduzida e a realização de novos convênios de universidades brasileiras com similares do exterior dependiam de autorização do MEC (MOTTA, 2014).

Em Goiás, na cidade de Anápolis, os Órgãos de Informação identificaram um casal trabalhando na Prefeitura, que se casou na URSS. Wilson, militante comunista, mudou-se para a URSS antes de 1964 a fim de estudar na Universidade Patrice Lumumba, voltando com a mulher e filho após sete anos. Em 1972, foram demitidos (MOTTA, 2014).

A vigilância dessas agências também era voltada às práticas de corrupção. Nesse conceito, além de significar a prática de atos administrativos criminosos ou a malversação de recursos públicos, também se incluía desvios em relação aos preceitos morais conservadores dos militares.

O fim do AI-5, em janeiro de 1979, e a promulgação da Lei da Anistia, em agosto de 1979, deram novo ânimo às forças de oposição ao regime. Desde 1977 as lideranças estudantis vinham recobrando o entusiasmo. O Congresso da UNE, em 1979, teve a função de reorganizar

o movimento estudantil, que voltou a ter força política. As criações de associações de professores pelo país, que deram origem, em 1981, ao seu sindicato nacional (ANDES), também representaram uma grande força política.

Foram se multiplicando as denúncias e críticas contra as ASI universitárias, consideradas uma excrescência no contexto redemocratizante. As primeiras denúncias sobre a existência de critérios ideológicos na contratação de professores foram apresentadas, em 1975, em eventos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC (MOTTA, 2008).

Em 1977, a imprensa paulista publicou pequenas notas e cartas de professores que denunciavam essas práticas na USP. O Reitor foi chamado a depor em Comissões de Investigações da Assembleia Legislativa. No ano seguinte, textos jornalísticos mais contundentes foram sendo publicados. Na Revista "Isto É", em junho de 1978, o jornalista Villas Boas Corrêa publicou texto de grande divulgação, expondo as ASIs e os exageros cometidos. Em 1979, setores organizados da comunidade universitária voltam-se contra as ASI. Não se sabe, ao certo, se foi o movimento docente ou estudantil que começou a reivindicar a extinção das ASI. Dentre os pontos da pauta de lutas do "I Encontro Nacional de Associações Docentes", realizado em fevereiro de 1979, em São Paulo, constava a democratização e fim do controle ideológico nas universidades e, conseqüentemente, a extinção das ASI. Encontros seguintes reafirmaram o pedido de extinção das ASI. Por parte do Movimento Estudantil, houve manifestações contra as ASI em algumas instituições, como UFMA e UFRN. Destaque para a matéria publicada na "Tribuna do Norte", em 11 de outubro de 1979, sobre as polêmicas envolvendo a ASI/UFRN. O texto atribuía ao Ministro da Educação, Eduardo Portela, a informação de que o governo, há algum tempo, havia decidido por fechar as ASI universitárias (MOTTA, 2008).

Assim, em 1979, inicia-se de forma lenta e descontínua o processo de fechamento das ASI universitárias. As pressões dos setores organizados da comunidade universitária e sua repercussão pública foram decisivas. Nesse contexto, com a imprensa expondo as ASI universitárias, estudantes e professores mobilizados, reitores começando a se mostrar mais reticentes, decidiu-se desmontar o aparato das ASI nas universidades. Porém, muito embora os órgãos de repressão começaram a se retirar dos campi, a vigilância continuou. As Delegacias Regionais do MEC (DEMEC) deveriam continuar o trabalho, com transferência de pessoal, equipamentos e arquivos. Muitas DEMEC já tinham suas ASI, outras foram criadas a partir das ASI universitárias. Algumas ASI demoraram bem mais para serem extintas. Foi o caso da ASI/UFAM, que funcionou até 1985, e da ASI/UFMA, que foi extinta apenas em 1988. O destino das ASI dependeu muito da atitude dos reitores (MOTTA, 2008).

Com a abertura democrática, ficou mais difícil para os órgãos de informação atuarem ostensivamente nos *campi*. Mas dentro ou fora das universidades, as ASI continuaram funcionando, embora sua força e capacidade de coação já não serem as mesmas. Em meio a esse processo da desagregação, ficou mais difícil zelar pelo sigilo dos documentos. A partir de 1980, começaram a vazar documentos internos das ASI universitárias. O primeiro caso a ganhar notoriedade foi a publicação pela “Revista Veja” de modelo de “Ficha de Levantamento de Dados Biográficos” (LDB), em junho de 1980, provando a existência de controle ideológico na contratação dos professores. Na parte dedicada à “posição ideológica” e a atitude em relação à “Revolução de 31 de março”, havia as opções integrado, adesista, contra-revolucionário e sem posição definida (MOTTA, 2008).

Outros vazamentos deram-se na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em julho de 1981, e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em agosto de 1982. Conforme Motta, contudo:

... os grupos encastelados na “comunidade” esperavam manter tudo como estava, continuando nos velhos empregos e funções. Mas surgiram indícios de que eles desejavam mais do que apenas manter o status quo. Em julho de 1986, circulou nos meios universitários informação que viria a detonar novo ciclo de polêmicas contra as ASI (2008, p. 55).

Em julho de 1986, atribuiu-se ao Reitor da UFRJ, Horácio Macedo, notícia de que o SNI e a DSI/MEC planejavam reorganizar as ASI desativadas. O reitor revelou que tinha recebido uma circular do Ministério da Educação orientando sobre a reativação das ASIs em todas as universidades. A 43ª Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, realizada no fim desse mesmo mês, em Salvador, condenou essa orientação do MEC (A UNE contra o SNI, 1987, p. 14).

A Portaria/MEC nº 576, de 05 de agosto de 1986, extinguiu formalmente as ASI ainda existentes nas universidades brasileiras, no entanto, não extinguiu as assessorias de segurança ligadas às delegacias regionais. Prova de que a vigilância e repressão não se extinguiram com a redemocratização. Nesse sentido, um fato ocorrido na Universidade Federal do Ceará tomou proporções nacionais. No dia 27 de agosto de 1986, cerca de duzentos estudantes invadiram a sala da ASI na UFC e recolheram, aproximadamente, trezentos quilos de documentos. Dois dias depois, quando a Polícia Federal ocupou a sede do DCE, recuperou 90% dos documentos e prendeu três estudantes. O episódio foi narrado com detalhes no livro denúncia “A UNE contra o SNI”, lançado em ato realizado na Associação Brasileira de Imprensa em maio de 1987.

As ASI produziram um volumoso arquivo, do qual constava, inclusive, documentos anteriores a sua criação, recebidos de outras agências. Como era de se esperar, não havia qualquer preocupação em guardar fontes para uso futuro de historiadores, nem com a preservação da memória nacional. Antes, a preocupação era com o sigilo de suas ações.

O Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS) foi instituído pelo Decreto 60.417, de 11 de março de 1967, e revogou o Decreto 27.585, de 1949. Em seu art. 2º, o Decreto ameaçava com punições penais e administrativas quem descumprisse suas prescrições. Em 1977, o RSAS foi alterado pela edição do Decreto 79.099. Todavia, apenas duas universidades conservaram íntegros os arquivos de suas ASI, a UFMG e a UnB (MOTTA, 2008).

Centenas de documentos produzidos pelas ASI estão guardados no fundo do SNI, disponíveis à consulta pública no Arquivo Nacional. Há, também, registros nos arquivos dos DOPS de alguns estados. Porém, a maior parte foi destruída ou não localizada (MOTTA, 2008).

3.4.2.2 A espionagem em outros órgãos.

As atividades de informações na área militar tradicionalmente couberam às 2ªs Seções das unidades militares de cada Força. Ainda no governo de Castelo Branco, foi sugerida a criação de um centro de inteligência dentro do Estado, de âmbito nacional, para propiciar ao país um moderno sistema preventivo das ameaças ao Estado de Segurança Nacional. Como a ideia não fora aprovada por Castelo, só quando Costa e Silva assumiu é que foi implementada (D'ARAÚJO, SOARES E CASTRO, 1994).

Os sistemas específicos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica compunham os "Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares". Os órgãos militares de informações também realizavam operações de segurança, o que os tornava órgãos mistos de informações e segurança (FICO, 2001).

O Centro de Informações do Exército – CIE - criado em 1967 da fusão da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército com a Divisão de Infantaria do Gabinete do Ministro, era o órgão central de informações e execução de repressão do Ministério do Exército. Ligado diretamente ao Gabinete do Ministro do Exército, foi o órgão que centralizou a repressão clandestina aos movimentos de oposição à ditadura. O CIE foi o responsável pela criação e manutenção de centros clandestinos onde muitos militantes foram torturados e mortos (FICO, 2001).

No ano seguinte, no âmbito da Aeronáutica, foi criado o N-SISA, Núcleo do Serviço de Informações e Segurança, que em maio de 1970 foi transformado em Centro de Informações da Aeronáutica – CISA. Teve atuação mais discreta que o CIE, porém não menos cruel. A CISA já existia desde 1955, mas foi modernizado em 1971.

A Marinha também tinha seu centro de informações desde 1955, mas apenas na década de 1960 passou ao combate de atividades políticas. Em 1971 foi reestruturado, dando origem ao CENIMAR – Centro Nacional de Informações da Marinha - órgão central de informações e execução de repressão do Ministério da Marinha, também ligado diretamente ao Gabinete do Ministro. (D’ARAÚJO, SOARES E CASTRO, 1994). Sua unidade mais conhecida ficava na Ilha das Flores, Rio de Janeiro.

O CIEEx - Centro de Informações do Exterior - era um órgão não oficial de informações coordenado pelos membros da DSI do Ministério das Relações Exteriores, e tinha a função de vigilância dos exilados e banidos brasileiros. Foi o CIEEx que articulou, junto a outros centros militares de informação a “Operação Condor”, inclusive fornecendo instrutores de torturas para a formação de assassinos a serviço das ditaduras do Cone Sul.

Nada se compara, contudo, ao sistema CODI/DOI que será retratado no capítulo final.

CAPÍTULO IV: VIOLÊNCIA TESTEMUNHADA: RESGATANDO A MEMÓRIA EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

4.1 O SISSEGIN: Sistema de Segurança Interna no País e a violência testemunhada.

Além dos órgãos de informação, o biopoder era exercido pelos órgãos repressivos. Para preservar a vida dos que “devem viver”, padrões normalizadores estipulam quem “deve morrer”, e a perseguição do “inimigo subversivo” torna-se questão de Estado, que fez da tortura seu mais poderoso instrumento.

O SNI era um órgão de informações, logo, teoricamente, não tinha como função a execução de serviços. Para os setores mais radicais do governo, havia, contudo, a necessidade da criação de uma estrutura nacional de repressão, controlada pelas Forças Armadas.

Para viabilizar a criação desse sistema de segurança, foram necessárias algumas providências preliminares. A primeira foi a incorporação à Lei de Segurança Nacional de 1967 do foro especial para os crimes políticos, os quais desde o AI-2 já estavam sendo julgados pelos tribunais militares. Em seguida, a suspensão de certas garantias individuais, como o *habeas corpus*, efetivada pelo AI-5 (FICO, 2001).

Em julho de 1969, as polícias estaduais foram militarizadas e seu controle foi centralizado sob o comando do Exército. Nesse mesmo mês foi criada a OBAN. A Operação Bandeirantes (OBAN) foi lançada no dia primeiro de julho de 1969, em São Paulo, com a presença do governador do estado, do Secretário de Segurança Pública e do comandante do II Exército. Foi essa estrutura que inspirou a criação do sistema CODI-DOI (FICO, 2001).

Em julho de 1969, foi instituída uma Diretriz para a Política de Segurança Interna. Quando Emílio Gattastazu Médici assumiu a presidência, essa diretriz foi reformulada e deu origem à “Diretriz Presidencial de Segurança Interna”, que foi a base do documento “Planejamento de Segurança Interna”, expedido em 29 de outubro de 1970, produzido por uma comissão formada pelos ministros da Justiça (Alfredo Buzaid), do Exército (Orlando Geisel), da Marinha (Adalberto de Barros Nunes) e da Aeronáutica (Márcio de Sousa e Melo), pelo chefe do SNI (Carlos Alberto de Fontoura) e pelo secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (João Baptista de Oliveira Figueiredo). Assim foi constituída a OBAN, e por

consequência, o Sistema de Segurança Interna, por meio de diretrizes sigilosas preparadas pelo Conselho de Segurança e aprovadas pelo Presidente da República (FICO, 2001).

De acordo com as diretrizes, o país seria dividido em seis Zonas de Defesa Internas (ZDI), correspondente a cada um dos comandos militares. Se a região exigisse em cada uma dessas Zonas poderiam ser criadas, ainda, Áreas de Defesa Interna (ADI) e Sub-Áreas de Defesa Interna (SADI). Em cada comando militar de área deveriam ser criados, sob a responsabilidade do comandante do Exército respectivo, os seguintes órgãos: um Comando de Defesa Interna (CONDI), um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI). Os CONDI não chegaram a ter um funcionamento significativo, mas tinham a previsão de assessorar o comandante da ZDI (FICO, 2001).

O Centro de Operações de Defesa Interna – CODI - era o órgão de planejamento e comando da estrutura militar de repressão no país. O CODI central era ligado diretamente ao EMFA – Estado Maior das Forças Armadas -, que reunia os responsáveis pela repressão das três armas, Exército, Marinha e Aeronáutica. Subordinado a ele havia os CODIs de cada arma e os CODI regionais das regiões militares (*idem*). Já os Destacamentos de Operações de Informações – DOI - eram quem faziam a “guerra suja”. Assim, os DOI, normalmente comandados por um tenente-coronel, eram os “executores”, unidades militares comandadas, enquanto os CODI eram instâncias de coordenação dirigidas. A principal arma de intimidação do sistema foi a licença implícita que os DOI tinham para torturar (FICO, 2001).

A história do Brasil foi construída com base na exploração e no extermínio das classes sociais oprimidas. É uma prática que começou com o genocídio colonial, continuou na escravidão, fez-se presente nas ditaduras do século XX, e tem perdurado na política criminal com derramamento de sangue na atualidade. E nesse processo, a prática da tortura sempre se fez presente (SOUZA, 2014).

Na Ditadura Militar brasileira, a tortura foi utilizada como instrumento de terrorismo de Estado. Inclusive, foi aplicado um processo de racionalização da tortura, através da “inteligência internacional”, regida pela Escola das Américas, sob o comando dos Estados Unidos.

A tortura aparece como forma de obtenção de informações, de punição e mesmo de eliminação, englobando estratégias disciplinares e biopolíticas. Sob o enfoque foucaultiano, pode ser vista como técnica disciplinadora de adestramento do corpo, visando a produção de “corpos dóceis”, como também sob a ótica de estatização da vida, que consiste em estratégia de biopoder. Também se verifica a manifestação do biopoder nas prisões. Através da prisão, o

sujeito tem o corpo entregue ao Estado. É a instituição disciplinar por excelência, visando tornar os indivíduos dóceis e úteis.

Como morte, no contexto do “fazer viver e deixar morrer”, outras violências podem ser incluídas. É o que percebemos dos relatos das vítimas que foram exiladas, que foram forçadas a viverem na clandestinidade, uma espécie de exílio dentro do próprio país, ou mesmo das que viveram sob o estigma de criminoso, terrorista, subversivo, e sofreu as consequências do isolamento e do preconceito por parte da sociedade e, muitas vezes, da própria família.

Prestes tinha uma deferência muito grande a minha pessoa. Na época que estávamos perseguidos, ele mandou um emissário me perguntar se eu queria me exilar, ele temia que a ditadura me matasse. Tenho treze filhos, eles estavam todos pequenos, e eu dizia que livrar só a minha pele eu não iria livrar, então mandei dizer a ele que preferia morrer junto a meus filhos.

(Alexandre Alves de Almeida *in* ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 46)

Em 1987 volto para o Brasil definitivamente. Porque volto para o Brasil? (...) Eu estava muito bem, mas havia sempre aquele peso nas costas de quem era exilado querendo voltar um dia para a sua terra. Então voltei e fiz um concurso para UFG em 1987 (Juarez Ferraz de Maia *in* ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 300).

A perda do trabalho, a impossibilidade de outros trabalhos legais, o fechamento das linhas de crédito, principalmente dos bancos oficiais, tudo muito forte. A legalidade do trabalho ainda é muito difícil. À medida que o golpe avançava a discriminação e a perseguição prática também aumentavam. Mesmo se você não fosse de fato proibido por lei por decreto, por algum documento que o impedisse de trabalhar, o Serviço Secreto do Governo informava às instituições de crédito, às organizações constituídas quais eram os elementos perigosos, porque não podiam ter acesso ao trabalho nem a nada.

...

Parei a faculdade de ciências sociais. Eu tinha um projeto de fazer macroeconomia especializando-me na Alemanha Oriental, através da professora Eveline Eller Singer que me encaminhou na época. Destruí esse plano, mas em 1968 consegui me formar em Direito na Faculdade de direito da Federal. Foram padrinho e patrono da turma Juscelino Kubtschek e o professor Samuel Pinto. O ex-presidente Juscelino foi preso no Rio de Janeiro para não participar da cerimônia. E o professor doutor Samuel Pinto, emérita figura humana desse país, que em Goiás nós tínhamos o correspondente que era o doutor Rômulo Gonçalves, foi preso no Hotel Bandeirantes. Nós não nos formamos em protesto às prisões dos nossos paraninfos. Não houve cerimônia, foi suspensa em protesto. Vinte anos depois esta turma, no mesmo local, com o mesmo orador que era José Marcelino, com o mesmo discurso, que ele guardou por duas décadas, realiza a cerimônia no teatro Goiânia. Comemoramos com um jantar em um restaurante local (Cristiano Rodrigues Teixeira da Silva *in* ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 82 e 83).

Eu trabalhava como desenhista no antigo e extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento. Eu era terceirizado, diziam que seria contratado com carteira assinada depois de um mês, mas passado um mês me mandaram passear. Depois não consegui mais nada, não podia estudar, não podia trabalhar, não conseguia emprego (Félix Valois Guará Bezerra *in* ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 133-134).

Ficamos marcados. Chegávamos na faculdade éramos olhados de modo diferente.

Aí veio o grande problema. Formei e agora? Fazer concurso. Me preparei para ser Juiz. Abria concurso para juiz, procurador, promotor. Você se inscrevia e sua inscrição era rejeitada. Você não podia apresentar o chamado atestado ideológico. Para qualquer cargo, qualquer concurso, até para ser professor primário em uma corruptela, exigia o atestado ideológico, que era emitido pelo DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social.

Quando chegava ao Fórum o Promotor mandava tomar cuidado. Alguns promotores incompetentes sabiam que eu ia pegar uma causa e já me pressionavam. Já chegava para audiência amedrontado, em estado de alta pressão psicológica. Muitas vezes não tinha nem condições morais de defender o cliente.

...

Esse é o pior exílio – é o exílio dentro de sua própria pátria, dentro da sua cidade, vivendo a exclusão – você se torna elemento perigoso. (...) Você é olhado com desdém e desconfiança. Você representa o perigo, você representa uma ameaça. Ninguém quer amizade com você. Seus amigos correm de você, a família obriga o término de qualquer namoro. Você não arruma emprego, não arruma qualquer trabalho. Dentro do seu próprio grupo familiar você é olhado com certa hostilidade. Você é a ovelha negra da família. Eu formado com um diploma na mão, tendo que viver à custa dos irmãos. Não arrumava emprego nem de professor. Em 1972 consegui um emprego de professor de ginásio lá em novo Brasil. De 1968 até 1972 eu vivi à margem da sociedade. Isso é exílio. É o pior deles, sem contato com ninguém. Não tinha ninguém para trocar ideia, para te informar alguma coisa, para lhe aliviar ou desabafar. Você fica totalmente à margem de todo processo social. Você não existe. Ninguém lhe olha, ninguém lhe respeita, ninguém lhe dá credibilidade. Para você ver como é esse isolamento, até uma associação religiosa na qual tentei entrar aqui em Goiás me renegou. Então você não existe.

...

Todo esse processo de medo, de ameaça, de coação transforma você numa pessoa medrosa. Você se transforma, vira outra pessoa. E o pior, seus amigos presos, mortos, torturados... Será que é verdade que ele foi morto, será que está vivo, que foi torturado? Você vai perdendo o encantamento com a vida, se torna uma pessoa sem compromisso com nada, cética. Vai se desumanizando... aqui não, no exílio da sua pátria você não tem direito, você não respira. O ar se torna irrespirável. Você não tem direito a nada, você vive sob constante ameaça, sob pressão até da família. Esse é o pior exílio. O exílio interno (Hecival Alves de Castro *in* ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 158-159).

Era uma tortura, pois eu queria progredir na vida em termos financeiros, queria estudar, mas havia esses bloqueios que não eram bem divulgados na época.

...

Perguntavam-me: “Porque não estuda?” O motivo era que tínhamos o nome restringidos nesses locais, porque eu tinha sido um estudante na época (Luiz Antero *in* ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 310).

Quando saía na rua aqui em Goiânia e encontrava algum conhecido, ele corria do outro lado da rua para não me cumprimentar. Dava aquele baque violento nas pessoas (Marco Antônio Pereira de Maria *in* ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 437).

Vítimas do regime em Goiás que pertenciam à comunidade acadêmica como alunos ou professores relataram suas prisões e as violências sofridas. O então estudante de medicina e militante do movimento estudantil Abrão Marcos da Silva testemunha que:

Dois dias depois eu fui preso, chegando do Aduato Botelho em casa. Na hora em que a Polícia Federal me abordou, sei lá quem foi, eram três elementos armados, na porta

da casa da Avenida Araguaia, me veio à mente a fala do Geraldo: eles vão me torturar e me matar. Foi uma coisa de momento. Eu falei, se vou morrer sob tortura é melhor morrer aqui; não me entrego. Dei dois murros em um dos policiais, e ele caiu.

Só que no meu caso não era resistência, eu estava desarmado. Foi uma tentativa de suicídio para não passar pela tortura. Fui salvo da tortura em seguida, quando já estava dentro da base, pela morte do Ismael.

Fiquei lá no 42º BIM, sob esse esquema horroroso, não me deixavam dormir; eu fiquei dormindo em um banheiro, enfim, eu não tenho mais estomago para ficar descrevendo (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 27).

Já o membro da POLOP – Organização Marxista Política Operária -, na década de 1960, Antônio Pinheiro Salles narrou com crueza de detalhes o que passou durante sua estada de dois anos na prisão:

A tortura do choque também é terrível. Comigo eles pegaram uma bucha de Bombril, enfiaram no meu ânus com um eletrodo preso no Bombril e outro no pênis. Rodaram a Maricota por algum tempo e eu dormi, dormi com aquela coisa, gritando, a cabeça virada par baixo. Cada minuto no pau-de-arara é uma eternidade. Então, com esse tipo de choque eu não vi mais nada. Ouvi as palavras de baixo calão dos torturadores. O linguajar dos torturadores é uma coisa que fere todo princípio de educação, de relacionamento humano das pessoas. (...) durante os dois primeiros anos normalmente eu não usava roupa; era pelado o tempo todo e não caminhava também. As pessoas me levavam puxando pelas pernas ou pelos braços, não tinham muito cuidado na hora de me levar (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 54 e 55).

No relato de Jarbas Silva Marques, além da descrição das torturas que sofreu, o ex-militante político e jornalista descreveu o cenário do sistema repressivo em Goiás no início do período ditatorial:

Fui preso no dia 19 de abril de 1964 quando fui apanhar meus documentos no Colégio Lyceu de Goiânia. O diretor do Lyceu era um agente policial e marcou o dia e a hora para que eu fosse buscá-los. Quando cheguei lá a equipe do investigador João Rosa da Interpol com mais ou menos uns vinte policiais civis, me prendeu. Fui preso e levado para a antiga penitenciária. Fiquei num local chamado “cantão”. Esse “cantão” era o local onde todos os presos da razia policial daquela noite ficavam. Na manhã seguinte fui levado para o gabinete do secretário de Segurança Pública, Rivadavia Xavier Nunes. O interrogatório de Rivadavia era para saber quem dava informações para nós do Jornal Cinco de Março. O jornal na época era sediado na Rua 55 com a Av. Goiás. Falei que as informações eram colocadas embaixo da porta. Foi quando me botaram uma pistola na nuca dizendo “fala seu comunista”.

... Joviro Rocha, como era promotor público era testemunha da legitimação dos IPMs (Inquéritos Policiais Militares) extraídos nas torturas; IPMs que os militares faziam em Goiás depois de prender e torturas as pessoas.

Começaram as torturas que foram feitas no 10º BC – 10º batalhão de Caçadores... Ali foram torturados João Batista Rosa, Elbio de Brito, Paveogútico, James Allen, infundáveis nomes de estudantes, líderes estudantis e líderes sociais. Quem capitaneava as torturas era o capitão Coutinho, Sargento Thompsom e tenente Fleury.

Tenente Fleury era um assassino; participou inclusive do assassinato do Marco Antônio, que é desaparecido mais jovem do país, com 15 anos de idade. As torturas feitas no 10º BC era fuzilamento, choques e afogamentos.

...

Depois, vim a ser preso novamente em 1967 com João Batista Rosa. Minha mãe o ajudou em sua recuperação das torturas. Ele ficou completamente desestruturado pelas torturas que sofreu no 10º BC. Irapuã Costa Junior, que era um delator e aspirava ser o diretor da Faculdade de Engenharia, disse que Marcelo Moraes, que esteve preso comigo, não no mesmo xadrez, mas na mesma época, em 1964, juntamente com o juiz de direito Dr. Sebastião, Francisco Pelomia, e Sabá. Os primeiros jornalistas a serem presos foram eu Batista Custódio, Telmo de Faria e Jader de Gondinho. Foi presa também a socióloga Evelyne Papa Singer, que estava grávida de nove meses, e no dia da visita, por um rasgo de ousadia, saiu no meio da massa carcerária com uma barriga de nove meses, fugiu e se exilou no Chile.

Mataram uma porção de companheiros, desestruturaram. Neso Natal foi barbaramente torturado. Mauricio Zacariotti também foi torturado e depois conseguiram se exilar no Chile. Inúmeros companheiros que fora militantes junto comigo no movimento estudantil, desde a década de 50, sofreram razias. Eu era jornalista do jornal "Quarto Poder" da imprensa universitária e programador musical da Rádio Universitária (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 208-210).

Por sua vez, o membro do Partido Comunista e funcionário de carreira da Assembleia Legislativa, João Batista Zacariotti relatou que:

O Chefe de Polícia goiano, Rivadávia Xavier Nunes, aderiu de cara ao golpe e passou a despachar juntamente com o coronel Darcy de Sá da Cunha Melo, que foi o homem que comandou, assessorado pelo Capitão Fleury. Capitão Fleury, que nas altas madrugadas quando saíamos para sermos torturados no meio do mato, dizia para baterem mais em baixo, dizia que éramos meio perigosos. Não sabíamos aonde seria a "porrada", nos colocavam um saco na cabeça, ficávamos imobilizados, pois as mãos estavam algemadas.

Fui bastante torturado. Usaram comigo o método de afogamento em tina de água e choques elétricos, principalmente na genitália. Me enforcavam e quando a língua saía para fora aplicavam fios elétricos. Aproveitavam a oportunidade para aplicar também o "suplício do telefone" e quase me estouraram os tímpanos.

Queriam que eu contasse que Pawel Gutko tinha relacionamento com mauro Borges... Segundo eles O Mauro Borges tinha roubado a fórmula da bomba atômica dos Estados Unidos. Eles me entregavam envelopes pardos grandes cheios de coisas cifradas. Eu entregava para o Mauro Borges que pegava aquele material e mandava para os chineses através da Polônia em São Paulo. Os envelopes iam com material de espionagem e voltavam com dólares. Por isso sou um cara rico (risos) (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 217).

O jornalista e então estudante de Direito José Elias Fernandes também falou sobre as consequências da militância contra o regime:

Foi uma luta muito bonita dentro da faculdade, mas que infelizmente me custou muito caro.

...

Trabalhei a tarde e quando saí para pegar a esposa no hospital, a polícia federal me fechou. Eu estava em uma viela que liga a Avenida Goiás com a Rua Oito. Na saída da Rua, os policiais me fecharam, me vestiram com um capuz, me algemaram e me jogaram no banco de trás do carro. Era de arde e ficaram rondando comigo até alta noite e eu não sabia para onde estava indo. Tempos depois descobri que estava sendo

levado para o quartel do 10º BC, que funciona no Jardim Guanabara, que não é tão distante, mas ficaram rondando comigo até tarde da noite para me confundirem. Eles me jogaram no banheiro do quartel. Só neste sanitário fiquei preso por mais de 30 dias.

Minha preocupação era minha mulher grávida me esperando na porta do hospital, e a minha filha que a Kombi deixaria em casa. Fiquei preocupado pensando o que uma criança faria sozinha na porta de casa.

...

Foi um dia muito doloroso, e mais doloroso ainda saber que depois um oficial do 10º BC iria em casa tentar estuprar minha mulher (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 257, 262 e 265).

As estratégias utilizadas pelos carrascos do sistema repressivo do regime eram as mais diversas e perversas imagináveis, e incidia sobre o indivíduo tanto física quanto psicologicamente, como foi relatado por José Fernandes da Silva:

Nessa primeira noite me ameaçaram com uma cobra. Perguntaram se eu tinha medo de cobra, e eu disse quem não tinha medo de cobra. (...) Quando me levaram para cela, meio escuro eu tive a impressão que tinha uma cobra imensa enrolada lá dentro. Após acostumar um pouco com a escuridão, eu notei que era um colchão enrolado. Par ver como funciona o processo psicológico nesse caso... quando chegavam para me buscar, parece que tinha um molho de chaves na mão e experimentavam uma e outra, eu já começava a senti os choques de antemão. (...) Quando me buscavam à noite, eu já estava totalmente derrotado (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 279).

Por outro lado, Luiz Antero, em 1964 militante da POLOP, ainda consegue ver um lado positivo nas atrocidades que sofreu:

Acredito que saí bem, ando bem, não quebraram fisicamente nem pernas e braços, só ficaram nas ameaças. Em termos acredito que saí muito melhor que muitos, não pensava que sairia desse jeito. Saí urinando sangue, com ris e genitálias inchadas, mesmo com toda a situação ainda me senti feliz ao fazer os exames e constatar que que ainda era potente.

Casei e uma das grandes alegrias da minha vida foi saber que a minha esposa havia engravidado. Minha filha nasceu normal, depois vieram mais três filhos, com tudo isso vi que valeu a pena (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 279).

Já o anistiado político Paulo Silva de Jesus, irmão do estudante Ismael, morto pela Ditadura, descreve como recebeu o corpo do irmão, cuja morte foi justificada como suicídio pelos militares:

Eles nos entregaram o corpo do Ismael no dia 9 de agosto. E fui eu quem abri a mão dele. Com 28 dias a unha estava muito grande, ele estava com a unha cravada na mão. Eu abri a mão dele com muito custo: a unha grande e a mão perfurada, toda a característica de retenção de nervo, que seria morte eletrocutada de tortura (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 279).

Ainda, Washington Luiz Teixeira de Rabelo, levado à militância em função da repressão sofrida, também relatou a sua experiência:

Quando fui preso aqui em Goiânia, tive uma prova do aprimoramento técnico dessa prática desumana que foi a repressão política no Brasil. Fique preso durante todo o 2º semestre de 1972, foi um período marcado por duríssimas experiências pessoais. A tortura era amplamente utilizada. O 10º BC era uma central importante na estratégia da repressão movida contra as forças de esquerda em toda essa região centro-norte do Brasil. (...) o que eu percebia é que o 10º BC era o centro de repressão, o centro de inteligência, o centro de apoio à repressão àqueles que lutavam contra a ditadura militar aqui nesta região (ALVES e CÔRTEZ, 2013, p. 492).

Esses são alguns de tantos casos de vítimas que tiveram seus corpos utilizados como instrumentos de poder e sobre os quais caiu recaiu toda a força e a violência de um Estado opressor.

A ditadura militar representou um período de extrema violência, onde os “inimigos do regime” foram relegados à posição de vida que não merece ser protegida, e exerceu-se sobre a sociedade um sistema de controle apto a disciplinar e docilizar em prol da manutenção do regime.

Diante das violações aos direitos humanos, da violência atingindo níveis estratosféricos, impõe-se o resgate da Memória das vítimas como forma de justiça e de impedir que essas atrocidades venham a se repetir.

4.2 Aspectos de uma transição inconclusa.

A história é contada pelos vencedores. No contexto da ditadura civil-militar, o regime de exceção teve fim e foi dado início a um processo de redemocratização que culminou, inclusive, com uma nova Constituição, que ficou conhecida como Constituição Cidadã, nome dado por Ulisses Guimarães em referência aos direitos cassados pela ditadura que nela foram reconhecidos.

Logo, presume-se que os “vencedores” foram os que se opuseram ao regime, que sucumbiram os golpistas, teoricamente apenas os militares, que tomaram o governo em um projeto de poder em que a sociedade brasileira era vítima. Porém, como visto, a articulação do golpe e os poderes que se articularam para a tomada do governo não se restringiram aos militares.

Da mesma forma, a redemocratização também não representou a “tomada” do poder pelos oprimidos durante o regime. O que se viu foi uma composição de forças que inclui ativos participantes do governo ditatorial, que diante da inevitabilidade do fim do regime, negociaram uma transição minimamente traumática, que não representou exatamente uma ruptura. Essa negociação inclui uma Lei de Anistia que formalizou a impunidade pelos praticantes de graves violações aos direitos humanos durante a ditadura, e também possibilitou que colaboradores do regime permanecessem ocupando posições importantes na República.

A adoção da ideologia da reconciliação, no caso brasileiro, ainda veio reforçada pelo “estigma da cordialidade”, que fez com que disputas por direitos fossem consideradas ameaças à consolidação da democracia. Apenas tardiamente o Brasil iniciou a adoção de políticas de memória, fazendo com que a justiça de transição brasileira fosse um processo tardio e inconcluso.

Assim, a transição brasileira foi marcada pela impunidade e pela ausência de uma verdadeira ruptura, o que faz da nossa transição um processo inacabado. Após um longo período de ditadura militar no Brasil, o processo de redemocratização deu-se de forma negociada. Os primeiros governos democráticos brasileiros não tomaram nenhuma medida relativa à ditadura no processo de transição política, fazendo prevalecer a ideologia da reconciliação e a lógica da protelação.

Não se pode dizer que foi adotada uma política de memória no contexto pós transição, mas sim medidas de memória, que foram sendo adotadas gradativamente, impulsionadas por organizações da sociedade civil. O ponto alto deu-se com a instalação da Comissão Nacional da Verdade, Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que inspirou a criação de Comissões Estaduais em diversas unidades da Federação. Muitas universidades também criaram suas comissões, o que não foi o caso da Universidade Federal de Goiás, ficando a apuração dos crimes cometidos contra a comunidade acadêmica goiana deficiente, em especial no âmbito desta universidade.

O conceito de justiça de transição deu-se a partir do novo paradigma dos direitos humanos que surgiu após a Segunda Guerra Mundial (HOLLANDA, BATISTA E BOITEUX, 2009). Porém, uma transição sem rupturas pressupõe a permanência de uma cultura autoritária.

A Justiça de Transição refere-se ao modo como sociedades lidam com atrocidades passadas cometidas por uma ordem repressiva ou um conflito armado, como superam as divisões ou procuram reconciliação. Mas também faz parte de uma Justiça de Transição a criação de um sistema de justiça que previna futuras violações contra os direitos humanos (SOUZA, 2014).

Existem três modelos básicos de Justiça Transicional. O primeiro privilegia o resgate da Memória e da Verdade e tem como exemplo a “Comissão de Verdade, Justiça e Reconciliação” da África do Sul, comandada pelo Arcebispo Desmond Tutu. Outro modelo preconiza a Justiça através da responsabilização penal dos torturadores. Foi como se deu na Argentina e no Uruguai. Por fim, tem-se a Justiça Transicional que concebe a reparação econômica como meio de se fazer justiça às vítimas. Foi o modelo adotado inicialmente no Brasil. Em outro momento, tardiamente, o Brasil passou a apostar em políticas de Memória e Verdade, o que muito se deve à pressão realizada pelas organizações civis e movimentos sociais (QUINALHA, 2013).

Para Renan Quinalha, esses laços de continuidade explicam-se pela falta de ruptura com nosso passado autoritário. Observa o autor que a luta por redemocratização foi ressignificada como se fossem meras aberturas políticas, o que tornou as medidas de memória e de justiça limitadas e insuficientes. No Brasil, temos a experiência de uma justiça de transição tardia e incompleta, que causou consequências profundas na memória (QUINALHA, 2013).

Não se confundem medidas de memória com políticas de memória. Medidas isoladas, como o pagamento de indenizações, ou simbólicas, como a construção de memoriais ou monumentos, não constituem *per se* política pública de memória. É o que se verifica no caso brasileiro, em que medidas isoladas não foram suficientes para constituir uma verdadeira política pública de memória.

As medidas de memória e reparação no Brasil estão centradas na figura da vítima, não considerando que toda a sociedade foi afetada pela ditadura. Ao considerar “vítimas” apenas as pessoas diretamente atingidas pela repressão da ditadura civil-militar brasileira, deu-se a “privatização das memórias”, excluindo a sociedade como um todo. A promulgação de leis de anistia e medidas como a concessão de atestados de morte presumida aos familiares de desaparecidos políticos rechaçavam as memórias emergentes e as esvaziavam de conteúdo e valor político (BAUER, p. 133). Como explica Caroline Silveira Bauer, a privatização da memória é resultante da “cultura do medo”, e um dos seus principais sintomas é o silêncio (p. 134).

Privatizar no fue – ni es – atra cosa que hacer aflorar la memoria de la historia y despojarla de sentido, anular su presencia del empeño colectivo. Aparentemente, nadie era heredero de nada. La cuestión es, si nadie se siente legatário y la historia del país es desposeída de la huella humana, entonces, ¿cómo puede alguien sentir el orden democrático reciente como algo propio? (VINYÉS *apud* BAUER, p. 134)

Ainda hoje é possível falar sobre esquecimentos e silêncios induzidos pelo Estado democrático. Ao declarar como superados os conflitos da ditadura, os governos democráticos persistiram nessa política. Não houve, também, qualquer iniciativa por parte das Forças Armadas que denote arrependimento ou ao menos não justifique o que persistem em chamar de “Revolução de 1964”. No máximo, admite-se a ocorrência de “excessos”. Apenas com a “Comissão Nacional da Verdade” o enfoque deslocou-se, em parte, apenas da figura da vítima para a sociedade, porém permanece o processo de privatização da memória sobre o terrorismo de Estado.

As políticas de memória e reparação devem ser voltadas a toda a sociedade, e não apenas às vítimas das ditaduras. Segundo Elizabeth Lira (*apud* BAUER, p. 123), as políticas de memória têm como finalidade reconhecer o terrorismo de Estado e as suas consequências para a coletividade e assim permitir que as diferentes memórias sobre o passado traumático ganhem espaço público, fazendo com que os sobreviventes e os familiares dos mortos e desaparecidos políticos possam elaborar seu luto que foi unicamente privado, até o momento de elaboração dessas políticas.

4.3 Medidas ou políticas de memória adotadas no Brasil e em Goiás.

Uma Comissão da Verdade sempre instaura um debate ético-político na sociedade, pois além da história e da memória do passado, também está em questão uma posição ética em relação ao presente e ao futuro.

A forma como uma sociedade lida com seu passado de violência política tem enormes implicações para o seu presente e o seu futuro para a construção e garantia de um novo pacto político que respeite os cidadãos, um pacto republicano. (ARAÚJO, p. 148)

A instalação de uma Comissão da Verdade abre espaço para um debate na sociedade sobre temas como justiça, direitos humanos, abusos de autoridade, direitos civis. Comissões da Verdade têm, via de regra, o objetivo de estabelecer uma verdade sobre violações graves a direitos humanos cometidas durante regimes autoritários (LAFER, p. 14).

A Comissão Nacional da Verdade foi criada para Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, de iniciativa da Presidente Dilma Rousseff, como parte das políticas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). O Eixo Orientador VI do programa, intitulado Direito à Memória e à Verdade, estabelece as seguintes diretrizes:

Diretriz 23: Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado.

Objetivo Estratégico I: Promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil no período fixado pelo artigo 8º do ADCT da Constituição, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Diretriz 24: Preservação da memória histórica e a construção pública da verdade

Objetivo Estratégico I: Incentivar iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários.

Diretriz 25: Modernização da legislação relacionada com a promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia.

Objetivo Estratégico I: Suprimir do ordenamento jurídico brasileiro eventuais normas remanescentes de períodos de exceção que afrontem os compromissos internacionais e os preceitos constitucionais sobre Direitos Humanos.

Foi para tornar essas diretrizes uma realidade que a Lei nº 12.528/2011 criou a Comissão da Verdade, visando “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”.

Em seu artigo 3º, a lei relaciona seus objetivos:

Art. 3º São objetivos da Comissão Nacional da Verdade:

I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do art. 1º;

II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;

III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do art. 1º e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995;

V - colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;

VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e

VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

Pode-se dizer que a Comissão da Verdade é, ao mesmo tempo, um ato de Governo e um ato de Estado. No entanto, não tem caráter jurisdicional nem persecutório. Cabe citar algumas medidas de extrema importância que antecederam a Comissão Nacional da Verdade.

A primeira foi a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, criada pela Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, de iniciativa do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a finalidade conceder reparação civil aos familiares de mortos e desaparecidos durante o período de 1961 e 1988. Os trabalhos dessa Comissão resultaram no livro *Direito à Memória e à Verdade*, lançado em agosto de 2007 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, sob a coordenação do Ministro Paulo Vannuchi.

Outra medida importante foi a Comissão de Anistia, com origem na Medida Provisória nº 2.251, de 24 de agosto de 2001, convertida na Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, encarregada de analisar os pedidos de indenização formulados por pessoas impedidas de exercer atividades econômicas e profissionais por motivações políticas entre setembro de 1946 e outubro de 1988. No final de 2008, o Governo enviou ao Congresso Projeto da Lei de Acesso à Informação, que foi sancionada em novembro de 2011.

A Comissão Nacional da Verdade não esgota as possibilidades do que o Brasil precisa fazer com relação às graves violações a direitos humanos cometidas durante a Ditadura Militar. Os trabalhos da Comissão buscaram garantir às vítimas, familiares e aos brasileiros em geral o direito à memória e à verdade e, em um aspecto mais amplo, a consolidação da democracia. A medida, entretanto, embora importante, foi insuficiente, principalmente por não implicar na punição dos agentes do Estado que cometeram crimes nesse período.

Em Goiás, foi criada, no dia 21 de fevereiro de 2014, a Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça (CEMVJ) Deputado José Porfirio de Sousa com a atribuição de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período da ditadura no País ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Participam da Comissão o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, o Ministério Público do Estado de Goiás, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Goiás, a Associação dos Anistiados pela Cidadania e Direitos Humanos do Estado de Goiás, a Associação Goiana de Imprensa, a Universidade Federal de Goiás, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás, a Universidade Estadual de Goiás, o Conselho Estadual de Direitos Humanos, o Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, a Secretaria da Administração Penitenciária e Justiça e mais quatro representantes da sociedade civil.

Outra questão que se levanta é se, com a Lei da Anistia – Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, é possível punir agentes que praticaram crimes contra os direitos humanos durante a ditadura militar. Para o Supremo Tribunal Federal, não. Decisão recente, no julgamento da Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental 153, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Tribunal julgou a Lei da Anistia integralmente recepcionada pela Constituição de 1988, de forma que a anistia concedida aplica-se, também, aos crimes praticados pelos agentes da repressão, contra opositores políticos, durante o regime militar. Mas nem na Corte Suprema a tese vencedora ficou isenta de opositores. Os Ministros Carlos Ayres Brito e Ricardo Lewandowski votaram pela procedência do pedido.

Em novembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso “Julia Gomes Lund e outros” (caso “Guerrilha do Araguaia”), decidiu que “as disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sanção de graves violações de DH são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos ocorridos no Brasil.”

Não se pretende, aqui, dizer que a redemocratização não representou uma vitória da democracia nem instaurou uma nova era no Estado brasileiro, porém tampouco representou uma ruptura com os poderes que governaram o Brasil durante 21 (vinte e um) anos.

4.4 Memória e direitos humanos.

Segundo Walter Benjamin, a história oficial reduz-se à história dos vencedores, dos grupos dominantes. O papel de analisá-la é o de desafiar as representações da história estabelecidas, de adotar uma perspectiva crítica e contra hegemônica. Benjamin apela para que se erga uma outra história, incitando o historiador a “escovar a história a contrapelo”, não a confundindo com a narrativa dos grupos dominantes (2012).

A história oficial da ditadura brasileira, ao se recusar a discutir a responsabilidade dos militares, não permite que as vozes dos vencidos venham à tona. É certo que a contribuição de entidades da sociedade civil como o Grupo “Tortura Nunca Mais”, Coletivos de “Memória e Verdade” em vários estados, movimentos sociais e organizações de Direitos Humanos, além de, mais recentemente, a “Comissão da Verdade”, minimizou essa característica, mas

permanece como um tabu a discussão sobre a responsabilização pelos crimes de lesa humanidade cometidos pelo Governo Militar e não se verificou ainda um governo que de fato enfrentasse o problema.

A opção pelo esquecimento não foi obra apenas das Forças Armadas. Houve, e ainda há, uma correlação de forças do poder público, das elites e dos meios de comunicação de massa por um pacto de silêncio, o que SOUZA atribuiu a um receio pela socialização da memória (2014).

Castor M. M. Bartolomé Ruiz (2012) questiona qual o significado da narrativa da vítima como testemunha:

A vítima, além de sua condição objetiva de pessoa injustiçada, contém a potencialidade do testemunho. O testemunho da vítima possui uma perspectiva epistemológica singular, única, para repensar uma nova perspectiva de justiça. A vítima que se torna testemunha torna-se um acontecimento novo que demarca uma nova potencialidade política. O testemunho das vítimas apresenta uma validação de uma verdade sobre violência que só o sofrimento pode expressar, ainda que sempre de forma imperfeita, já que o sofrimento não pode ser plenamente narrado. A narrativa do sofrimento sempre deixa de fora o essencial da experiência da vítima, a experiência direta de sua dor. Interessa-nos mostrar a estreita relação que existe entre o testemunho das vítimas e a (in)justiça e como ambas estão conectadas por atos de memória. A implicação entre testemunho e justiça torna a memória uma dimensão imprescindível da própria justiça. A memória é o modo como as vítimas conseguem validar sua verdade para demandar justiça (p. 71).

A verdade é objeto de disputa política entre vitimários e vítimas em relação às narrativas de violência e os efeitos de poder dependem da capacidade de imposição como verdadeiras. A política do esquecimento é a história dos vencedores, legitimada como única ordem legal. Não faz justiça e, pior, propicia a reprodução da violência. Para uma justiça histórica, deve-se recorrer à memória das vítimas. Sem memória da injustiça é impossível fazer justiça (RUIZ, 2010).

O Conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, José Carlos Moreira da Silva Filho, faz um relato que expressa bem a importância do testemunho da vítima:

Os requerimentos de anistia formulados por pessoas que sofreram prisões e torturas vêm, em muitos casos, acompanhados de relatos contundentes que denunciam em suas vírgulas, reticências e adjetivos a ausência de representação possível das injustiças e abusos sofridos. Tais ausências se tornam ainda mais evidentes quando tais requerentes tomam a palavra durante as sessões de julgamento dos seus requerimentos. O olhar acuado, as mãos contraídas, o nó na garganta, os suspiros e silêncios, as lágrimas, as hesitações das palavras e dos gestos, mas, também, a raiva, os braços enérgicos, os brados, o tom elevado, o rosto crispado, a dureza monolítica do corpo unindo todos os membros e partes em um inabalável e único conjunto. Há também os que declamam poesias, entoam cantos e hinos, expõem sua arte em performances ou até em obras de arte (SILVA FILHO, 2009).

Walter Benjamin desafia a história a olhar a partir da memória da vítima e seu testemunho. Para isso, é preciso “recolher o grito silenciado das vítimas que percorre nossa história clamando por memória”. O esquecimento o sufoca como inexistente, e a memória o recupera como possibilidade de revirar os acontecimentos da história. As políticas de esquecimento negaram a memória das vítimas, tentaram apagar a possibilidade de seu testemunho. Sua memória e testemunho são as ferramentas epistemológicas que possibilitarão escovar a história na procura de um outro sentido para os acontecimentos sofridos. A justiça devida há de ser uma justiça a partir das vítimas, que exige a memória da injustiça sofrida. A memória torna-se o recurso por excelência para revirar a história e poder construir uma justiça das vítimas (RUIZ, 2010).

A luta pelos direitos humanos ressurgiu com força nos movimentos contra a ditadura civil-militar de 1964 a 1985. Com as fragilidades de uma transição inconclusa e marcada por uma composição em que as forças que sustentaram o regime militar tiveram participação e presença efetiva, a luta pela memória foi conquistando espaço em nossa sociedade de maneira lenta e gradativa. Em um primeiro momento através de medidas isoladas, complementadas anos depois da redemocratização por políticas mais efetivas, a impossibilidade de punição dos agentes praticantes de crimes de lesa-humanidade ainda representa um empecilho.

Nesse contexto, as iniciativas acadêmicas que contribuem com o resgate da memória da ditadura merecem uma atenção especial, principalmente quando conferem voz às vítimas, pois a construção de uma memória em proveito dessas vítimas e de toda a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ditadura civil-militar brasileira, que governou o país por longos vinte e um anos, representou uma conjunção de forças políticas e econômicas, e teve sua matriz ideológica consistente na Doutrina de Segurança Nacional que, no Brasil, foi propagada pela Escola Superior de Guerra, que se tornou o núcleo militar ideológico da ditadura, e pelo IPES, que representou os anseios e interesses da elite orgânica brasileira.

A base da doutrina é que os exércitos nacionais dos países subdesenvolvidos alinhados ao bloco capitalista deveriam priorizar a defesa interna contra a “subversão comunista infiltrada”. A luta deixa de ser fronteira, geográfica, para ser ideológica. O maior inimigo se torna o “inimigo interno”, o “subversivo”, aquele cidadão que milita ou apenas simpatiza com o comunismo (NAPOLITANO, 2014). Como visto, a perseguição que se deu no Brasil excedeu ao combate aos comunistas, pois qualquer pessoa que se opusesse ao regime militar, seja apenas um nacionalista, um reformista, um insatisfeito com as desigualdades sociais, era facilmente enquadrado na categoria de “subversivo” e se tornava um “inimigo” a ser combatido.

Aliada à Doutrina de Segurança Nacional, havia o que Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro denominaram de “utopia autoritária”, que era a ideia prevalente entre os militares de superioridade em relação aos civis, seja em patriotismo, em conhecimento da realidade brasileira e em retidão moral (1994).

A Doutrina de Segurança Nacional deu um caráter sistêmico aos dois grandes “braços” da ditadura militar: a informação e a segurança. Por meio dos órgãos de informação e de repressão, a sociedade foi submetida a um controle de vida e de morte, que foi além da manifestação da soberania estatal. O regime militar institucionalizou a tortura, e elevou-a à condição de método científico (Brasil: Nunca Mais, 32).

Porém, não se pode atribuir apenas aos militares, nem mesmo especialmente a estes, o ato que mergulhou o Brasil em anos de ditadura. O golpe estava sendo gestado pelas Forças Armadas e setores conservadores da sociedade brasileira há vários anos, e teve na elite orgânica sua principal articulação.

Em Goiás, a participação anterior no Movimento da Legalidade, em 1961, que garantiu a posse de João Goulart na Presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros, além de sua abertura à participação de esquerdistas no governo, fizeram da adesão do governador ao golpe um fato inesperado e merecedor de uma atenção mais acurada.

Foi na comunidade acadêmica que o Estado identificou seu maior perigo, os inimigos a serem combatidos sob pena do país perecer ante à ameaça comunista. Um dos primeiros atos de violência logo após a deposição de João Goulart foi a invasão e destruição do prédio da UNE no Rio de Janeiro, anunciando a violência que se seguiria.

Os primeiros expurgos deram-se logo após o golpe, em decorrência do Ato Institucional que posteriormente passou a ser chamado de AI-1. Houve um endurecimento progressivo consubstanciado nos Atos Institucionais seguintes, que possibilitaram novos expurgos, mas ainda havia uma certa timidez por parte do governo autoritário, devida, em grande parte, à aparência de legalidade que os militares buscavam conferir ao governo.

O ano de 1968 foi um divisor de águas, marcado por duros embates entre a polícia e o movimento estudantil, um aumento na insatisfação de parte da sociedade com o regime e os primeiros prenúncios de luta armada. O ano terminou com a edição do AI-5 que marcou o endurecimento do regime e o aumento da repressão, porém, as causas para o encrudescimento não se resumiam aos acontecimentos do ano, mas faziam parte de um projeto da linha dura desde o início do período ditatorial.

Também era do início do regime que setores da linha dura intentavam a constituição de um aparato global de controle da sociedade, que se tornou realidade por meio de um complexo sistema de controle social formado pelo Sistema Nacional de Informações e pelo Sistema de Segurança Interna.

Os militares infiltraram-se na sociedade de modo que ninguém escapava a esse olhar panóptico, que fez da teoria do poder disciplinar de Foucault uma realidade sobre a vida dos indivíduos. Por meio do Sistema de Segurança, que tinha na tortura sua principal arma, a guerra contra o inimigo interno alcançou proporções inimagináveis, agindo como técnica disciplinadora visando a produção de corpos dóceis e relegando à condição vida nua os inimigos do regime.

Um dos polos do poder de gestão da vida é o polo do corpo, sobre o qual Foucault desenvolveu sua análise sobre o poder disciplinar. Na sequência da domesticação do corpo, há também a domesticação da mente, que se dá na medida em que o sujeito introjeta, naturaliza, a vigilância e o controle a que está submetido. É através desse processo de introjeção que se torna possível o controle moral dos sujeitos.

Através do controle exercido pelo Sistema de Informação e pelo Sistema de Segurança, o regime realizou, também, um controle ideológico sobre a sociedade em geral e, em especial, sobre a comunidade acadêmica, levando a violações sistemáticas dos direitos humanos das vítimas.

A tortura, amplamente utilizada no período, aparece como forma de obtenção de informações, de punição e mesmo de eliminação, englobando estratégias disciplinares e biopolíticas.

A transição brasileira para a democracia foi (tem sido) um processo lento e tardio, e as políticas adotadas mostraram-se insuficientes para que fosse feita justiça às vítimas. A falta de uma Comissão da Verdade na Universidade Federal de Goiás contribuiu para que as violações praticadas no âmbito desta universidade ficassem parcialmente encobertas.

REFERÊNCIAS

- ADUSP. **O Livro Negro da USP: O Controle Ideológico na Universidade**. 2. ed. São Paulo: ADUSP, 1979.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 79-98; 133-150; 167-172.
- ALMEIDA, Agassiz. **A ditadura dos generais : estado militar na América Latina : o calvário na prisão**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2007.
- ALVES, Célia Maria, CÔRTEZ, Vera. **Memórias transcritas : depoimentos**. Goiânia: ANIGO/NDH-UFG, 2013.
- ARAÚJO, Maria Paula. Comissões da Verdade: um debate ético-político na contemporaneidade. In ARAÚJO, Maria Paula, FICO, Carlos, GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 145-162.
- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memórias**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- _____. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BRITO, Luciano Antonio de Cruz. **Ditadura militar e movimento estudantil na UFPA (1964-1980)**. Belém, PA. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará – UFPA, 2005, 50 p.
- CASTRO, Edgardo. **Diccionario Foucault: temas, conceptos y autores**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.
- _____. **Introdução a Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e os golpes dentro do golpe**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

CRUZ, José Vieira da. Estudantes vigiados: Órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977). **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 2, n. 3, out. 2008 – abr. 2009.

CUNHA, Diogo. Os intelectuais e a “Revolução”: trajetória, escritos políticos e memórias de Miguel Reale (1961-1979). In CORDEIRO, Janaína Martins, LEITE, Isabel Cristina, SILVEIRA, Diego Omar da, REIS, Daniel Aarão (orgs.). **À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2014.

DANNER, Fernando. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. **Revista de Estudos Filosóficos** nº 4/2010. DFIME – UFSJ – São João del Rei-MG.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DINIZ, Francisco Rômulo Alves, OLIVEIRA, Almeida Alves de. Foucault: do poder disciplinar ao biopoder. **Scientia**. v. 2, n. 3, nov. 2013/jun. 2014, p. 143-158.

DIÓGENES, Francisco Bruno Pereira. Racismo de Estado e tanatopolítica: sobre o paradoxo do Nazismo em Michel Foucault e Giorgio Agamben. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**. Brasília, n. 2, ano 1, 2013. p. 155-193.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). **Revista Tempo e Argumento**. Volume 05 – n. 10 – Ano 2013.

FÁVERO, Maria de Lourdes. Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

FERREIRA, Jorge, GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. Brasil: a transição inconclusa. In ARAÚJO, Maria Paula, FICO, Carlos, GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 25-37.

_____. **Como eles agiam: subterrâneos da ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GONZALEZ, Andres Garcia. A era do biopoder, a sociedade de normalização e os direitos humanos: uma leitura de Michel Foucault.

<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/andres_garcia_gonzalez.pdf>

Acesso em: 15 jun. 2015.

FON, Antonio Carlos. **Tortura: a história da repressão política no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Global Editora, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. **Aulas sobre a vontade de saber**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 2. ed.

_____. **Microfísica do poder**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GRIN, Monica. Reflexões sobre o direito ao ressentimento. In ARAÚJO, Maria Paula, FICO, Carlos, GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 127-141.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2003.

HOLLANDA, Cristina Buarque de, BATISTA, Vanessa Oliveira Batista, BOITEUX, Luciana. Justiça de transição e direitos humanos na América Latina e na África do Sul. Revista OABRJ, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 55-75, jul./dez. 2009.

ISHAQ, Vivien e FRANCO, Pablo E. Os acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 29-42, jul/dez 2008.

IZIQUE, Cláudia e MARCOLIN, Neldson. Isaias Raw: Cientista bom de briga. **Revista Pesquisa FAPESP**. ed. 113, julho/2005.
<<http://revistapesquisa.fapesp.br/2005/07/01/cientista-bom-de-briga/>> Acesso em: 8 de março de 2015.

LAFER, Celso. Justiça, história, memória: reflexões sobre a Comissão da Verdade. *In* ARAÚJO, Maria Paula, FICO, Carlos, GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 9-22.

MANSAN, Jaime Valim. A educação superior sob vigilância: o caso do DOPS/PR (1964/1988). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 51, p. 14-26, jun2013 – ISSN: 1676-258.

MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da guerre révolutionnaire (1959-1974). *In*: SANTOS, Cecília MacDowell, TELES, Edson, TELES, Janaína (Orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. v. 1. p. 179-202.

MATOS, Olgaria C. F. **Paris 1968: as barricadas do desejo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MAUÉS, Flamarion. A tortura denunciada sem meias-palavras: um livro expõe o aparelho repressivo da ditadura. *In*: SANTOS, Cecília MacDowell, TELES, Edson, TELES, Janaína (Orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. v. 1. p. 110-134.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências: um estudo de caso brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 2006.

MORAES, Taís. **Sem Vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Incômoda memória: os arquivos da ASI universitárias. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, p. 43-66, jul/dez 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PACHECO, Mariana Pimentel Fischer. Direito à memória como exigência ética: uma investigação a partir da hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009, p. 250-269 (n. 1, jan.-jun./2009).

PELBART, Peter Pal. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PIVETA, Marcos. O impacto na academia. **Revista Pesquisa FAPESP**. Ed. 218, abril/2014. <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/04/24/o-impacto-na-academia/>>. Acesso em: 8 de março de 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POERNER, Artur José. **O poder jovem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PONTES, Alfredo Vidigal, CARNEIRO, Maria Lúcia. **1968: do sonho ao pesadelo**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1968.

QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de transição: contornos do conceito**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

REIS, Daniel Aarão, MORAES, Pedro de. **1968: a paixão de uma utopia**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil. Do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Heloísa Esser dos, CABRERA, Isabel Ibarra, SANTANA, Maria Teresinha Campos de, MACEDO, Maurides, MELO, Orlinda Carrijo, SILVA, Rosângela Barbosa. Universidade Federal de Goiás: imagens e memórias (1960-1964). Goiânia: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2010.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RICOEUR, Paulo. Memória, história, esquecimento. Tradução de conferência escrita e proferida em inglês por Paul Ricoeur a 8 de Março de 2003 em Budapeste sob o título “*Memory, history, oblivion*” no âmbito de uma conferência internacional intitulada “*Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism*”. <http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia>. Acesso em: 11 set. 2013.

ROCHA, Hélio. **Os Inquilinos da Casa Verde: governos de Goiás de Pedro Ludovico a Maguito Vilela**. Goiânia, 1998.

ROSA, Susel Oliveira. **A biopolítica e a vida “que se pode deixar morrer”**. Jundiá: Paco Editorial, 2012.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. A testemunha e a memória: o paradoxo do indizível da tortura e o testemunho do desaparecido. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 48, n. 2, maio/2012, p. 70-83.

_____. Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica. 2012. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4308&secao=386>. Acesso em: 20 mar. 2014.

_____. O estado de exceção como paradigma de governo. 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4080&secao=373>. Acesso em: 30 mar. 2014.

SALLES, Antônio Pinheiro (Coord.). **A ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história**. Goiânia: Poligráfica, 2008.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Aurora**, ano III, número 5, dezembro de 2009. ISSN: 1982-8004.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “O que os meus olhos viram às vezes tenho vontade de cegar”. In ARAÚJO, Maria Paula, FICO, Carlos, GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 163-175.

TEIXEIRA, Maria Dulce Loyola. **Mauro Borges e a crise político-militar em Goiás: movimento da legalidade**. Brasília: Senado Federal, 1994.

TEIXEIRA, Mauro Borges. **O golpe em Goiás: história de uma grande traição**. 2. ed. Goiânia: UCG, 2006.

UNE. **A UNE contra o SNI**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1987.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: O Diálogo É a Violência - Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil**. 2. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANNA, Luiz Werneck. **Esquerda brasileira e tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.